

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – MESTRADO

ISABELA SASHA CARVALHO SOUSA

UMA ETNOGRAFIA SOBRE CRIANÇAS REFUGIADAS NO MARANHÃO

IMPERATRIZ-MA

2023

ISABELA SASHA CARVALHO SOUSA

UMA ETNOGRAFIA SOBRE CRIANÇAS REFUGIADAS NO MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Emilene Leite de Sousa

IMPERATRIZ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

CARVALHO SOUSA, ISABELA SASHA.

UMA ETNOGRAFIA SOBRE CRIANÇAS REFUGIADAS NO MARANHÃO
/ ISABELA SASHA CARVALHO SOUSA. - 2023.

132 f.

Orientador(a): Emilene Leite de Sousa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz, 2023.

1. Cidade. 2. Crianças Refugiadas. 3. Crianças
Venezuelanas. I. Leite de Sousa, Emilene. II. Título.

ISABELA SASHA CARVALHO SOUSA

UMA ETNOGRAFIA SOBRE CRIANÇAS REFUGIADAS NO MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: 07/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Emilene Leite de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

Prof.^a Dr.^a Fernanda Müller (Membra externa)
Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição (Membro interno)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

AGRADECIMENTOS

Conseguir fazer mestrado era um desejo que eu tinha desde o ensino médio e iniciar o mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Maranhão, mesma instituição que cursei minha graduação em Direito, foi motivo de muita felicidade e orgulho para mim. Ainda no período da seleção percebi que a caminhada não seria fácil, sobretudo pelo fato de estar vivendo a pandemia de COVID-19. O que eu não contava era que tantas mudanças aconteceriam nos anos seguintes no âmbito pessoal, incluindo mudança de cidade, de ambiente de trabalho, perda de pessoas importantes, dentre outros.

Felizmente, sempre pude contar com o apoio muitas pessoas, dentre elas familiares, amigos, orientadora, professores, colegas de trabalho e outros que no decorrer da pesquisa foram se tornando pessoas importantes para partilhar experiências e conhecimentos.

Agradeço, primeiramente, a Deus por guiar os meus passos e ser minha sustentação durante todos os momentos de minha vida, pois sem Ele nada seria possível.

À minha mãe, Noélia Ferreira Carvalho, por sempre fazer tudo o que está ao seu alcance a fim de proporcionar minha felicidade, sendo além de mãe, uma amiga e companheira para todas as horas. Obrigada por me estimular a estudar e ir atrás dos meus objetivos.

À minha avó e madrinha, Maria Miriam Ferreira Carvalho, por toda o cuidado e amor. Aos demais familiares, pela torcida diária pelo meu êxito na vida e nos estudos.

Aos meus amigos, por estarem presentes mesmo quando precisei ficar ausente, pela torcida e por deixarem os meus dias mais felizes.

Ao Dr. Albert Lages Mendes, por toda a confiança que depositou em mim durante a jornada nada fácil de ser profissional e mestranda.

Aos meus colegas de trabalho que, no decorrer do tempo se transformaram em amigos e sempre estiveram dispostos a fazer minha rotina de trabalho ser mais leve.

Aos meus professores do PPGS, pelos ensinamentos diários não só na esfera acadêmica, mas também na vida, que me fizeram perceber que o conhecimento é o caminho para transformar o mundo em um lugar melhor.

À minha orientadora, Emilene Leite de Sousa, pelo companheirismo, parceria, paciência, por todo o aprendizado e por acreditar em mim mesmo quando eu fraquejei. Não imagino passar por todo esse processo sem tê-la como referência.

Ao meu amigo Lucas Alves, que sempre me apoiou nessa trajetória do mestrado, compartilhava suas vivências, já que também estava passando pelo mesmo processo que eu, e

que infelizmente logo após se tornar mestre nos deixou nesse mundo físico. Parte desse trabalho eu dedico a você, meu mestre, sei que estará feliz e torcendo por mim de onde estiver.

Aos meus colegas de mestrado, em especial Clayton, Edineia, Mércia e Verônica, que foram confidentes, rede de apoio e me fizeram entender que no mestrado podemos sim fazer amigos que levaremos para a vida.

Enfim, agradeço a todos que dedicaram algum tempo de suas vidas para me dar suporte, nos mais variados aspectos da vida.

Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!

Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranquilo.

Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.

Ou isto ou aquilo
(Cecília Meireles)

RESUMO

O presente trabalho objetivou produzir uma etnografia acerca das crianças refugiadas no estado do Maranhão, com ênfase nas cidades de Imperatriz, Açailândia e São Luís, fazendo uso da observação das experiências das famílias refugiadas da Venezuela. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber diversas práticas realizadas pelas famílias refugiadas - entre elas, a produção de artesanato e alimentos, as redes e parentesco tecidas entre os grupos, dentre outras atividades realizadas - e de que forma as crianças integravam tais atividades. Além disso, problematizamos a categoria “refugiado”, pois a mesma carrega uma imposição, não uma condição a ser escolhida. A pesquisa possui o movimento como característica principal, tendo em vista que os deslocamentos dos sujeitos pesquisados foram primordiais para guiar os caminhos da pesquisa e resultados. Os resultados apontaram sobretudo, sobre a condição da criança venezuelana em um processo de dupla migração, ao passo que migraram não apenas de país, mas também do ambiente rural para o espaço urbano. A pesquisa revela o quanto a temática do refúgio a partir do olhar para a infância ainda é pouco discutida no Brasil. Com base no método etnográfico, descrevemos os bairros onde residem as crianças refugiadas venezuelanas e suas famílias. Os resultados apontam para o impacto da dupla migração sobre as experiências com a infância das crianças venezuelanas no Maranhão.

Palavras-chave: Crianças Venezuelanas. Crianças Refugiadas. Cidades.

ABSTRACT

This research aimed create a refugee children ethnography, in the state of Maranhão, with emphasis on the cities of Imperatriz, Açailândia and São Luís, making use of the observation of the experiences of refugee families from Venezuela. During the field research, it was possible to notice several practices performed by the refugee families - among them, the production of handcrafts and food, the networks and kinship woven between the groups, among other activities - and how the children integrated such activities. In addition, we problematize the category “refugee”, as it carries an imposition, not a condition to be chosen. The research has movement as its main characteristic, considering that the displacements of the researched subjects were essential to guide the paths of the research and results. The results pointed, above all, to the condition of the Venezuelan child in a process of double migration, as they migrated not only from the country but also from the rural environment to the urban space. The research reveals how much the theme of refuge from the childhood perspective is little discussed in Brazil. Based on the ethnographic method, we describe the neighborhoods where Venezuelan refugee children and their families live. The results point to the double migration impact on the childhood experiences of Venezuelan children in Maranhão.

Keywords: Venezuelan Children. Refugees. Children. Cities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CDH/IMP	Comissão de Direitos Humanos de Imperatriz
CDVDHCB	Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmen Bascarán
CONARE	Comitê de Nacional de Refugiados
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MP – MA	Ministério Público Estadual do Maranhão
NAMIR	Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados
ONU	Agência da Organização das Nações Unidas
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
SEDES – IMP	Secretaria de Desenvolvimento Social de Imperatriz
SEDIHOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Mapa de localização do município de São Luís	80
IMAGEM 2: Desenho da Beliane	114
IMAGEM 3: Desenho das crianças refugiadas	115
IMAGEM 4: Desenho da Maria	116
IMAGEM 5: Desenho do local de moradia das crianças refugiadas	117
IMAGEM 6: Desenho da criança Maect	118
IMAGEM 7: Desenho da Gracela	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Quando o objeto de estudo migra	15
Estrutura da dissertação	20
1 ITINERÁRIO TEÓRICO.....	22
1.1 Processos migratórios: refúgio e direito internacional	22
1.2 Migração infantil: crianças refugiadas	32
1.3 Os estudos da infância	36
1.4 Crianças na cidade	46
1.5 Os processos de socialização	50
2 ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....	56
2.1 Método etnográfico em pesquisas com crianças	62
2.2 Etnografias urbanas	70
3. CONHECENDO O UNIVERSO PESQUISADO.....	78
3.1 Das cidades	78
3.1.1 - Imperatriz	78
3.1.2 - Açailândia.....	79
3.1.3 - São Luís.....	79
3.2 Adentrando nos bairros.....	85
3.3 “Chovia pelo lado de dentro”: da minha inserção no campo e dos costumes	89
3.5 Dieta alimentar	96
3.6 A coleta.....	100
4 COM AS CRIANÇAS EM MOVIMENTO	102
4.1 A vinda para o Brasil	102
4.2 O deslocamento no bairro	106
4.3 A mudança do espaço rural para o urbano: a dupla migração.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

Ser criança é uma condição que independe do ambiente em que a mesma está inserida, mas a experiência que cada criança terá com a infância é que vai ser relativizada. A criança é, por si só, vulnerável, necessitando assim de cuidados e atenção diferenciados, devendo a família, o Estado e a sociedade como um todo garantir que as mesmas tenham seus direitos básicos preservados e efetivamente desfrutados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu Art. 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990).

No entanto, nem todas as crianças estão inseridas em contextos sociais que garantam a elas condições favoráveis para viver essa fase do ciclo da vida de forma adequada. Quando se fala em crianças refugiadas a situação é ainda mais sensível, uma vez que além de serem vulneráveis pela condição de criança, são também vulneráveis pela condição de refugiadas. A lei brasileira assegura que todas as crianças, sejam nacionais ou estrangeiras, que estão em território nacional, possuem os mesmos direitos.

Nesse sentido, Grajzer (2018, p. 107) discorre que:

Apesar dos diversos mecanismos de proteção internacional e no âmbito do sistema interamericano, as crianças refugiadas ainda constituem um grupo duplamente vulnerável devido sua condição de ser humano em desenvolvimento e seu status migratório. Sendo assim, torna-se extremamente necessário adicionar esse tema não apenas à agenda internacional, como na implementação de políticas públicas e sociais de cada Estado nacional para que haja inclusão e não discriminação desses seres humanos que precisam ter seus direitos reconhecidos e efetivamente garantidos.

Ainda assim, mesmo diante desse cenário de dupla vulnerabilidade, a preocupação em se debater sobre essas crianças não é permanente, como Elisa Sardão Colares (2019) sabiamente pontua em sua tese “Entre ir, (não) chegar e (não) voltar: as dinâmicas dos deslocamentos forçados de crianças centro-americanas e mexicanas para os Estados Unidos”, que apresenta narrativas de crianças protagonistas das migrações forçadas oriundas da América Central e México em direção aos Estados Unidos. De acordo com a autora,

[...] o alerta de crise humanitária só ganha luz de maneira cíclica e pontual, tanto pela mídia quanto pela opinião pública a cada nova Caravana, a cada nova foto das instalações de detenção etc. se tem um novo alarde midiático, que comove a opinião pública, mas que cessa imediatamente diante de outro episódio mais catastrófico em torno do globo, ou alguma declaração que aponte uma solução imediatista. Tais alardes geram, ainda, inúmeras consequências a essas crianças, desde a inapropriada divulgação de seus rostos (levando a uma exposição muitas vezes não consentida, expondo-as àqueles de quem estão fugindo) até a reprodução de preconceitos e estereótipos que servem para justificar maior repressão por parte do poder público (estratégia essa bastante presente no atual governo dos EUA). (COLARES, 2019, p. 8).

Nesse contexto, ao me deparar com diversas notícias recentes sobre a crise que atravessa a Venezuela e o processo de migração de venezuelanos rumo ao Brasil, também pude perceber, nas ruas de Imperatriz, a presença de crianças venezuelanas em diferentes pontos da cidade. Aliado a esses fatores, meu trabalho no Ministério Público Estadual - MPMA, em uma Promotoria de Família que procura zelar pelos interesses de crianças e adolescentes, nutriu o desejo de analisar como é a infância das crianças das famílias venezuelanas refugiadas no Maranhão, tendo como ponto de partida a cidade de Imperatriz, onde esta pesquisa se iniciou.

Em 2020, a Secretaria de Desenvolvimento Social de Imperatriz - SEDES/IMP, noticiou que ofertava todo o suporte necessário aos refugiados venezuelanos e por isso solicitava que a população não desse dinheiro a eles. Resolvi então entrar em contato com a referida secretaria e fui informada da existência de um abrigo, chamado Reviver, criado justamente para acolher os refugiados.

Obtive o contato telefônico da assistente social responsável pelo local e, ao entrar em contato, fui informada por ela de que, de fato, as famílias são proibidas de levar as crianças para as ruas para pedir dinheiro. Há fiscalização dos funcionários do abrigo, juntamente com a guarda municipal, que quando percebem a presença das crianças ou recebem informações de que as mesmas estão trabalhando ou pedindo dinheiro nas ruas, dirigem-se até o local, advertem os pais e fazem um trabalho de conscientização.

No entanto, ocorre que nos dias seguintes elas estão novamente nas ruas, pois de acordo com as mães e os pais das crianças, a presença das crianças gera um apelo emocional maior e, em consequência, mais dinheiro ao final do dia. Além disso, os fiscais relatam que por diversas vezes encontraram crianças doentes, com febre, indo de um lado para outro da rodovia - correndo risco de acidentes - para receber dinheiro de pessoas que param seus carros enquanto o semáforo está fechado.

Diante disso, parti da hipótese de que essas crianças desempenhem um papel fundamental na dinâmica de suas famílias e que analisar esta dinâmica, por meio do olhar das crianças, é relevante no sentido de ir além de conceitos de infância que se desejam universais, dando a elas a oportunidade de mostrar como é a infância sob suas perspectivas.

Ademais, como defende Schildkrout (1978) qualquer tema de pesquisa que não tome as crianças como interlocutoras como outra variável qualquer em campo – homens, mulheres, jovens, adultos e idosos – não terá atingindo a sua plenitude.

Quando o objeto de estudo migra

É certo afirmar que a vinda de venezuelanos, incluindo crianças, para a cidade de Imperatriz gerou impacto em suas vidas, como também na vida daqueles que passaram a conviver com eles. Por isso, dentre as questões que norteiam essa pesquisa, investigamos: como são construídas as infâncias em movimento das crianças refugiadas venezuelanas que moram no Maranhão? Como se dá a participação destas nos processos de socialização das suas famílias?

Durante o ano de 2019, o abrigo Reviver de Imperatriz recebeu 53 venezuelanos – homens, mulheres e crianças, a maioria indígenas Warao¹, que vieram voluntariamente e fixaram moradia na Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI desta cidade. A FUNAI não contava com estrutura para acolher tal quantidade de pessoas, de modo que os indígenas venezuelanos refugiados passaram a viver em um ambiente insalubre.

Tal situação despertou preocupação nas autoridades locais, o que levou à uma reunião durante o mês de outubro, ainda em 2019, entre o Ministério Público Federal, a FUNAI, a SEDES/IMP, além da Defensoria Pública, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHOP e a Comissão de Direitos Humanos de Imperatriz - CDH/IMP, para analisar quais diretrizes seriam adotadas a fim de garantir melhores condições de vida aos refugiados. Após a referida reunião, ficou acordado que a Prefeitura Municipal de Imperatriz, sob responsabilidade da SEDES, se encarregaria de encontrar um local para abrigar as famílias, iniciando o processo de busca em 10 de outubro de 2019.

A Paróquia Santa Cruz, na pessoa do padre Rômulo, disponibilizou um local que

¹ Grupo étnico do Norte da Venezuela

não foi aceito pelos refugiados, sob o argumento de ser afastado do centro da cidade, o que dificultaria o pedido de dinheiro em sinais de trânsito, e portanto, a subsistência naquele momento. Foi somente em janeiro de 2020 que as famílias saíram da FUNAI e foram acomodados em um abrigo municipal no bairro São José, e quatro meses depois, em maio, trinta e três venezuelanos chegaram ao Abrigo Reviver, espaço criado para ser moradia, em Imperatriz, daqueles que deixaram seu país em busca de melhores condições de vida.

Em novembro de 2020 o Abrigo Reviver contava com três adultos e três crianças abrigados em seu espaço físico. A equipe era formada por catorze profissionais com formações distintas, que faziam o acompanhamento e prestavam assistência também aos refugiados não mais residentes no referido abrigo, acomodados em variados bairros da cidade, somando aproximadamente vinte famílias.

Ao percorrer as ruas de Imperatriz, pude perceber uma diminuição na quantidade de famílias venezuelanas em pontos onde, anteriormente, a presença era mais expressiva. Ao visitar o Abrigo Reviver fui informada que as referidas famílias haviam se deslocado para a cidade de Açailândia, localizada há aproximadamente 70km de Imperatriz, e lá estabelecido residência.

Ao examinar os motivos que levaram a tal deslocamento, percebemos que são variados: o menor custo de vida e a existência de um bairro chamado Capelosa, em que casas menores, a proximidade de áreas verdes, bem como a estrutura física e organizacional são semelhantes aos da Venezuela. Além disso, há também o fato de haver menor fiscalização por parte das autoridades no que diz respeito à proibição das crianças nas ruas.

Importante salientar que, inicialmente, os refugiados venezuelanos, embora residentes em Açailândia, continuaram indo quase diariamente para Imperatriz por algum tempo, sem as crianças, em direção a pontos da cidade diferentes daqueles onde eram facilmente encontrados antes.

Diante desse cenário, ainda no Abrigo Reviver, fui informada da existência de uma ONG em Açailândia que prestava assistência aos venezuelanos, chamado Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDHCB. Ao entrar em contato com a coordenadora da referida instituição, esta concordou em me receber para fornecer mais informações e me acompanhar até o bairro Capelosa.

Acompanhada por minha orientadora, a professora e doutora Emilene Leite de Sousa para, desloquei-me até Açailândia, a fim de observar como as crianças refugiadas

venezuelanas estavam vivendo na referida cidade. Ao caminhar pelas ruas do bairro Capelosa, constatamos que existiam cerca de sete famílias venezuelanas, todas tendo em média duas crianças em casa. Em conversas com os adultos, soubemos de outras famílias que haviam deixado Açailândia há pouco tempo, partindo em direção a outras cidades, principalmente no estado Pará, em busca de melhores condições de vida. As famílias permanentes informaram também ter a pretensão de partir, dado o então cenário não ser tão favorável.

Na insistência de pesquisar estes sujeitos fluidos, que estão em constante movimento, conforme documento da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para os refugiados, decidi realizar um estudo, articulando as crianças que estavam no Abrigo Reviver em Imperatriz, com as que residem em Açailândia e de acordo com o movimento que faziam, eu me movia também. Após realizar algumas visitas, fui transferida para a cidade de São Luís a trabalho, mas pretendia retornar às referidas cidades para dar continuidade ao trabalho. No entanto, descobri que as crianças de Imperatriz haviam ido embora, e que algumas da cidade de Açailândia também já haviam partido para outros municípios, juntamente com seus familiares, o que inviabilizou a continuação da pesquisa nos referidos espaços.

Assim, ao estabelecer morada em São Luís, motivada por questões profissionais, procurei me informar sobre a presença de refugiados venezuelanos pela cidade, motivo pelo qual procurei o Centro de Mediação Comunitária do Ministério Público do Estado do Maranhão e pedi indicação de pontos onde eu pudesse encontrar mais famílias venezuelanas, tendo em vista São Luís ser uma cidade ainda desconhecida por mim àquela altura. No Centro, conheci o senhor Fadaka, atuante na Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS, no setor de Superintendência de Articulação Institucional.

Segundo Fadaka, as famílias de refugiados venezuelanos se encontram residindo em maior quantidade em três setores específicos de São Luís, totalizando cerca de vinte famílias, mas ele não pôde especificar a quantidade exata de crianças. Deste modo, decidi desenvolver a presente pesquisa na cidade de São Luís, mais uma vez mudando, assim como os sujeitos pesquisados.

A vulnerabilidade das crianças refugiadas venezuelanas que residem no Maranhão é demonstrada por diversos aspectos, sendo perceptíveis desde os primeiros contatos nas referidas cidades, considerando as ausências que se fazem presentes no dia a dia das crianças, variando entre uma falta de alimentação adequada, de escolas, de

segurança completa ou mesmo de poder ser apenas criança, sem precisar se preocupar com onde vai ser sua moradia nos próximos dias.

Ademais, as experiências trazidas pelos processos de deslocamentos entre cidades e travessia da Venezuela ao Brasil deixa reflexos em suas vidas, podendo ser considerado para algumas como eventos traumáticos que impactam suas relações futuras, forma de ver o mundo e se enxergar dentro dele, fazendo com que essas infâncias sejam singulares, considerando esse cenário de vulnerabilidade que foram e continuam sendo expostas.

Importante salientar que os processos migratórios internacionais adquiriram uma grande visibilidade resultante tanto do incremento dos fluxos migratórios à escala global quanto das deficiências associadas à gestão de sua política, conforme pontuam Truzz e Monsma (2018) além do fato de que tais processos acompanham o desenvolvimento da sociedade, seja ele voluntário ou não.

Diversas pessoas, em todo o mundo, estão em busca contínua de encontrar um local que garanta à elas a possibilidade de desfrutarem de seus direitos básicos, que deveriam ser garantidos pela sua nação. No entanto, inúmeros são aqueles que se veem obrigados à deixar seu país de origem e procurar refúgio em países até então desconhecidos.

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, define refugiado como aquele que:

[...] em conseqüência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em conseqüência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951, p.2).

Já os migrantes são definidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a ACNUR² como aqueles que “escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões”. Para Anja Weiß (2018), todos os seres humanos, sejam eles migrantes ou não, esforçam-se para mudar de vida.

Assim, desde 2016, quando a crise na Venezuela passou a se intensificar, teve

² Trata-se da agência da ONU para refugiados.

início um processo migratório de venezuelanos rumo ao Brasil. Esse processo tornou-se ainda mais acentuado a partir de 2018, e diversos veículos de comunicação noticiaram os vários conflitos em Pacaraima, no estado de Roraima, cidade brasileira que fica na divisa com a Venezuela. A grande quantidade de refugiados recebida pelo estado de Roraima gerou preocupação no governo local, o que levou a um processo de incentivo à interiorização, no intuito de espalhar os imigrantes oriundos da Venezuela por todas as regiões do país.

Nos primeiros oito meses do ano de 2020, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, reconheceu trinta e oito mil venezuelanos refugiados no Brasil. Perante o cenário de incentivo à interiorização, o estado do Maranhão também recebeu famílias de refugiados venezuelanos. Vale ressaltar que tais famílias são consideradas refugiadas, e não apenas migrantes, tendo em vista que muitos já possuem, inclusive, o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE).

Nesse contexto de refúgio, parto da hipótese de que as crianças são importantes nesse processo migratório. Além disso, estou atenta ao fato delas se mostrarem duplamente vulneráveis por serem refugiadas e por serem crianças. Assim, me interessei por investigar a participação das crianças nos processos de socialização das famílias refugiadas nas cidades de Imperatriz, Açailândia e São Luís – MA. As questões que nortearam a proposta de pesquisa foram: como são construídas as infâncias em movimento das crianças refugiadas venezuelanas que moram no Maranhão? Como se dá a participação dessas crianças nos processos de socialização das suas famílias? Quais as representações dessas crianças sobre a cidade?

A presente pesquisa pretende contribuir com a área da Sociologia da Infância, investigando a vivência das crianças e sua importância na socialização das famílias, além de trazer a narrativa das crianças venezuelanas sobre as experiências com a cidade, experimentadas por elas e suas famílias refugiadas, sobretudo na cidade de São Luís.

Cabe ainda salientar que embora o fenômeno recente da migração tenha impactado as ruas das cidades do Maranhão, não há nenhuma pesquisa acadêmica aprofundada que tenha se dedicado às questões que esta pesquisa aborda, considerando a participação das crianças e sua agência no caso das famílias refugiadas. Por fim, esta investigação se dedicou também aos modos particulares de se vivenciar a cidade e a infância em situações de refúgio, sendo por isso uma análise pioneira, o que justifica a sua relevância.

Importante ressaltar que a presente pesquisa pode servir de embasamento para a

criação de políticas públicas voltadas aos sujeitos estudados, tendo em vista que a presença de crianças venezuelanas no Maranhão se mostra uma realidade recente. Ademais, considerando que é na infância que o indivíduo inicia sua socialização e obtêm base para suas interações sociais, é preciso entender que crianças também participam do processo e são agentes modificadores do campo onde estão inseridas, tornando-se necessário analisar a socialização, neste caso, com enfoque nas crianças estrangeiras.

Esta pesquisa busca contribuir com os Estudos da Infância – campo de conhecimento no qual se insere – ao investigar a infância das crianças venezuelanas refugiadas a partir de suas experiências com as cidades maranhenses que se deslocaram, fazendo com que eu também me deslocasse.

Esta pesquisa objetivou ainda identificar as representações das crianças sobre a cidade e suas experiências com a mesma, averiguar como se dá a participação delas nos processos de socialização das suas famílias, bem como analisar a construção dessas infâncias em movimento das crianças em situação de dupla vulnerabilidade e dupla migração.

Metodologicamente, com intuito de alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se utilizou da etnografia (Geertz ,1989), especialmente numa abordagem recente de etnografia em movimento, que considera que os sujeitos pesquisados estão em constante mudança, tratando-se não apenas de uma pesquisa sobre crianças, como também com crianças. Por fim, é ainda importante ressaltar que, considerando o contexto de pandemia causada pela COVID-19, obedecemos aos protocolos e atendemos às devidas cautelas necessárias para realização da presente pesquisa, de modo que serão apresentadas as dificuldades e adaptações necessárias no capítulo metodológico.

Estrutura da dissertação

A presente pesquisa analisa a dupla migração de crianças venezuelanas refugiadas na no Maranhão, sendo a primeira a migração da Venezuela para o Brasil e a segunda o deslocamento do espaço rural para o urbano, com ênfase nas cidades de Imperatriz, Açailândia e São Luís. Foi possível observar as redes de relações sociais estabelecidas pelas crianças por meio de instituições, ao mover-me juntamente com elas pelas referidas cidades.

A investigação procura ainda identificar as representações das crianças sobre a cidade e suas experiências com a mesma. Inicialmente, foi feita uma revisão conceitual sobre processos migratórios, sobretudo para situar quando um indivíduo é considerado refugiado, para melhor compreensão dos sujeitos da pesquisa. Na sequência, realizamos revisão bibliográfica acerca da migração infantil, antropologia da infância, estudos sobre crianças na cidade, bem como de processos de socialização.

Metodologicamente, em face do cunho etnográfico da pesquisa, realizamos uma discussão metodológica acerca da utilização do referido método em pesquisas com crianças e movimento, por meio de uma etnografia *on the move*, sobretudo com a utilização de observação participante. Em seguida apresentamos o universo em que se realiza a pesquisa, bem como os resultados obtidos.

1 ITINERÁRIO TEÓRICO

1.1 Processos migratórios: refúgio e direito internacional

A migração deve ser analisada enquanto uma realidade mundial, incluindo assim o Brasil. A vinda de migrantes para o território brasileiro acontece há muitos anos e, recentemente, tem apresentado um elevado índice, o que merece a atenção das pesquisas acadêmicas.

A migração ocorre por vários fatores, dentre eles guerras, conflitos religiosos e étnicos, questões políticas, miséria, falta de empregos e inúmeros outros. A esse respeito, podemos considerar que “os deslocamentos são sempre resultado entre interesses pessoais e contextos que se colocam como possibilidade de vida para o indivíduo em questão, contextos que se podem ou não ‘deixar’ ou ‘buscar’” (Pissolato, 2007, p. 123).

Importante frisar que a temática em torno das migrações ganhou destaque entre os clássicos da Sociologia, tendo Oliveira (2014) se preocupado em realizar um apanhado sobre o tema, de modo que explicitou as abordagens feitas por Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e Georg Simmel (1858-1918), além das influências da Escola de Chicago³.

Inicialmente, o autor situa o leitor no espaço-tempo compreendido na Revolução Industrial, em que as migrações impactaram profundamente as cidades e suas dinâmicas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho, tendo Engels tratado sobre os irlandeses na obra "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", abrindo caminhos para que Marx também tratasse sobre migrações em algumas de suas obras, numa perspectiva relacionada ao processo de acumulação de capital, embora reconheça que a temática não tenha ganhado destaque. Nesse sentido, Oliveira (2014, p.4) afirma que:

Apesar da direção apontada, é notável a ausência de estudos mais aprofundados sobre o tema dos trabalhadores imigrantes na primeira geração de autores marxistas ou ainda na história da sociologia urbana marxista, onde a figura do imigrante sequer é mencionada. Do mesmo modo, a tradição marxista de fins do século XIX e início do século XX pouco destaque deu à origem e/ou à diversidade dos grupos de imigrantes, atendo-se principalmente à sua função no processo de acumulação capitalista. Com efeito, análises sobre o papel econômico do trabalhador retornariam ainda à cena sociológica no final da Segunda Guerra Mundial, quando surgiram os

³ Escola de Chicago foi o nome pelo qual um grupo de pesquisadores da Universidade de Chicago ficou conhecido nos anos 1920. Suas contribuições teóricas abrangem os campos da Sociologia, Psicologia e Comunicação.

estudos hoje clássicos da sociologia do trabalho, realizados por Friedmann (1946) e Touraine (1965; 1966; 1969).

Já no que diz respeito a Durkheim, o autor aponta que o mesmo se refere aos imigrantes quando estuda a relação entre o crescimento das cidades e questões morais, ao afirmar que estas se formam em razão da imigração. Para o sociólogo, o imigrante está relacionado à modificação da estrutura social, tirando o foco das relações econômicas e de trabalho e trazendo-o para a identidade e visibilidade conferidos a eles enquanto formadores de grupos profissionais, bem como para os processos de socialização que vivenciavam (Oliveira, 2014).

Já as abordagens de Weber sobre migração vieram da análise de trabalhadores alemães, e a substituição destes por trabalhadores poloneses e eslavos, o que o levou a concluir que "comparando trabalhadores alemães e poloneses, afirma que nem sempre o grupo nacional era aquele que melhor se adaptaria às regras de trabalho nas empresas capitalistas" (Oliveira 2014, p. 9). Voltando seu olhar à questão migratória, anos depois, ao realizar uma viagem aos Estados Unidos e analisar as consequências da colonização alemã e inglesa no referido país, Weber ainda tratou sobre imigração em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" (1904) e "Economia e Sociedade" (1922), numa tentativa de explicar a relação entre estrangeiros e sua integração em espaços sociais.

Já Simmel dá maior destaque ao imigrante em seus estudos, preocupando-se também com a socialização dos mesmos, levantando questões políticas, sociais, de espaço e gênero. Dessa forma, ao realizar esse apanhado, Oliveira (2014) afirma que, na sociologia, os conceitos clássicos sobre o tema da imigração surgem com as análises realizadas por Simmel em relação aos judeus, sobretudo nos Estados Unidos.

Simmel exerceu influência para que os fundadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago voltassem o olhar sobre a temática da imigração, ao passo que o "interesse dos pesquisadores de Chicago pelo tema da imigração teve por origem as migrações dos negros norte-americanos do Sul em direção às grandes cidades do norte do país" (Oliveira, 2014, p.15).

Dentre os integrantes da Escola de Chicago, foi principalmente Robert Ezra Park (1864-1944) quem divulgou diversos trabalhos sobre imigração, integração de grupos de imigrantes, marginalidade dos mesmos, entre outros aspectos relacionados, inclusive fazendo referências a Simmel. No entanto, foi a obra intitulada "*The Polish Peasant in Europe and America*" (1918), de William I. Thomas (1863-1947) e Florian W.

Znaniecki (1882-1958) que consagrou os imigrantes como tema central de análise na referida escola.

Apesar do interesse dos estudiosos citados sobre a temática e independentemente de dar maior ou menor destaque sobre o imigrante, é possível perceber que as crianças não aparecem nos estudos dos clássicos, embora seja incontestável que elas tenham participado dos processos migratórios juntamente com os adultos, e tenham contribuído para as alterações das dinâmicas sociais e geográficas.

Trazendo a temática para o Brasil, sabemos que o país é marcado pelo recebimento de estrangeiros e vários são os estudiosos que se dedicaram a estudar a formação nacional brasileira. As pesquisas sobre o assunto no Brasil, dentro das ciências sociais, tiveram início no final dos anos trinta, em virtude da expressiva chegada de imigrantes em quase todo o território nacional, tendo como importante característica de tal processo no país a relação entre imigração e raça.

Inicialmente, os estudos se concentraram majoritariamente no estado de São Paulo, onde era possível perceber grande fluxo migratório. Entretanto, a temática aparecia de forma transversal, ao passo que o foco das pesquisas estava voltado para hábitos de vida e questões urbanas, bem como as relações com os brasileiros naturais, de modo que os referidos estudos, ao tratar sobre os imigrantes, abordavam sua presença como parte dos componentes que alteravam a configuração geográfica e urbana, bem como os relacionavam com questões ligadas à criminalidade, já demonstrando que os que aqui chegavam enfrentavam diversos tipos de preconceitos por parte dos nacionais. Nesse sentido, Taniguti (2018, p. 6) discorre que:

No período que se estende até os anos cinquenta, os estudiosos dedicados à temática da imigração nas ciências sociais brasileiras estiveram interessados sobretudo nos processos resultantes do contato entre grupos de origens e características distintas. Mais do que simplesmente colocar à prova o imaginado discurso sobre a capacidade inclusiva e não discriminatória da nação – mesmo que isso implicasse na adoção de pressupostos como a mudança da mentalidade do imigrado e a subordinação de “nacionalismos estranhos” a valores predominantes na sociedade receptora –, os resultados de seus estudos tiveram repercussão no debate público da época, devido à sua capacidade de atestar o relativo sucesso em incorporar imigrantes sob um viés estritamente cultural, relegando o determinismo biológico das visões racistas ao anacronismo.

Ao se estudar os processos migratórios no Brasil, sejam eles internos ou internacionais, não se pode desprezar o momento histórico e político nacional, tendo em vista ser esse um fator que exerce influência de forma direta nas políticas públicas e tratamento destinados aos migrantes.

Nesse sentido, é importante pensar nas relações sociais que se constituem a partir dos processos de migração, visto que os contatos entre estrangeiros e brasileiros não ocorrem dissociados dos elementos políticos, econômicos e culturais que circundam estes sujeitos. A exemplo, em “Casa Grande & Senzala”, obra escrita por Gilberto Freyre e publicada em 1933⁴, na qual podemos observar aspectos concernentes às interações de brasileiros com estrangeiros. Na obra, o autor descreve situações nas quais são notáveis as concepções de assimilação e absorção da cultura e hábitos do outro.

Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica. O historiador alemão Gottfried Heinrich Handelmann (1827-1891), citado na pesquisa de Freyre, observa que:

"[...] para ser admitido como colono do Brasil no século XVI, a principal exigência era professar a religião cristã: somente cristãos" – e em Portugal isso queria dizer católicos – "podiam adquirir sesmarias". "Ainda não se opunha, todavia", continua o historiador alemão, "restrição alguma no que diz respeito à nacionalidade: assim é que católicos estrangeiros podiam emigrar para o Brasil e aí estabelecer-se [...]" (Freyre, 2003. p. 91).

A referida compreensão tem sido objeto de análise para estudiosos do pensamento social brasileiro há muito tempo. Muitos desses estudos demonstram que os processos de entrada e permanência de estrangeiros no Brasil são permeados por interações conflituosas e que, muitas vezes, descaracterizam os modos de agir e conviver desses indivíduos em sociedade.

O estranhamento e a diversidade destacados por Rebelo (2007) conduzem à percepção de que as relações entre estrangeiros e brasileiros se constituem histórica e culturalmente. Dessa forma, podemos observar também análises sobre as especificidades dos processos migratórios e dos povos que passaram a habitar as terras brasileiras, sobretudo ao se falar sobre raça, sem destacar a importância das crianças nesse processo.

O documento intitulado “O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50”, demonstra os impactos sociais no Brasil resultantes dos processos de desenvolvimento econômico e de mobilidade social, contribuindo para refletir sobre a sociedade brasileira, predileção por determinados grupos raciais em detrimento de outros.

⁴ Para efeitos de referência, utilizamos neste trabalho a edição de 2003.

Olives (2002) também se preocupou em explicar os processos de incorporação de elementos estrangeiros, sobretudo aqueles trazidos pela família real portuguesa, bem como os questionamentos levantados pelo Manifesto Regionalista⁵, ao discutir questões de identidade nacional, sobre o que seria nacional x estrangeiro, tradicional x moderno ou mesmo regional x nacional.

Com efeito, os estudos sobre a formação nacional, ligada diretamente à presença de imigrantes, bem como aos processos migratórios internos no país, estão mais voltados para questões ligadas à incorporação de costumes, bem como às questões raciais, de maneira que crianças também não possuem visibilidade nos referidos estudos.

Vários foram os estudiosos, dentro das ciências sociais, no âmbito nacional e internacional, que se dedicaram a estudar a temática da migração, no entanto, as crianças não ocupam papel de destaque nestes estudos, sendo que, na maior parte, sequer são mencionadas. Assim, considerando a importância de compreender que a infância é uma experiência única para cada criança, dar visibilidade às crianças em situação de migração se torna imprescindível, tendo em vista que as mesmas também participam de tais processos.

No tocante aos processos migratórios, esses podem ser temporários ou permanentes, ao passo que “partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo. Tempo de partir para uns é, simultaneamente, tempo de ficar para outros” (DERMATINI; TRUZZI, 2005, p. 54). Em outras palavras, cabe afirmar que, na maioria das vezes, os referidos processos são acompanhados de muitas incertezas, dificuldades, e sobretudo, esperança. Compartilhando desse pensamento, Menezes (2012, p. 38) dispõe que:

Essa luta se expressa, na maioria das vezes, por formas de resistência dissimuladas e silenciadas. O cenário de invisibilidade política e de aparente passividade está sendo questionado pelos movimentos, ações e símbolos dos migrantes nacionais e internacionais que irrompem a cena pública e ganham visibilidade política. Há um longo caminho a percorrer, o qual se entende que seja de caráter metodológico, para compreender a experiência dos migrantes, que, muitas vezes, é indizível, vivenciada em silêncio ou silenciada, pois é constituída de sentimentos de indignação, humilhação, sofrimento, dor, mas, também, de muita coragem, sonhos, desejos.

⁵ O Manifesto Regionalista foi, na verdade, um conjunto de declarações feitas pelo Grupo Modernista-Regionalista do Recife, liderado por Gilberto Freyre. Publicado em 1926, soma-se aos manifestos da primeira fase do modernismo no Brasil, que vai de 1922 a 1930.

Importante mencionar que aquele que migra não se desterritorializa, uma vez que “não que a desterritorialização não exista, mas [de que] se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re) territorialização” (HAESBAERT, 2007, 19). Portanto, na visão do pesquisador, é mais adequado considerar o deslocamento do indivíduo enquanto a configuração de uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização *no e pelo* movimento (Haesbaert, 2004, n.p).

Assim, ao mesmo tempo em que a vivência dos migrantes é transformada pelo ambiente em que estão inseridos, eles também transformam o referido campo, de modo que “o ‘campo’ é esse território. Lugar hierarquizado, estruturado segundo uma determinada lógica de interesses, nele, agrupa-se, interage, complementa-se e entra em conflito um grupo de atores [...]” (Ortiz, 2003, p. 11). Sendo assim,

Se o processo de migração faz com que os envolvidos se tornem diferentes do que eram antes, isso não significa que necessariamente ocorram descontinuidades de identidades e costumes, o que parece mais provável é que aconteça uma redefinição dos mesmos, porém, a partir de algo e não como se as pessoas estivessem suspensas no ar sem ancoragem cultural. Os migrantes em muitos casos parecem viver uma situação “translocal”, eles habitam dois mundos, o que ocorre com tensões, contradições e sofrimento. (Amorim 2012, p.45-46)

Vale mencionar que a autora está se referindo aos estudos realizados com brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. Ela destaca ainda que a cultura brasileira se mostra presente principalmente nas vestimentas, sendo possível notar que tais imigrantes optam, por exemplo, por utilizar roupas coloridas e leves embaixo dos casacos, em referência às roupas usadas no país de origem. Por outro lado, a autora também aponta que atualmente tal prática se torna um pouco menos evidente, tendo em vista que a moda tomou escalas globais e é notório que muitos imigrantes, sobretudo mulheres mais jovens, não compartilhem tanto de tal comportamento.

Assim, sabendo que o deslocamento de migrantes de outros países é um problema que necessita de uma discussão aprofundada, é preciso conhecer a situação que se encontra o migrante em nosso território. Ademais, quando falamos em refugiado a situação é ainda mais sensível, ao passo que estes não escolheram migrar, foram forçados a tal situação.

A inserção e inclusão de refugiados em culturas distintas traz à tona cenários diversos, tanto para os que chegam, quanto para os que aqui já estavam, além de gerar

alguns problemas sociais, sobretudo pelo preconceito com o diferente. Para termos uma ideia,

O número de pessoas forçadas a se deslocar por motivos de perseguição, conflito ou violência generalizada foi de 68,6 milhões, correspondendo a um aumento aproximadamente de 4,41% em relação a 2016, número no qual encontram-se incluídos 25,4 milhões de refugiados e 3,1 milhões de solicitantes de refúgios (Alvarenga, 2019, p. 09).

O número de refugiados aumenta de forma acelerada, causando a necessidade de uma discussão sobre os problemas que cercam essa prática⁶. A vulnerabilidade dos refugiados é um aspecto que precisa ser abordado, já que alguns imigrantes, ao chegar no país estrangeiro, não conseguem uma situação favorável: muitos chegam a passar fome e aceitam trabalhos em condições desumanas. Diante dessa situação, a realização de pesquisas a respeito do tema é necessária, ademais, o próprio termo merece uma análise de modo mais aprofundado.

O termo “refugiado” surge dos instrumentos jurídicos internacionais adotados entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, momento em que a necessidade de proteger torna indispensável à criação de normas e documentos que tratem dessa categoria em sentido específico. Todavia, a condição de refúgio é tão antiga quanto à civilização, desde a existência da humanidade existiram conflitos armados, perseguições religiosas, ameaças, explorações que fizeram com que diversos povos migrassem em busca de melhores condições de vida e proteção (Grajzer, 2018, p. 81).

O processo migratório abarca um debate complexo, pois dentro dele existem distintas formas de compreender a migração. Há migrações, dentro de uma visão sociológica e antropológica, que são realizadas de formas distintas: a) a migração forçada, aquela na qual o refugiado é obrigado a deslocar-se de seu país por causas alheias à sua vontade; b) a migração clandestina, aquele tipo de migração que, independentemente do motivo de seu deslocamento, o indivíduo entrou em outro país sem a permissão ou visto; c) a migração social, ou seja, aquela que é gerada principalmente por conflitos de classes, em que o refugiado não se sente integrante ativo de sua nacionalidade, não recebe os direitos básicos enquanto cidadão. Fica claro, portanto, como a migração é um processo que necessita de uma problematização mais profunda e específica, pois existem casos que se distinguem, e cada um deles carece de uma forma peculiar para analisar e intervir.

⁶ “O complexo fenômeno da globalização, a partir da década de 1960, também exerceu influência na mobilidade urbana causando impacto político e cultural sobre o mercado global e sua forma dominante, livre e sem controle” (Grajzer, 2018, p. 72).

A condição de refúgio se amplia quando direcionamos a discussão para a infância. O refúgio implica uma situação de vulnerabilidade que deve ser vista como uma questão pertinente dentro do campo sociológico, aspecto que integra um dos objetivos da pesquisa. A pessoa refugiada, ao sair do país de origem, intenta condições melhores para sua vida. Entretanto, não é incomum ver tais pessoas em situações agravantes no país para o qual resolveram migrar. No entanto, independentemente do tipo de migração, a criança imigrante/refugiada deve ser assistida por leis. De acordo com Alvarenga (2019, p. 11):

O artigo 22 da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente prevê que seus Estados partes, entre eles o Brasil, adotem medidas que assegurem à criança solicitante de refúgio proteção e assistência humanitária adequadas, que as possibilite usufruir dos direitos nela enunciados. Ocorre que, em que pese menção expressa às crianças refugiadas na referida Convenção, o mesmo não se sucede no ordenamento brasileiro, no qual se nota uma falta de diretrizes específicas a esse grupo.

Legalmente, segundo o Artigo 22, os direitos das crianças refugiadas devem ser assegurados com proteção e assistência adequada. Contudo, conforme salienta o autor supracitado, é possível notar uma falta de diretrizes que façam com que esses direitos sejam de fato gozados, embora tais crianças necessitem que os mesmos sejam exercidos na prática.

Apesar de a migração ser considerada uma prática adulta, o número de crianças refugiadas aumentou consideravelmente nos últimos anos, por diferentes motivos, tornando-se um fenômeno global. Segundo Isabel Cantinho (2018, p. 156):

Nos últimos anos o número de crianças que cruzam fronteiras internacionais e buscam refúgio cresceu significativamente. Milhões de crianças se movem na tentativa de fugir de conflitos, desastres naturais, pobreza e violações de direitos humanos, em busca de melhores condições de vida. A migração de crianças se tornou uma realidade global.

Conforme a autora, a migração se tornou um fenômeno expressivo numa perspectiva mundial. Os desafios do recebimento dos refugiados não dizem respeito apenas à falta de assistência e proteção, mas também ao preconceito e ao racismo étnico, fatores que também são pontos de reflexão. De acordo com o Comitê de Nacional de Refugiados (CONARE), no cenário brasileiro, em 2016, cerca de 18% dos refugiados são crianças e jovens menores de 18 anos (Conare, 2016). Porcentagem alarmante e que precisa ser levada à discussão.

Devido aos altos índices de refugiados que solicitam entrada no Brasil, é urgente que se ampliem os estudos e políticas para atender as necessidades desses imigrantes no

território nacional, compreendendo também que as crianças são as mais vulneráveis nesse processo, pois emergir em um campo linguístico e cultural novo deixa marcas profundas em seu desenvolvimento.

São esses pequenos imigrantes os que são ‘mergulhados’, por assim dizer, ao mesmo tempo e profundamente, em dois contextos sociais e culturais muitas vezes extremamente distintos; a forma como esse mergulho ocorre pode variar de um grupo para outro, de uma família para outra dentro do mesmo grupo (Demartini, 2009, p. 80).

Demartini (2009) aponta como a inserção das crianças imigrantes no contexto cultural diferente de seu país de origem precisa ser um processo bem planejado e arquitetado. Esse planejamento se faz necessário devido a disparidade entre os grupos, tendo em vista que essa variação pode ocorrer não apenas na sua formação identitária, mas nas diferenças que existem dentro dos diversos grupos. A alteridade precisa ser preservada, por outro lado, é imprescindível que se leve em conta as etapas de adaptação, de modo a facilitar o processo de socialização das famílias, sobretudo das crianças.

O Direito Internacional é importante para os refugiados, tendo em vista que estabelece que estes devem gozar dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo liberdade de expressão e de movimento, e proteção contra tortura e tratamento degradante.

As discussões legais em torno do assunto são indispensáveis para garantir os direitos humanos dos cidadãos que precisam se deslocar de sua cultura para uma outra totalmente diferente. Nessa esfera, discutem-se as principais necessidades que devem estar garantidas às pessoas refugiadas de seus países quando chegam no país em que decidiram se refugiar. A esse respeito, Renata de Farias Falangola (2017, p. 15) discorre que:

Pretendendo garantir proteção às pessoas que se encontram obrigadas a fugir de seus países de origem em decorrência de perseguição, à liberdade e/ou a vida diante de motivos de opinião política, raça, religião ou por pertencer a um determinado grupo social, é que o Direito Internacional dos Refugiados age. Diante de tal cenário, se pode afirmar que o Direito Internacional dos Refugiados se conecta com a proteção dos direitos humanos, pois aquelas pessoas que se tornam refugiadas são porque seus direitos humanos são ameaçados.

Só é possível falar em direitos para as pessoas refugiadas graças a existência dos direitos humanos que garantem, legalmente, condições de existência às pessoas. A situação de refúgio já traz em si suas complexidades, portanto, cabe debater o assunto

no que se refere às políticas de assistência, conforme o aumento de refugiados cresce no país. A importância do reconhecimento legal aos refugiados é um fator indispensável para compreender os direitos que devem ser garantidos a eles. A falta de conhecimento sobre esses direitos leva os refugiados a enfrentar diversos desafios, por exemplo, é comum encontrar no território brasileiro refugiados vivendo em situação de rua, a exemplo do Maranhão, fator que inclusive motivou o presente estudo.

O Direito Internacional aos Refugiados é uma área que compete ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Apesar de ambos priorizarem a integridade humana, o primeiro direciona-se, especificamente, aos estrangeiros que precisaram sair de seu país para viver em outro lugar. Dessa forma,

O Direito Internacional dos Refugiados é uma área especializada do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que mesmo contendo o mesmo objetivo de proteção da pessoa humana, diferenciam-se diante de que o Direito Internacional dos Refugiados tende a abranger um cenário específico de proteção, visando o ser humano vítima de perseguição. Enquanto que por sua vez, o Direito Internacional dos Direitos Humanos objetiva proteger e garantir as condições mínimas de sobrevivência para todo ser humano, ainda que englobe a mesma proteção anteriormente conferida pelo Direito Internacional dos Refugiados (Falangola, 2017, p 22).

É um direito direcionado especificamente aos casos de pessoas refugiadas que tiveram suas vidas perseguidas por motivos políticos, étnicos, religiosos, sociais, culturais entre outros. É resguardado também o direito de não ser reportado para seu país de origem, caso sua vida esteja em perigo ou ameaça. Sendo assim, não podemos entender tais discussões como distintas, mas sim como complementares, já que ambos prezam pela proteção da humanidade.

As garantias desses direitos oferecem aos refugiados condições mais favoráveis, porém, falta o direcionamento e cumprimento de tais direitos na prática, fator que aparece enquanto um desafio presenciado pelo cenário brasileiro.

O Instituto Jurídico do Refúgio no Brasil é regulado pela Lei 9.474/1997, que concede direitos e deveres específicos as pessoas que tiveram sua liberdade ameaçada ou perseguida, e assim, precisaram se refugiar no Brasil. O Brasil é um país que tem tradição em receber pessoas em situações de refúgio em função de questões políticas, sociais, culturais e religiosas. De acordo com a Lei 9.474/97, art. 7º:

O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

As abordagens legais são fundamentais para compreendermos a realidade das pessoas em situações de refúgio. Como dito anteriormente, existem tipos distintos de migração e aquelas que ocorrem em forma de refúgio geralmente apresentam mais dificuldades no momento de terem seus direitos garantidos. As solicitações de refúgio podem ser feitas em qualquer delegacia do território brasileiro, contudo as práticas legais nem sempre acontecem: ainda é preciso aprimoramento no modo de acolhimento e proteção aos refugiados.

1.2 Migração infantil: crianças refugiadas

Como salientamos no tópico anterior, a migração de crianças obteve um crescimento significativo nos últimos anos. Uma questão importante a pensarmos é como a categoria de “humano” compreende as peculiaridades e singularidades que a infância exige, ao passo que é um tratamento completamente distinto daquele oferecido aos adultos. As crianças dependem de proteções e assistências muito específicas. A categoria de “humanidade” é muito ampla para o atendimento das necessidades da infância. A migração infantil tem um formato distinto e precisa ser debatido de acordo com suas peculiaridades.

Entendida como um fenômeno social, a migração infantil aparece como uma temática emergente para ser discutida dentro das universidades. Mesmo sendo um fenômeno já existente, o número crescente de casos torna a abordagem mais complexa, e desse modo, importante de ser estudada.

Tendo em vista as singularidades de que se trata a migração infantil, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989 deve ser considerada para compreendermos como as crianças refugiadas devem ser assistidas. De acordo com Isabel Cantinho (2018, p. 160):

Somente com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1989 (UNICEF, 1989), a criança passou a ser tratada como agente central do direito humano internacional, tornando-se o grande guarda-chuva de proteção à criança e infância; além de contribuir com definições cruciais que marcam uma importante aspiração social como, por exemplo, a obrigação estatal e prioridade que deve ser dada ao aprimoramento da infância; deixando esse campo de ser meramente uma escolha e responsabilidade familiar.

Com a Convenção de 1989, as responsabilidades não ficam mais restritas exclusivamente às famílias, mas o Estado também é obrigado a oferecer proteção às

crianças em situação de refúgio, inclusive a agir contra todo tipo de discriminação (religiosa, étnica, política, social). Sem dúvida, houve um avanço com tal convenção, pois anteriormente a função de proteção e sustento da criança era responsabilidade apenas das famílias. Com a Convenção, a criança passa a ter direitos e sua voz pode ser ouvida: ela deixa de ser um sujeito passivo, pois seus desejos e interesses são ouvidos, juntamente com a família. A criança atua, desse modo, como um agente político. A dificuldade das crianças em tecer juízos bem formulados não pode ser um fator que exclua o seu direito, pelo contrário.

Na Convenção, em seu artigo 22, as discussões sobre a capacidade de pensamento da criança e sua integridade enquanto cidadão são ouvidas e problematizadas como fatores fundamentais para o acolhimento adequado dessas crianças nos países estrangeiros. Ela cita que:

Os Estados Partes adotarão medidas pertinentes para assegurar que a criança que tente obter a condição de refugiada, ou que seja considerada como refugiada de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, tanto no caso de estar sozinha como acompanhada por seus pais ou qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequada a fim de que possa usufruir dos direitos enunciados na presente Convenção e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de caráter humanitário dos quais os citados Estados sejam parte (Unicef, 1989).

A importância dessa Convenção também está na elaboração que a mesma propõe como garantia para as crianças em situação de refúgio. O direcionamento dado pela Convenção possibilita um atendimento mais justo às crianças que se encontram em condições de refugiadas com ou sem o acompanhamento familiar. É evidente que quando crianças entram em outros países sem acompanhamento familiar a situação fica ainda mais complexa, uma vez que, em muitos casos, trata-se de crianças que foram retiradas de sua nacionalidade de forma forçada para realização de trabalhos a fim de garantir sua própria sobrevivência e/ou de seus familiares.

Apesar da migração infantil exigir atendimentos específicos (a depender de cada situação trazida pela criança refugiada), as motivações para o refúgio são parecidas como aquelas submetidas aos adultos. Nota-se:

As razões que determinam a migração infantil são bastante variadas, assim como os adultos, as crianças migram em busca de desenvolvimento e melhores condições de vida, oportunidades educacionais e possibilidade de trabalho. Devido à pobreza e desigualdades sociais, além da ausência de políticas públicas que garantam os direitos das crianças e adolescentes, migram em busca de educação, saúde, moradia (Grajzer, 2018, p. 98).

As condições que levam as crianças a se submeterem às condições de refugiadas são variadas e, assemelham-se com aquelas experimentadas pelos adultos. Porém, como dito anteriormente, são especificidades que precisam ser levadas em consideração por tratarem de crianças que necessitam garantir seus direitos, principalmente no que tange à esfera educacional. Porém, ainda são muitos os casos de crianças que não possuem tais direitos, até mesmo por desconhecê-los. Também não podemos deixar de destacar que o acesso a esses direitos se torna ainda mais complexo devido a forma como as crianças se refugiam nos países.

As vozes das crianças refugiadas precisam ser ouvidas, e colocá-las como protagonistas de pesquisas, como aqui pretendo fazer, é um passo importante para entender seus desejos, medos, sonhos e vivências. Isso porque:

As crianças representam um público extremamente vasto nessa migração (venezuelana) e enfrentam diariamente diversos desafios no novo território. Um público que muitas vezes não é levado a sério, mas que tem muito a dizer. É interessante que as crianças possam retratar sua realidade a partir de suas próprias palavras (Lauriola, 2020, p. 50).

Diante desse cenário, o público infantil, no processo de migração, sofre a falta de uma priorização singular. Estando numa fase de desenvolvimento cognitivo, elas necessitam de uma assistência adequada que prepare e proteja sua integridade. Essa preparação deve ser flexível e dinâmica, pois cada caso tem suas singularidades que precisam ser levadas em consideração.

Ao se estudar o fenômeno migratório, como demonstrado, pouco se dá destaque às crianças que vivenciam essa realidade, tendo em vista que durante muitos anos elas não ocuparam lugar de destaque na sociedade, e conseqüentemente, em pesquisas. Felizmente, a Sociologia da Infância se preocupou em dar voz às crianças, bem como em analisar a infância como um momento individual, heterogêneo, reconhecendo assim que cada criança possui uma experiência diferente, única, sobretudo em razão do ambiente e condições a que está submetida.

Dessa forma, é inegável que a infância vivenciada por crianças migrantes é diferente daquela vivida por crianças que nunca precisaram se deslocar. Sabe-se, ainda, que a lei garante proteção especial às crianças e aos adolescentes, como também determina que todos que estejam em território nacional, temporária ou definitivamente, gozem dos mesmos direitos dos nacionais. No entanto, ao assistir noticiários e acessar redes sociais, percebemos que, na prática, a socialização de crianças migrantes é prejudicada, sobretudo porque as mesmas não figuram no centro de debates quando se

trata de processos migratórios (Colares, 2019). Grajzer (2008, p. 9-10), a esse respeito discorre que:

[...] a centralidade das crianças no processo [migratório] desafia conceituações estipuladas pela teoria e pela legislação sobre um problema social real encontrado em campo. A teoria existente, apesar de imensamente útil, ainda tem como desafio encontrar respostas para dinâmicas de migração infantil tão complexas e heterogêneas e a legislação conceitua e, com isso, interfere diretamente nas experiências vividas pelas crianças ao defini-las em torno do binômio: “acompanhadas” e “não acompanhadas”.

Ademais, a ideia de que a criança não precisa de uma assistência especializada e centralizada advém, em grande maioria, da concepção de que a mesma tem um acompanhamento familiar que lhe ofereça suporte, porém esta afirmação não pode ser tomada como verdade, sobretudo quando se fala de criança refugiada.

As leis e políticas migratórias parecem sempre supor que uma criança migrante estará amparada de modo legal e afetivo por um adulto responsável. Mas a realidade aponta um cenário diferenciado, no qual a maioria das crianças sem documento ou em situação irregular continua sem se enquadrar à legislação doméstica e à proteção institucional dos países de recebimento e de destino (Grajzer, 2018, p. 100).

Quando falamos de um acompanhamento específico à criança refugiada, referimo-nos a uma preparação completa, ou seja, não apenas no aspecto de sua integração à sociedade, sua socialização, mas sua preparação emocional também aparece como um fator importante a ser incluído.

Liana Lewis (2004) se dedicou a pesquisar crianças refugiadas na Inglaterra, na cidade de Moulton, que migraram com suas famílias da área curda na Turquia, de Angola, do Congo, do Afeganistão e de Zimbábue. Ela localizou sua pesquisa em uma escola da região, que acabava por reproduzir comportamentos preconceituosos com as crianças, sobretudo em razão da cor da pele e por outras questões físicas, a exemplo de quando a autora relata uma conversa na sala dos professores, em que estes criticam os dentes de dois alunos refugiados.

Lewis percebeu que em diversos momentos o preconceito com as referidas crianças não era praticado apenas pelos professores, mas também por todo o restante do centro de ensino e até da cidade. A autora afirma, portanto, que as vivências e as particularidades das crianças refugiadas são desprezadas, considerando que a sociedade diariamente reitera, por meio dos programas na televisão, os êxitos alcançados na época do imperialismo, ignorando as consequências na vida das vítimas e herdeiros desta dominação (Lewis, 2004).

A aceitação da pesquisadora pelas crianças se deu em grande parte por ser também estrangeira, visto que a pesquisadora é brasileira, possuindo assim o fato de ser natural de outro país como ponto em comum. Ela considera que as crianças são refugiadas não somente em razão da questão geográfica, ao afirmar que:

A experiência de ser uma criança refugiada não é determinada apenas pelo evento de um deslocamento geográfico. Elas são não apenas crianças que migram de seus países em busca de refúgio. Elas são meninos e meninas, negras e brancas, elas vêm de determinadas classes sociais. Elas são transformadas em outro de formas diferenciadas, de acordo com hierarquias específicas e as várias posicionalidades de suas identidades. Elas também vão responder a tais movimentos de acordo com suas possibilidades individuais (Lewis, 2004, p. 4).

Nesse sentido, Lewis (2006) também salientou a importância de os estudos sobre crianças levarem em consideração que a infância é uma categoria social que deve sempre ser entendida em conjunção com outros determinantes como classe social, etnia, gênero, entre outros, além de considerá-las também como agentes que interagem produzindo alterações sociais, tanto em suas vidas, como na de seus familiares e daqueles que estão no mesmo espaço. Assim, realizar pesquisas com crianças em processos migratórios se mostra fundamental, ao passo que elas também participam de tais processos e dentro da sua esfera familiar possuem papel importante, sobretudo na socialização das mesmas.

1.3 Os estudos da infância

De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, "considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade". No entanto, ser criança é uma condição muito além de definições legais e restritas à faixa etária.

Com o passar dos séculos, mudanças significativas foram percebidas, nas mais diversas áreas, de forma que as definições sobre o que é ser criança também sofreram alterações. Nos estudos mais recentes, elas são definidas como sujeitos, enquanto a definição de infância é fruto de uma construção histórica. Ademais, é uma tarefa difícil – e arriscada – conceituar o que é infância, ao passo que é algo tão particular e ao mesmo tempo plural, tendo em vista que essa experiência é única para cada indivíduo. Compartilhando dessa mesma percepção, Sousa (2004, p.47) discorre que:

Considero que o mais importante é que a prática da infância não deve ser pensada a partir de uma verdade teórica que nos pretenda dizer "o que é infância". Não há uma verdadeira definição de infância. O significado de ser criança varia muito de um lugar para outro. Por isso, acredito que a infância é uma categoria que só está em vigor no espaço social em que é estabelecida, negociada, desestabilizada, reconstruída, e claro, legitimada.

Assim, ao se estudar crianças, é preciso considerar as suas particularidades, tendo em mente que dizem respeito a um grupo específico, pois criar conceitos fechados, baseados em experiências particulares, pode trazer a falsa sensação de universalidade, o que anularia a vivência do que é ser criança para muitas outras.

Por isso a sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença a um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um género etc. (Sarmiento, 2005, p. 371).

Somente há pouco tempo os estudos voltados para a infância ganharam destaque, sendo as discussões acerca do papel da criança escassos em debates levantados anteriormente, inclusive no campo sociológico e antropológico. Felizmente, a temática chamou a atenção dos mais diversos pesquisadores, em diferentes áreas. Foi a partir de 1960 que a discussão em torno da criança, dentro do contexto antropológico, despertou interesse, aparecendo em pesquisas acadêmicas. Clarice Cohn, em seu livro *Antropologia da Criança*, assegura que:

A partir da década de 1960, os antropólogos engajaram-se em um grande esforço de avaliar e rever seus conceitos. Novas formulações para conceitos centrais ao debate antropológico surgem, permitindo que se estude a criança de maneiras inovadoras. Dentre eles, o conceito de cultura, de sociedade e de agência, ou de ação social (Cohn, 2005, p. 18-19).

A partir daí é possível perceber modificações nas formulações conceituais que incorporam novos entendimentos sobre o estudo da criança. Integram ao estudo da criança conceitos como os de cultura, fundamental para uma reconfiguração do sentido de infância, que não compreende a criança apenas como objeto observável, como anteriormente citado, mas o aparelho simbólico que a forma é o ponto de partida para uma reflexão antropológica. São os conjuntos de símbolos em volta da criança que trazem suas experiências que devem ser debatidas e refletidas. Essas reformulações são necessárias para compreendermos como a ideia de infância faz parte de uma construção social. Por isso, o estudo sobre a criança é inseparável de seu aparato simbólico, pois é justamente a partir dele que a noção de infância é constituída.

Diante disso, não podemos entender o conceito de infância como universal, pelo contrário, ele deve ser entendido como particular, pois cada cultura estabelece seu tipo singular de infância. Daí a relevância de percebermos como as conceituações não podem ser interpretadas como algo fixo, mas de forma dinâmica, considerando a flexibilidade que elas carregam em sua composição, marcada historicamente. Ainda seguindo a análise de Cohn:

Em outras culturas e sociedades, a ideia de infância pode não existir, ou ser formulada de outros modos. O que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos socioculturais, e uma antropologia da criança deve ser capaz de apreender essas diferenças (Cohn, 2005, p. 22).

Assim, voltando a temática sobre os refugiados, as observações levantadas por Cohn nos ajudam a compreender como é imprescindível uma abordagem sobre o aparelho simbólico da criança refugiada, pois a mesma não vem vazia, já que cada cultura apresenta suas especificidades. Por isso reforçamos a complexidade da temática não apenas por sua amplitude, mas pela sua discussão tardia.

É justamente nessa direção que o conceito de cultura é inseparável da compreensão da noção de criança, pois é preciso entender sua flexibilidade e dinâmica. As instituições de acolhimento devem conhecer, primeiramente, seu aparato cultural, para que sua simbologia não se perca quando tiver em contato com outra cultura, distinta da sua de origem. A discussão trazida pela Antropologia da Criança, desse modo, ajuda-nos a reconfigurar nosso entendimento sobre a categoria de infância, e, concomitantemente, a noção de criança.

Apesar da discussão sobre a participação da criança pertencer uma abordagem recente, notamos que existe, atualmente, uma interlocução que ajuda a compreender de modo mais amplo os símbolos que formam a concepção de infância, visto que:

Há um campo fértil de interlocução entre a Antropologia da Criança, o Direito e o Estado que vem contribuindo para rediscutir as bases culturais das normatizações dos direitos das crianças e a forma de tratamento dos agentes envolvidos em suas aplicações prático-discursivas, buscando abordá-las como subsídio científico para a reconfiguração desses elementos ante a desnaturalização de concepções universais de entendimento da infância e o olhar mais atento aos significados sociais emanados dos contextos e das interações sociais das e com as crianças (Oliveira, 2019, p. 332).

Essa interlocução é extremamente necessária para compreendermos as fundamentações culturais que integram a concepção de criança, que se modificam a depender dos hábitos e normas da cultura a qual pertence. Esses diálogos podem

ajudar, na mesma direção, na elaboração de políticas mais especializadas às crianças em situação de refúgio.

Vimos anteriormente, como a migração infantil ainda não dispõe da visibilidade que necessita, sobretudo por ter foco em debates de forma cíclica, bem como pela ausência de pesquisas em torno da temática, o que dificulta a elaboração de políticas adequadas às crianças refugiadas. Assim, por se tratar de uma realidade, o refúgio infantil merece atenção.

A Antropologia da Criança busca desconstruir e desnaturalizar a ideia de infância associada à noção de passividade, de modo que as emoções e pensamentos das crianças devem tomar força e suas vozes não podem ser silenciadas pelos discursos que são construídos historicamente pela sociedade.

A abordagem desconstrutiva ou desnaturalizadora da produção histórico-cultural da infância proporciona a identificação e a problematização das relações de poder que instituíram condições assimétricas de valoração, classificação e intervenção sobre as crianças de determinados grupos sociais, cuja produção da infância destoa dos padrões universais estabelecidos. (Oliveira, 2019, p. 333).

Essa área de estudo é fundamental para reconstrução da noção de infância que integra uma concepção formada com base nos valores que regem a sociedade. Diante disso, a importância de compreender como esse aparato valorativo foi fundamentado para um determinado formato de sociedade, podendo não ser mais propícios às dinâmicas e aos problemas atuais.

Essa desconstrução da noção de infância ajuda na identificação e, acima disso, na individualização das vivências de infâncias que cada criança pode ter. A criança não é um ser passivo, a mesma possui desejos, medos e intenções que não podem ser desprezados pela concepção de imaturidade que a elas foram atribuídos. A Antropologia da Criança intenta destoar a noção de infância enquanto uma categoria universal, a partir da compreensão de que tal noção é uma ideia que é marcada culturalmente, socialmente e historicamente de forma individualizada. Por isso, a singularidade da criança deve ser considerada dentro do conjunto de símbolos que a forma, ao passo que, não apenas no seio da antropologia o estudo da criança se integrou, mas dentro do âmbito sociológico também.

Foi a partir da Sociologia da Infância que as crianças passaram a ser vistas como atores sociais e não apenas como um acessório de uma sociedade conduzida por adultos, um apêndice da mãe ou um mero “objeto” de pesquisa, sendo olhada e estudada sem levar em conta sua subjetividade e

agência no meio em que está inserida. Isso significa que a Sociologia da Infância traz para o debate a criança como protagonista e não mais as instituições em que circula (Rampazo, 2019, p. 05).

A produção histórica que compreendeu a infância como a categoria universal e que não precisava ser ouvida, devido sua dependência familiar, não se encaixa mais nos moldes atuais, pois é necessário enxergarmos a dinâmica que os conceitos carregam temporalmente e historicamente.

O interesse pelos estudos com crianças se deu a partir do século XX com o surgimento de pesquisas que buscavam compreender as concepções sobre a infância em épocas e lugares distintos. Isto porque, até então, a criança não era vista como sujeito social, que afeta e é afetada pela sociedade; a medida em que, respectivamente, participa ativamente contribuindo para produção e mudança social; e, são constrangidas pela estrutura social já existente (Muller, 2004).

Ariès (1985), na sua concepção de infância construída a partir da análise de elementos iconográficos, aponta que durante a idade média, a arte medieval desconhecia ou simplesmente ignorava a infância enquanto representação artística, e concluiu, portanto, que provavelmente não houvesse lugar para a infância nessa época.

Em sua análise, observou que até o século XIII as pinturas retratavam os corpos das crianças sem nenhuma característica da infância, eram apenas figuras representadas, em sua maioria, por homens adultos, só que reproduzidos em tamanho/escala menor, sem nenhuma diferença de expressão ou de traços. Para Aires (1985, p. 2), “isso sem dúvida significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade”. Levando-o a pensar também que no contexto da vida real da época, e não somente no de uma transposição estética, “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida” (*idem*, 1985, p. 2).

Segundo Ariès (1985, p. 5) “a criança não estava ausente da Idade Média, ao menos a partir do século XIII, mas nunca era o modelo de um retrato, de um retrato de uma criança real, tal como ela aparecia num determinado momento de sua vida”.

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tomado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática (Ariès, 1985, p. 5).

A indiferença em relação às mortes das crianças, durante a idade média, era uma consequência direta e inevitável da demografia da época, vez que a mortalidade infantil era uma realidade e aceita como a ordem natural das coisas. Entretanto, a análise iconográfica de Airès, nos mostra o progresso na consciência coletiva da época, na forma de como a criança passa a ser vista dentro da sociedade, como ser dotado de personalidade e com particularidades que necessitam de cuidados específicos e adequadas. Há, portanto, a partir do século XIV, a construção histórica do chamado “sentimento da infância” (Ariès, 1985).

O estudo histórico de Ariès destacou que, durante parte da Idade Média, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia. A ideia contemporânea de infância, enquanto categoria social, emergiu durante a Modernidade e tem como principal berço a escola e a família (MULLER, 2004).

Para Muller, as “concepções sobre a infância variam historicamente e as crianças estão em contínua mudança”. Logo, “é fundamental conhecer as crianças para entender a sociedade nas suas contradições e complexidades, pois elas são as melhores fontes para o entendimento da infância”. Isto porque as crianças: 1) são agentes ativos que constroem suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto; e 2) a infância é parte da sociedade (Muller, 2004).

Os estudos sobre a infância dentro da Sociologia, independente das instituições escolares, familiares, jurídicas, tomam corpo principalmente a partir da década de 1990, quando se oficializa a constituição de uma Sociologia da Infância. Até então, as crianças eram marginalizadas dentro da sociologia, em função das suas posições submissas na sociedade e nas concepções teóricas da infância e da socialização (Muller, 2004).

A infância é conceituada como um conjunto ativamente negociado de relações sociais, quando os primeiros anos da vida humana são constituídos. A questão fundamental no estudo das culturas da infância é a interpretação da sua autonomia em relação aos adultos. Desse modo, para a criação de um novo paradigma acerca da infância, seria preciso, primeiramente, tentar dar voz às crianças, considerando-as como pessoas a serem estudadas em seu próprio direito, negando a visão de que elas são depósitos dos ensinamentos dos adultos (Muller, 2004).

Riviotti (2020) corrobora essa ideia ao afirmar que a infância pode ser vista como estado de potência, mas também de carência, a depender da forma de como essa criança é concebida na sociedade a que pertence:

[...] como potência, vislumbra-se o infante não como um "projeto de adulto", mas como uma forma de existência em si mesma, já plena no seu modo de ser e de se relacionar, que se mostra, em certos aspectos, superior à dos mais velhos. O infante já é: criativo, autêntico, espontâneo, curioso, plenamente presente em cada ato e gesto, dotado de liberdade e intenso gozo com a descoberta da vida. Oposta a ela está a carência, a visada da "falta", da "insuficiência", da "incompletude". Para a sociedade que concebe a criança como o "adulto por vir", a existência infante significa o que "ainda não é", o que não se integrou em pessoa de fato, uma incompletude, portanto, oposta à totalidade (Riviotti, 2020, p. 26).

Ao analisar a infância, a partir das figurações infantis nas obras do escritor brasileiro João Guimarães Rosa (1908-1967), Riviotti aponta que Rosa não “fala sobre” a infância, ele a coloca diante do leitor, vez que em suas narrativas a experiência do existir do infante não é feita na primeira pessoa, que rememora sua infância, mas na terceira pessoa, cuja narrativas tem as crianças como protagonistas (Riviotti, 2020, p. 33). Essa observação de Riviotti é validada dentro da sociologia da infância, vez que “para os sociológicos da infância é importante considerar o ponto de vista das crianças nas pesquisas, o que também exige certo abandono do olhar centrado no ponto de vista do adulto” (Muller, 2005, p. 353).

Riviotti, em sua pesquisa, concluiu que o tema da existência infantil permanece em aberto:

Aberto, porque aberto é esse lugar "originário" e "original" com o qual a existência infantil constantemente dialoga, seja na sua linguagem, no olhar inaugural para o mundo, na relação com bichos e plantas, ou em sua forma de ser mesma que escapa aos contornos bem definidos da psique, da sociedade, da cultura (Riviotti, 2020, p. 170).

Ainda sobre a temática, Brito (2019), no artigo “Onde estão as crianças que estavam aqui? – Antropologia com crianças e instituições” narra o início da sua inquietação e o motivo para se debruçar na antropologia, que foi a necessidade de entender o modo de viver das pessoas e não o sentimento enquanto viviam. O autor introduz o conceito não-criança, uma forma de se referir à indivíduos adultos, que é continuamente abordado no desenvolvimento do texto.

O modelo que é utilizado para conceituação de criança é de origem epistemológica, em que esta é um ser que dispensa cuidados, com a necessidade de proteção e que não tem possibilidade (aqui tanto física quanto psicológica) de autogerir-se, o que também norteia estudos em diversas áreas (direito, pedagogia, psicologia, dentre outras). No artigo supracitado, a autora relata os encontros com crianças, em lugares variados, tais como parques, caminho da escola, durante refeições, entre outros, concluindo, com base no que observou, que as experiências e

as narrativas destas demonstram as várias possibilidades de ser criança; que as teorias à respeito dos “pequenos” não dão conta de sua realidade, possibilitando, assim, a existência de lacunas, que só são sanadas quando há contato com aqueles, ou como cita, “em exercício de leitura e escuta dos sentidos vividos pelos interlocutores” (2019, p.353).

Quando aborda a antropologia da criança em instituições de acolhimento, a autora aponta que é necessário se ater das peculiaridades de tais locais e na situação das crianças que são encaminhadas à elas. Também afirma que:

“[...] crianças institucionalizadas, possuam noções de família e, mesmo de criança, muito diferentes daquelas prescritas na lei ou manuais técnicos de psicologia e/ou pedagogia. Isso porque na dinâmica das relações do cotidiano dessas crianças, elas passam a partilhar com seus pares um universo simbólico que irá interferir diretamente nas suas relações com adultos cuidadores, desses adultos com suas verdades e das possíveis famílias com suas expectativas” (Brito, 2019, p.362).

Para ter contato com tais saberes, conta que se faz necessária uma antropologia com crianças e não da criança, já que é necessária participação ativa destas. Pires (2007) também discorre sobre o tema, mas com outro enfoque. No artigo intitulado “Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as crianças)”, desenvolveu sua pesquisa numa cidade chamada Catingueira, no interior da Paraíba, tendo enfoque à religiosidade e a relação dessa experiência com o processo de tornar-se adulto.

Tecendo uma cronologia dos estudos sobre a infância, a autora comenta que este iniciou na modernidade, quando só então houve a cisão entre infância e fase adulta. Já na sociologia, afirma que o estudo das crianças foi levantado principalmente por Durkheim, e assegura que “[...] a educação, com todo fato social é então percebida como uma força de imposição e coerção. A socialização culmina, segundo seu argumento, com a interiorização de normas e valores” (Pires, 2008). Em seguida, ela ressalta que foi Florestan Fernandes quem, no ano de 1940, foi responsável por contribuir para a sociologia e antropologia, reconhecendo a criança como “sujeito humano de pouca idade e um agente de socialização considerável” (Pires, 2008).

No que se refere à socialização infantil, a pesquisadora ressalta que é ideia ultrapassada, já que atualmente se aceita que as crianças é que são responsáveis por tal. Portanto, ao estudá-las, é necessário repensar o processo de aprendizado e também conceitos como o de cultura e sociedade, visto que os infantes têm particularidades, tanto na forma de conceber quanto na de experimentar o mundo. Ao tratar

especificamente da antropologia da infância, Pires (2008) afirma que esta é um fenômeno social moldado socialmente e que também é uma categoria estrutural que deve ser explicada por meio da relação com outras estruturas sociais. Por fim, afirma que desenvolver estatísticas sobre crianças não é suficiente, mas que deve se levar em conta a opinião destas para atuações sociais que as envolvem, uma vez que elas também constituem a sociedade.

Já Fernanda Bittencourt Ribeiro (2016), no artigo denominado “A proibição legal de castigos físicos na infância: alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França”, inicia o texto com crítica aos chamados direitos humanos, apontando que eles não se separam das relações de poder que configuram hierarquias sociais. Os países citados no artigo atuam de formas distintas no que se refere à violência contra a criança e também há diferenças na opinião pública a respeito da contrariedade à proibição legal de castigos físicos. A autora apresenta como possíveis causas a naturalidade com que a dor é tida como recurso de correção, aberto a intervenção e, portanto, sem proteção por direitos individuais. Tratando de forma individual, ressalta que a França não proíbe legalmente castigos corporais, razão pela qual o país sofreu advertência pelo Conselho da Europa. Neste país, foi levantado um debate sobre o que é esfera pública e privada que caracteriza aquela sociedade e até que ponto o Estado pode(ria) se imiscuir.

Quanto ao Brasil, a pesquisa traz diversos discursos feitos na Câmara dos Deputados, durante a tramitação de lei referente ao tema, e considera que são as famílias pobres e faveladas que são tidas como principais destinatárias da lei. Com índices de violência superiores aos do Uruguai e França, constata que “[...] a sociedade brasileira é violenta porque a família é violenta [...] a proibição dos castigos físicos seria um modo de pacificar a sociedade posto que a criança socializada sem violência não reproduziria este padrão de relação social” (Ribeiro, 2016, p.25).

Já no Uruguai, diferente dos demais, há campanhas desde longas datas em prol da educação para proteção de crianças e adolescentes de maus tratos, com o intento de mudar comportamentos, modos de agir e assim interferir positivamente nas relações sociais.

Ribeiro (2016) finaliza afirmando que a legislação a respeito do tema no Brasil pode produzir efeitos dissonantes conforme a posição social das crianças e das famílias e que, em nosso país, fica a cargo da lei a mudança da cultura da violência contra a criança.

Quando remetemos a discussão para a questão das crianças refugiadas, a mesma parece pertinente aos desafios que esse tipo de migração exige. A criança refugiada precisa ser ouvida, suas vivências precisam ser explicitadas, de modo que objetivamos com esta pesquisa compreender a importância das crianças nos processos de socialização das famílias refugiadas venezuelanas em São Luís, com suas particularidades e relatos sobre suas experiências na cidade.

Isso porque “necessitamos ganhar maior abrangência tanto no debate antropológico quanto na intervenção e na atuação pública. As pesquisas com e sobre crianças têm podido revelar o que nem sempre é visibilizado pelos demais estudos” (Rifiotis *et al.*, 2021, p. 9). Na obra organizada por Rifiotis (2021) os autores apontam para a necessidade de ampliação da discussão sobre o estudo da criança, com o objetivo de viabilizar as novas discussões adequadas aos moldes atuais.

O diálogo com a Antropologia da Criança também pode contribuir para discussão da migração infantil ao repensar o conceito de infância, considerar as individualidades das crianças em seus processos de socialização, ausências de efetivação de garantias individuais, bem como a relação que as crianças estabelecem com o acesso à educação, ao passo que a escola é um grande espaço para promover a socialização, sobretudo daquelas que sequer sabem falar a língua local.

Desta forma, apesar de tantas garantias presentes em leis nacionais e internacionais de proteção aos imigrantes, um dos maiores desafios enfrentados por esse grupo é a igualdade de condições para o acesso e permanência nas instituições de ensino. Essa situação faz com que os potenciais benefícios da migração, como a “educação”, sejam perdidos diante de tantos obstáculos (Fabian 2021, p. 14).

Ainda segundo a autora o direito à educação é um dos obstáculos mais expressivos na migração de crianças, no que se refere à realidade brasileira. Lembramos que não é apenas inserir a criança no seio educacional, é necessária uma preparação de toda a comunidade escolar para o acolhimento e recebimento das crianças em condição de refúgio nos estabelecimentos de ensino. Não é uma tarefa fácil, pois integrar a criança numa realidade simbólica distinta daquela na qual ela está habituada é uma questão desafiadora para todos os envolvidos, sobretudo para a própria criança.

A presente pesquisa não se propõe, primordialmente, a criar mecanismos ou políticas públicas para efetivar os direitos das crianças refugiadas venezuelanas, mas sim a criar uma etnografia acerca das experiências dessas crianças, de forma a

explicitar a importância das mesmas dentro de suas famílias, as relações estabelecidas nos mais diversos ambientes que estão inseridas, bem como suas experiências pela cidade de São Luís.

1.4 Crianças na cidade

O conceito de cidade, para sociologia urbana, tem ganhado um relevante espaço dentro das pesquisas acadêmicas enquanto uma temática pertinente. Isso porque a mudança do espaço rural para o urbano acarretou transformações consideráveis e que necessitam de maior compreensão. Com o aumento populacional, principalmente no século XIX, os espaços começaram a se transformar em grandes centros. Esse aumento provocado pelo crescimento e migração de pessoas acarretou em mudanças no espaço e no modo de viver das pessoas. De acordo com Giddens (2000), esses centros instituíram uma concentração de poder na classe alta, fortificando e elevando os níveis da desigualdade de classes, assim “o desenvolvimento das cidades modernas teve um impacto enorme não apenas nos hábitos e formas do comportamento, como também nos padrões de pensamento e dos sentimentos” (Giddens, 2000, p. 561). Em outras palavras, muda-se não apenas a organização do espaço, mas, desenvolve-se uma consciência nos indivíduos.

Louis Wirth (1897-1952), integrante da Escola de Chicago, inaugura uma reflexão sobre a cidade enquanto objeto de investigação tentando desenvolver uma teoria do urbanismo. Ele diz que “para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (Wirth, 1973, p. 94). É justamente essa heterogeneidade que modifica a consciência de lugar. Desse modo, cria-se um modo singular de viver na cidade, diferente daquele vivido no meio rural. Para ele, a cidade não se limita apenas aos espaços físicos, mas transcende através da criação de um modo de vida urbanista.

O processo de industrialização e de urbanização modificaram completamente a experiência de vida da população. Com isso, os problemas de desigualdade, violência, insegurança, divisão de classes, etc., foram aumentando numa escala incontrolável, convertendo-se em objetos de investigação. Essas modificações no espaço e na ideologia da cidade foram analisadas por muito sociólogos e em diferentes abordagens.

A cidade é a projeção da sociedade no espaço. Há um “processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em

classes), “o homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho” (Castells, 1983, p. 146).

Para Castells a cidade é a projeção do espaço criado pelo homem, faz parte de um processo de apropriação do homem no lugar onde ocupa, pois de acordo com o autor, o homem transforma o espaço e, nesse próprio movimento, transforma-se também. Por isso, o autor defende que a compreensão sobre a cidade depende de um procedimento dialético.

Dentro do campo sociológico, o espaço urbano apresenta muitas peculiaridades que são estudadas e analisadas pelos pesquisadores, grande parte advindo do processo de globalização. Quando reportamos a temática para a infância, o campo de investigação se amplifica, justamente pela concepção comum de associar a criança a um ser incapaz. Essa ideia se fortifica ainda mais quando deslocados para realidade da cidade, onde os problemas se maximizam com uma frequência mais intensa. A esse respeito,

A concepção de criança como um ser incapaz, passivo e completamente dependente é maximizada quando deslocamos o nosso olhar para o contexto da vida pública, para o espaço da cidade. Isto pode ser tanto observado na própria tradição sociológica, bem como no mundo social, principalmente no comportamento dos adultos em relação à criança nos médios e grandes centros urbanos (Müller; Nunes, 2014, p. 661).

No tópico anterior, discutimos como a Antropologia da Criança age na tentativa de desconstruir e desnaturalizar a compreensão formulada da criança enquanto um agente passivo, ao passo que busca mostrar sua voz como agente político. Isso não significa dizer que a criança pode ser considerada um ator independente, mas que suas emoções e interesses precisam ser levados em consideração.

Nesse cenário, a Sociologia Urbana aparece como uma abordagem significativa para problematizarmos as mazelas que compõe a esfera das grandes cidades. Não é uma questão simples, principalmente por causa da modificação de estrutura que se observou a partir do século XX. A mudança do espaço rural para uma realidade urbana trouxe desafios que interessam pesquisadores no âmbito sociológico. Observa-se que:

A urbanização do mundo, acelerada sobretudo ao longo do século XX, evidenciou problemas que passaram a fazer parte do cotidiano das maiores cidades: desigualdade social, violência, desordem urbana, dentre outros. Essa é apenas uma de suas facetas. Isto porque as cidades também promovem novas sociabilidades, respondendo às pressões oriundas de um cotidiano complexo e heterogêneo. Seus espaços favorecem o encontro de diferentes grupos, viabilizado pela proximidade física entre eles. (Muller; Nunes, 2014, p. 665).

O processo urbano traz uma série de desafios que os cientistas e pesquisadores buscam problematizar. A cidade, entendida como produtora de espaços heterogêneos e complexos ocasiona problemas – como exemplo a desigualdade social – que tornam a vida uma luta diária pela sobrevivência. Se pensarmos no contexto da migração infantil, como estas crianças, vindas de outro país, podem se inserir dentro desse contexto?

Dar voz a estas crianças refugiadas é de suma importância, pois suas vivências são diferentes das vivências de infância da maioria das crianças, e os reflexos que essas experiências vão gerar em suas vidas as acompanharão para sempre. É pertinente observar que as cidades não são pensadas para a experiência das crianças. Com o fluxo causado pela urbanização, as cidades foram projetadas e arquitetadas para suprir as necessidades dos adultos, ou seja, as crianças convivem em espaços não apropriados para suas carências.

O confinamento das crianças em espaços especializados e privados está ligado à preocupação dos adultos em assegurar proteção às crianças. Entretanto, a falta de contato com espaços públicos e não especializados pode vir a afastar as crianças da convivência com outros grupos geracionais e propiciar uma visão limitada da cidade. Espaços vazios, calçadas, ruas, esquinas e cantos podem ser ao mesmo tempo convenientes e interessantes (Farias; Müller, 2017, p. 263).

Esse confinamento das crianças em determinados espaços pode ocasionar uma visão estrita de cidade. A violência, fator marcante que instiga o ato de proteção dos pais, impede que as crianças compartilhem e socializem suas experiências com os outros, vivendo de forma isolada. Por isso, as instituições escolares são espaços em que as crianças buscam suas interações, que são fundamentais para seu desenvolvimento enquanto agentes ativos dentro da sociedade.

Com efeito, as cidades não foram pensadas para as crianças, os espaços de poder são prioritariamente para adultos. Com isso, as crianças são isoladas da utilidade urbana instituída pela lógica de proteção. É um discurso naturalizado, que no entanto necessita ser repensado. O isolamento das crianças pode impedir a interação social, entendida como um fator essencial para seu desenvolvimento enquanto agente social. Com isso:

Precisamos atentar, contudo, para a naturalização de uma relação de poder, que associa de forma imperativa o uso do espaço urbano quase exclusivamente ao adulto. Por deterem um discurso de proteção às crianças, os adultos facilmente as excluem da cidade, restringindo as interações de ambos ao espaço privado ou a lugares previamente demarcados no espaço

público. Estes espaços, tomados pelos adultos como os mais adequados às crianças e que geralmente se voltam ao lúdico, dificilmente promovem interações mais diversificadas (Muller; Nunes, 2014, p. 667).

As relações de poder são sustentadas por espaços constituídos para adultos e os locais destinados às crianças são restritos. Essa restrição aumenta quando pensamos no cenário de inclusão e interação da criança refugiada, que já se encontra em uma condição de adaptação, o que dificulta ainda mais o processo. As discussões sociológicas sobre a cidade são relevantes para compreendermos os desafios que compõem cada modelo de sociedade. Se transportamos para a realidade brasileira, não podemos deixar de mencionar como a violência é um obstáculo para a construção de uma sociedade que respeita a diferença.

Muller e Farias (2017) analisaram a compreensão de quatro crianças sobre cidade, em Brasília. Logo no início, as pesquisadoras afirmam que a inserção de crianças em espaços especializados e privados se relaciona ao cuidado em garantir proteção às crianças, mas ressaltam que a ausência de contato com os espaços públicos faz com que estas sejam distanciadas de outros grupos e tenham assim uma visão limitada da cidade. As pesquisadoras consideram as crianças como capazes de prover uma experiência única sobre seu mundo social, e as consideram, inclusive, como co-pesquisadoras para efeito do trabalho desenvolvido.

As autoras concluíram que as crianças percebem que as cidades são construídas através da interação com o ambiente físico e também com as demais pessoas, independentemente do tamanho destas cidades, de modo que criam relações entre suas vivências e os espaços da cidade.

É certo ainda que mesmo em espaços especializados ou destinados aos adultos, as crianças descobrem cantos e esconderijos. E, de acordo com a variação das condições climáticas, época do ano e disponibilidade, esses cantos e esconderijos são conservados, (re)criados e desfeitos (Rasmussen; Smidt, 2003). Ou seja, as crianças relacionam-se não só com lugares oficiais determinados pelos adultos, mas também com lugares informais, muitas vezes despercebidos (Muller, Farias, 2017, p. 15).

Assim, as crianças criam formas de adaptar a cidade ao seu mundo, tendo em vista que a cidade não foi planejada para atender as necessidades infantis, já que foram projetadas e desenvolvidas por adultos, visando, principalmente, atender as necessidades destes. Nessa tentativa de descobrir esconderijos, as crianças ressignificam os espaços e dessa forma encontram uma forma de pertencer a eles, de se tornarem menos invisíveis.

Desse modo, o campo sociológico pode atuar como um direcionamento para discutimos as particularidades das crianças e suas experiências na cidade, sobretudo quando se fala em crianças refugiadas, suas socializações, vivências, e também podem dar embasamento para criação de mecanismos de proteção voltados para a infância.

1.5 Os processos de socialização

A cidade e a socialização possuem relação direta na vida dos indivíduos, sobretudo das crianças, sendo importante reservar um espaço para tratar sobre socialização. Anthony Giddens, em sua trajetória intelectual, dedica boa parte de seus estudos à análise acerca do que se entende por modernidade⁷: quais suas características e de que modo, ou até que ponto seu desenvolvimento influencia o meio social. Portanto, para definir sua reflexão acerca da modernidade o autor destaca que “[...] modernidade se refere ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e posteriormente se tornou mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p.08).

Giddens (1991) salienta ainda que o advento da modernidade possibilitou um arranjo que favoreceu o distanciamento das formas tradicionais de organização social. Desse modo, emerge um novo formato de sociedade, com novas formas de pensar, agir e de perceber o mundo. Com a modernidade uma consciência de subjetividade do indivíduo vem à tona, e o ser humano percebe-se como um ator plural, com suas singularidades de existência social (Lahire, 2002). E continua dizendo que:

Esses grupos, que são os quadros sociais de nossa memória, são, pais, heterogêneos, e as indivíduos que os atravessam durante um mesmo período de tempo ou em momentos diferentes de sua vida são, portanto, o produto sempre variegado dessa heterogeneidade dos pontos de vista, das memórias e dos tipos de experiência. [...] Sabe-se, com certeza, que os momentos na vida de um ser humano onde se formam seus diferentes hábitos, seus diferentes repertórios de hábitos não são todos equivalentes (Lahire, 2002, p.31).

Isso significa, de modo mais amplo, simplesmente reconhecer a criança como um ser humano e, portanto, como um ser social. Desse modo, o advento da

⁷É oportuno ressaltar que, Giddens não considera nenhum marco definitivo para classificar o momento exato de quando começa a modernidade. Para o autor só é possível perceber e sentir as consequências do que se considera como moderno. Diante disso, o mesmo adverte que: “[...] diferencio-me substancialmente da maioria das discussões em curso, nas quais estas ênfases estão revertidas. [...] temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais. O que quero sublinhar é aquela descontinuidade específica, ou conjunto de descontinuidades, associados ao período moderno” (Giddens, 1991, p.08-10).

modernidade impulsionou outras formas de percepção da criança e da infância, revelando a importância das experiências da primeira infância. Também foram criadas várias políticas e programas que visassem promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças, que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade (Nascimento *et al.*, 2008).

Emerge assim, um movimento científico, que não é independente do debate social que ocorre em torno dos direitos da criança, marcado pela adoção da carta internacional dos direitos da criança de 1987.

[...] esse momento simboliza o acesso da criança, no final de uma longa história de emancipação, ao estatuto de sujeito e à dignidade da pessoa. Filosofia política e sociologia do direito são então convocadas para identificar os elementos do debate e analisar essa mutação do estatuto da criança. Duas posições emergem: por um lado, um compromisso entre uma tradição de proteção, fundada na ideia de educação e de instrução, a única que pode tirar a criança de sua vulnerabilidade para que tenha acesso à autonomia; por outro lado, uma corrente defendida pelos artesãos da autodeterminação que pedem uma mobilização em torno dos direitos do homem na criança (Sirota, 2001, p. 18-19).

Conforme a citação, vê-se que tal debate social internacional ganha impulso e “[...] a partir de fatos diversos e de decisões políticas, quer se trate do toque de recolher em relação às crianças, da repressão ou da prevenção da delinquência, quer do modo de atribuição das alocações familiares” (Sirota, 2001, p.20). Começa a surgir a necessidade de estudos especializados na área, pois uma infância que requer “especialistas” não é, certamente, uma infância qualquer, mas uma que supostamente necessita de “um séquito de “conhecedores para lhe revelar sua verdade”. Assim, a noção de infância na modernidade se articula dentro de uma política de verdades, amparada pela autoridade do saber de seus porta vozes” (Nascimento *et al.*, 2008, p.6).

Deste modo, Sirota (2001, p.14) aponta que a emergência atual de uma sociologia da infância poderia ser simbolizada mediante “a aparição da noção de ofício de criança [*métier d’ enfant*]”. Tomar a sério a criança, reservando-lhe o lugar de um objeto sociológico em sentido pleno é, portanto, o primeiro desafio da noção de ofício de criança. Assim, a Sociologia da Infância rompe com as abordagens clássicas da socialização que veem as crianças como “seres passivos no processo educativo, o que fez com que o estatuto de ator social lhes tenha sido historicamente negado. Pode-se dizer que, nessa disciplina, o “paradigma da criança-ator” opõe-se, desse modo, ao “paradigma da produção do adulto” (Marchi, 2017, p.621). Assim, Marchi (2017) ainda acrescenta que:

A passagem da compreensão da criança como objeto ou produto da ação adulta para a de um também agente de sua própria socialização é a grande mudança que se estabelece, e essa competência interacional que, mesmo as crianças muito pequenas possuem, constitui o chamado “paradoxo da socialização”, já que se trata de um processo que só se concretiza se “todos os participantes são atores sociais capazes” (Marchi, 2017, p.621).

Como exposto na sessão anterior, reforça-se que o conceito de “invenção da infância”, de Phillip Ariès, teve grande importância na área acadêmica ao tratar das particularidades das crianças em relação aos adultos, sobre as mudanças acerca da infância dentro do seio familiar e a insistência na necessidade do ambiente escolar.

Atualmente, a ideia de que as crianças são atores sociais já é genericamente aceita pelas diversas Ciências Sociais. Todavia, algumas críticas são endereçadas às formas como essa figura teórica, “ao vulgarizar-se ou ser adotada de forma não reflexiva, tanto nos estudos quanto nas práticas sociais, corre o risco de encerrar uma “nova ortodoxia” ou de, em um enfoque demasiado simplista e unicamente “centrado na criança”, tornar-se um *slogan* vazio” (Marchi, 2017, p.618). Diante disso, é preciso construir análises reflexivas sobre a infância, para não cair na prática de um enfoque demasiado simplista, que elabora estudos acríticos ou que não proporcionem o exame adequado das questões sociais que se manifestam no universo infantil.

Diante do exposto, percebe-se que a Sociologia da Infância ainda apresenta dificuldades e as resistências que o meio científico manifesta no reconhecimento da infância e das crianças como categorias conceitualmente autônomas. Não é de estranhar, portanto, “que, a ‘agência da criança’ – como outras teorias sobre a infância – seja uma reação à situação histórica que considerou as crianças e as mulheres como atores fracos ou dominados” (Sirota, 2001, p.20).

O fato de, historicamente, as crianças serem vistas como sujeitos “fora da sociedade”, apartadas da vida social e política, explica o fato de elas sempre terem estado também fora da Sociologia, “[...] com exceção dos estudos sociológicos de Durkheim, Parsons e Mannheim sobre socialização, que, justamente, buscavam compreender como as crianças e os jovens se “tornavam” atores sociais aptos à vida adulta.” (Sirota, 2001, p.20). Logo, faz-se necessário, mais uma vez, uma avaliação dos conceitos relativos à infância, percebendo suas especificidades e suas dinâmicas de socialização.

Giddens e Sutton (2017, p. 208) conceituam socialização como sendo os “processos sociais pelos quais novos membros da sociedade tomam ciência das normas e valores sociais, contribuindo para que adquiram um senso distinto de si próprio”.

Afirmam ainda que tais processos são contínuos, duram a vida toda. Por meio da socialização é que um indivíduo reproduz a cultura da sociedade em que está inserido, de modo a garantir que a mesma perdure no decorrer dos anos, sendo intensificada na infância (Giddens; Sutton, 2017).

Para Durkheim, a sociedade é formada pela representação de dadas realidades, com suas características próprias, valorizando a relação estabelecida entre indivíduo e sociedade, de modo que a soma dos pensamentos e ações individuais eram o que formavam o coletivo (Telles e Neto, 2018). O sociólogo identifica ainda que os processos de socialização são processos educativo, uma vez que os indivíduos estão em constante aprendizagem sobre como viver em grupos e em sociedade. A educação pode assim ser entendida como um mecanismo de promoção das normativas sociais. Nesse sentido, Durkheim também se preocupou em explicar o fato social, tendo como características principais a generalidade, conectividade e exterioridade, concluindo que as pessoas são induzidas a agir de certa maneira.

A educação é um exemplo de fato social para Durkheim, sendo um importante instrumento para a preparação de uma moral coletiva e adequação dos indivíduos perante a sociedade. Na obra *Educação e Sociologia*, Durkheim (2015, p. 14) afirma que:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela, tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto o meio especial ao qual ela é mais particularmente destinada. Resulta da definição acima que a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração.

Assim, a escola é um local importante na vida social de um indivíduo, ao passo que permite transformá-lo, ensinar valores e experimentar a interação com outros indivíduos. Apesar de dar destaque para a educação, Durkheim também reconhece o papel da socialização realizada pela família e outros grupos secundários, como religião.

Para Georg Simmel, a sociedade é constituída através das interações entre os indivíduos, por meio de suas ações e reações, realizadas das mais diversas formas dentro das relações sociais, de modo que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (Simmel, 2006, p.17). Assim, percebe-se que para o autor as relações sociais estão em constante processo de construção, fruto de interações, ou da sociação. Segundo o autor:

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana (Simmel, 2006, p.60).

Dessa forma, por meio das socializações, movidas por interesses dos mais variados aspectos, os indivíduos se relacionam e estabelecem relações sociais, sendo a sociabilidade a forma como os mesmos expõem o conteúdo, aliando-os com a forma, a fim de alcançar seus objetivos, refletindo assim a capacidade do indivíduo se socializar. A socialização pode ser entendida como o processo, de modo que meio e fim podem se confundir (Simmel, 2006).

É importante observar também os processos de socialização entre indivíduos de diferentes nacionalidades, tanto no que se refere às ações educacionais que os envolvem, quanto nas demais esferas da sociedade, tendo em vista as diversas manifestações e interações desses indivíduos com e nos ambientes sociais dentro das cidades.

Partindo das reflexões de Durkheim, percebemos que a escola é um espaço de grande importância para promover a socialização, sendo um ambiente adequado para viabilizar interações, compreensões e possibilidades, sobretudo quando se trata de crianças estrangeiras, pois “a socialização é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendam o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações” (Giddens, 2008, p.27).

Para Giddens (2008), a socialização pode ser primária, ocorrendo na primeira infância, sendo a família responsável por ela, e secundária, em geral mais duradoura, estendendo-se até a idade adulta, realizada através de interações sociais. Ele pontua a escola como um dos principais meios que possibilitam a socialização.

Pizzinato e Sarriera (2003), em um estudo que investigava a socialização entre crianças imigrantes e não migrantes em Porto Alegre, no âmbito escolar, perceberam que crianças pertencentes à culturas minoritárias, ou descendentes de famílias com menos dinheiro ou poder, sofriam grande perda de autoestima, o que afetava de forma direta os processos de socialização destas no grupo em que estavam inseridas. Concluíram ainda que, apesar da escola possuir um papel importante para proporcionar o sentimento de acolhida nas crianças, principalmente as estrangeiras, na maioria das

vezes não é o que acontece. Ouvidas as crianças não brasileiras, estas consideraram as nacionais como mais sociáveis e com características de liderança, enquanto não enxergavam essas características em si, por serem diferentes, de modo que ao incorporarem elementos culturais brasileiros e abandonar os de seus países de origem conseguiam se adaptar melhor. Nas palavras dos pesquisadores:

Considerando-se tais questões, principalmente no que diz respeito à socialização infantil e às questões culturais de crianças que experienciaram processos migratórios em seu sistema familiar, o estudo da competência social infantil e sua relação com processos de aculturação se faz relevante, configurando-se assim como um dos principais objetivos da presente investigação a verificação das diferenças intergrupos (Pizzinato; Sarriera, 2003, p.116)

Assim, os autores também compartilharam do pensamento de Durkheim e reconhecem a importância da educação no âmbito da socialização. No entanto, levantaram questionamentos a respeito de como essa socialização se dá quando comparada às condutas voltadas para crianças nacionais e estrangeiras. Desse modo, fica claro que a reflexão acerca do processo de socialização é uma tarefa necessária para compreender os mecanismos de dinâmica que estruturam a organização social e vivência dos indivíduos.

Ao se analisar o processo de socialização, de modo a demonstrar sua importância na formação das sociedades, das cidades, como também na transmissão de culturas, é também considerar a presença do estrangeiro, uma vez que o mesmo altera o ambiente em que está inserido ao mesmo tempo que também é transformado por ele.

Estudiosos das ciências sociais preocuparam-se em analisar as interações entre os estrangeiros e os processos de socialização nos países que os receberam, sobretudo no tocante aos adultos. No entanto, considerando que é na infância que o indivíduo inicia sua socialização e obtêm base para suas interações sociais, é relevante entender que crianças também participam do processo e são agentes modificadores do campo que estão inseridas, o que torna necessário analisar a socialização com foco nas crianças estrangeiras, assim como este trabalho propõe.

2 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Para atingir o objetivo da pesquisa, nos apropriamos do uso da etnografia enquanto abordagem de investigação científica no estudo sobre a infância, e iniciamos este capítulo evidenciando algumas das contribuições que tal abordagem traz ao campo das pesquisas de cunho qualitativo, em especial daquelas que se dedicam à análise das desigualdades sociais e dos processos de exclusão (Mattos, 2011).

Segundo Marchi (2018), as pesquisas etnográficas adotaram, desde sua constituição, a observação participante como técnica investigativa para a obtenção de dados. Desse modo, a realização de toda etnografia implica trabalho de campo intenso e com longa duração, que deve ser desempenhado por especialistas preparados. Assim, ela acontece “com o envolvimento intenso e intersubjetivo no campo da pesquisa, tendo por resultado a etnografia, ou seja, a descrição cultural realizada a partir da experiência do contato intercultural” (Marchi, 2018, p.729-730).

A etnografia teve sua origem em estudos antropológicos, tendo destaque ao estudo realizado pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942), cujos estudos compreendem-se principalmente no início do século XX. Chizzotti (2003, p. 226) esclarece que:

A etnografia, neste período, e o trabalho de Malinowski é, nisso, exemplar, busca fundamentar a descrição científica das observações sobre a vida do “outro”, procurando enquadrar seu relato nos critérios científicos canônicos de validade, confiabilidade e objetividade. O pesquisador descreve o caos dos fatos observados, estabelece os fundamentos da análise, os critérios de comprovação para extrair interpretações generalizantes fidedignas.

A etnografia apresenta características próprias, em conformidade com o campo estudado, utilizando-se de observação e descrição, de modo a melhor evidenciar o grupo estudado, aliando seriedade e sensibilidade para alcançar seu objetivo final. A realização de um estudo etnográfico requer algumas etapas para sua concretização, sendo a primeira a delimitação do campo pesquisado, campo este que será sua fonte de observação, uma vez que:

É a repetição prolongada dessas observações diretas (ou participantes) que contribui na produção de um material homogêneo, do qual o etnógrafo vai extrair um raciocínio fundado na "observação analítica", cuja virtude é a de fazer emergir da situação de pesquisa os conceitos adequados da atividade social dos pesquisados (Beaud; Weber, 2007, p. 195).

O trabalho etnográfico enquanto um método científico aparece como essencial para o trabalho sobre a cultura. Neste aspecto, Clifford Geertz, em sua obra, *A interpretação das culturas*, mostra como o processo de interpretação faz parte do interesse do etnólogo. Interpretar uma cultura não é uma tarefa fácil, pois nela está em jogo uma gama de possibilidades e visões sobre aquele objeto. Precisamos de um direcionamento daquilo que buscamos observar e, assim, interpretar. A visão de separação do objeto de estudo não integra o trabalho do etnólogo. Nesse sentido, o autor dispõe que:

Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece — do que, nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir de todo o vasto negócio do mundo — é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia. Uma boa interpretação de qualquer coisa — um poema, uma pessoa, uma estória, um ritual, uma instituição, uma sociedade — leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar (Geertz, 2012, p. 13).

Conforme afirma Geertz, a interpretação deve estar associada diretamente sobre aquilo que acontece, é nessa direção que o campo antropológico busca agir. Por isso, não podemos distanciar do objeto sua ligação com aquilo que acontece, precisamos fazer os objetos de estudo “falarem”. Para isso, é necessário um trabalho interpretativo sobre o que buscamos analisar. Interpretar não pode ser entendido como algo que qualquer pessoa pode fazer, é preciso uma preparação e profissionalização que a antropologia se encarrega de formar.

As interpretações devem estar guiadas dentro das questões que buscamos problematizar, e esse direcionamento de perguntas que devem fazer parte do trabalho do etnólogo é o que definirá seu próprio objeto de estudo. As análises etnográficas são guiadas por perguntas no presente. Por isso, transformam-se em sentidos que estavam silenciados, pois os objetos falam. Diante disso, o método etnográfico é interpretativo, sendo essa uma característica fundamental apontada por Geertz. Nota-se:

Assim, há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o "dito" num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis [...] Há ainda, em aditamento, uma quarta característica de tal descrição, pelo menos como eu a pratico: ela é microscópica (Geertz, p. 15, 2012).

As três características apontadas por Geertz são fundamentais para compreendermos as utilidades do trabalho etnográfico nesta pesquisa. De acordo com o autor, a pesquisa etnográfica faz parte de uma de uma prática interpretativa, que não se limita apenas aos objetos, de modo que as falas também fazem parte do campo de estudo

da etnografia. Sua função é, segundo Geertz, interpretar o fluxo do discurso, ou seja, quais sentidos estão encobertos e precisam ser ouvidos. Diante disso, a etnografia tem a função de tornar o não “dito” em possibilidades de pesquisas. Os avanços trazidos pelo trabalho de Geertz são inúmeros, a possibilidade de analisar os objetos possibilitou um trabalho mais amplo e não limitado apenas aos objetos físicos. Nesse sentido, as falas são fontes que integram o trabalho do etnólogo.

A dimensão da subjetividade trabalho etnográfico fez com que muitas críticas fossem levantadas acerca da seriedade do método. A liberdade dada ao pesquisador no que diz respeito a interpretação dos objetos de estudos leva a pensar na sustentação que este método deve estabelecer. Porém, é preciso salientarmos como a prática está totalmente fundamentada dentro de uma teoria. De acordo com Mariza Peirano (2008, p.03).

No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados. Mais: a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia-a-dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em “fatos etnográficos” de eventos dos quais participamos ou que observamos. Desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação.

O diálogo com a teoria anda de forma inseparável com sua prática. No próprio agir, a teoria é manifestada. Interpretar e descrever algo não é trabalho destinado a qualquer pessoa, há uma formação para compreender as peculiaridades dessa prática e, acima disso, sua aplicabilidade. Existe um direcionamento oferecido ao pesquisador–etnólogo a agir. Peirano (2008) lembra que a etnografia ultrapassa a própria noção de método: ela integra nosso cotidiano. A autora argumenta como a prática de ouvir e falar faz parte da nossa vida, por isso é entendida como uma teoria em ação, ou seja, uma teoria viva.

O método etnográfico não pode ser pensado fora de uma fundamentação teórica, assim a Antropologia oferece suporte a ele. O olhar observante do etnólogo é orientado e guiado, por isso a concepção de que qualquer pessoa consegue interpretar é errônea. O ato de interpretar não pode ser visto apenas como descrição, mas como a construção de algo que estava escondido, precisando ser desvendado.

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado

pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa (Uriarte, 2012, p. 01).

Conforme leciona Uriarte, o trabalho realizado pelo pesquisador é completamente perpassado a partir de um teor teórico, sendo então inseparáveis. A forma de olhar e ouvir do etnólogo é moldada por uma teoria que ajuda na orientação e organização dos fatos e relatos. Assim, a preparação teórica é imprescindível para ida ao campo do pesquisador, tendo em vista que a tarefa não é simplesmente observar e descrever, a prática etnográfica busca manter vivo aquilo que permanece silenciado, oferecer voz ao que não consegue falar sozinho.

A acusação de falseamento atribuído ao trabalho do etnólogo aparece justamente pela sua relação com a subjetividade, ou seja, suas emoções e sentimentos aparecem, mesmo que involuntariamente, no momento da observação e análise. Isso ocorre porque o etnólogo estabelece um vínculo direto com seu objeto de estudo. No entanto, há limites, e o pesquisador deve se isentar caso seus sentidos interfiram na análise. DaMatta escreve:

E aqui se coloca novamente o paradoxo da situação etnográfica: para descobrir é preciso relacionar-se e, no momento mesmo da descoberta, o etnólogo é remetido para o seu mundo e, deste modo, isola-se novamente. O oposto ocorre com muita frequência: envolvido por um chefe político que deseja seus favores e sua opinião numa disputa, o etnólogo tem que calar e isolar-se. Emocionado pelo pedido de apoio e temeroso por sua participação num conflito, ele se vê obrigado a chamar a razão para neutralizar os seus sentimentos e, assim, continuar de fora (Damatta, 1978, p. 09).

De acordo com DaMatta, caso o pesquisador se sinta atingido emocionalmente com o objeto, ao ponto de atrapalhar seu trabalho, o mesmo é obrigado a usar sua racionalidade e se neutralizar. Deve haver um limite entre as emoções do pesquisador/etnólogo e seu objeto de estudo. Esse é considerado, segundo DaMatta, um dos paradoxos principais associados ao método etnográfico, tendo em vista que saber lidar com as emoções é uma tarefa que deve fazer parte de sua prática, pois em excesso sua pesquisa pode ser abalada.

Nossa visão é uma parte fundamental no método etnográfico, pois é justamente ela que guiará o processo de descrição daquilo que precisa ser analisado. Por isso a formação e a preparação são tão importantes, pois atuam para o reconhecimento uso adequado desse olhar no momento da pesquisa, pois ao interpretarmos, já alteramos aquilo que foi impresso no objeto.

Isso porque a partir do momento em que nos sentimo-nos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimo-nos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a real idade (Oliveira, 1996, p. 15).

Oliveira aponta como nosso olhar sobre o objeto se altera. A visualidade é algo que o etnólogo deve trabalhar, pois seu olhar deve observar coisas direcionadas e relevantes para sua temática. Os detalhes serão cruciais para construir um sentido do seu material recolhido. É necessária uma preparação de sua visualidade para que ele possa enxergar os aspectos que estão escondidos e não aparecem à primeira vista ao observador. Oliveira usa como exemplo a análise de uma maloca, explicando que para o olhar de um observador comum, uma maloca seria vista com ingenuidade e considerariam algo exótico, para o etnólogo, sua visão permitiria ver os detalhes que a sustentariam enquanto um objeto de investigação (Oliveira, 1996).

Como se percebe, a etnografia possibilita uma dinamicidade muito grande em campo, ao passo que dentre as formas de execução tem-se a etnografia em movimento como possibilidade, que conforme Müller e Sousa (2023), na obra intitulada “Etnografias em movimento: deslocar-se com as crianças pela cidade”, deve ser levada em consideração quando o objeto investigado se encontra em deslocamento, contrapondo-se às etnografias clássicas, que comumente são fixadas territorialmente.

O texto enumera vantagens da etnografia em movimento com crianças: o fato de os pequenos terem maior interesse por atividades dinâmicas, em detrimento das estáticas; a possibilidade delas se deslocarem e formularem pensamentos ao mesmo tempo; que o deslocamento permite conversação com menos informalidade, dentre outras.

Assim, a etnografia em movimento e a observação flutuante não nos auxiliam somente a seguir nosso objeto de pesquisa por onde quer que ele passe, mas a capturar a essência mesma deste movimento. Estes métodos devem ser móveis na captura do objeto, mas também em sua análise, refletindo para além da produção do sujeito em movimento, ou seja, o próprio ato de mover-se (Müller; Sousa, 2023, p. 4).

Assim, esta pesquisa além de ser uma etnografia com crianças, de caráter urbano, tendo em vista que acontece na cidade e explana a mudança das crianças venezuelanas num processo de dupla migração de um país para outro e do rural para o urbano, apresenta como principal característica o fato de ser uma etnografia em

movimento, tendo em vista o deslocamento dos refugiados venezuelanos entre cidades, a princípio em Imperatriz, depois em Açailândia e finalmente em São Luís.

Para refletir sobre a melhor técnica investigativa para realizar pesquisas com e sobre crianças, faz-se necessário realizar um apanhado sobre os aspectos conceituais que envolvem a etnografia. Assim, dedica-se uma sessão a explicar o uso da etnografia em estudos sobre a infância, aproveitando para refletir sobre o uso da técnica da observação direta e participante em estudos etnográficos, sobretudo, os que são realizados com crianças.

O método etnográfico permite que o pesquisador, ao realizar pesquisa com pessoas, se situe ao mesmo tempo de fora e de longe, em meio a totalidade do meio que está inserido, como também de perto e de dentro.

A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidianas transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos (Magnani, 2002, p. 17).

O autor conclui que é importante tentar olhar a partir do olhar dos atores sociais, explicitar de que forma eles enxergam e vivenciam a cidade, sobretudo em grandes centros urbanos, em que os símbolos econômicos acabam interferindo no olhar do pesquisador. Numa tentativa nada fácil de voltar o olhar tanto a captar o que o grupo estudado quer dizer, quanto a paisagem em volta, surge assim o questionamento sobre o que deveria de fato ser analisado, se a cidade como um todo ou espaços particulares. Conclui-se então que o mais sábio a se fazer é analisar os atores sociais em seus múltiplos arranjos, forma esta que pretendo me apropriar, tendo em vista que as crianças venezuelanas serão acompanhadas em diversos ambientes que estão inseridas – escola, família, igrejas, entre outros. Nesse sentido, Magnani (2002) afirma ainda que:

Assim, uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos categoriais: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio explicativo. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada a priori, postula-se uma a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais que generalidades a respeito do objeto de estudo (Magnani, 2002, p. 20).

A utilização do método etnográfico, como exposto, mostra-se o mais adequado nos estudos com crianças ao permitir que o pesquisador tenha mais liberdade e sensibilidade ao descrever as sensações obtidas ao realizar seu trabalho. Além do mais, estudos realizados no âmbito nacional comprovam isso, ao passo que Sousa (2004), Fernandes (2004) e Martins (2009) se apoderam do referido método ao realizar seus estudos com crianças.

Por fim, estudos etnográficos possuem a vantagem de possibilitar o uso da técnica da observação direta e participante, que permite a inserção do pesquisador no campo estudado realizando conversas informais, facilitando a coleta de dados que a escolha por outra técnica não permitiria.

2.1 Método etnográfico em pesquisas com crianças

Objetivamos, com o método etnográfico, pesquisar a socialização das crianças refugiadas venezuelanas, entendendo a etnografia como uma prática plausível para ouvir e analisar aquilo que as crianças em situação de refúgio têm a dizer sobre suas experiências com a cidade. Suas vozes precisam ser ouvidas e transformadas em objeto de investigação, já que buscamos justificar a migração infantil como uma realidade emergente e complexa. O papel de ouvir oferecido pela etnografia abre novos espaços, como por exemplo, a temática sobre as crianças.

A escolha de um método a ser aplicado em pesquisas envolvendo crianças deve ser orientada por técnicas que respeitem as singularidades que as mesmas carregam. A linguagem e aplicabilidade do método deve ser alterada de acordo com o público a ser observado e analisado, por isso a observação participante é uma técnica que deve ser discutida dentro de uma formação teórica feita pela Antropologia, dentro das universidades, de modo que como foi afirmado anteriormente, teoria e prática devem caminhar juntas, em reciprocidade, ao passo que a separação dessa ligação pode comprometer seriamente o alcance dos resultados da pesquisa, pois a técnica sozinha não leva aos objetivos que a etnografia pretende alcançar.

A etnografia deve ser compreendida para além do método, como algo que aparece no nosso cotidiano, em situações diárias. Um etnólogo deve ter um olhar atento não apenas às falas: os silêncios também podem ser interpretados. Se consideramos um relato de uma criança refugiada, a depender da forma que se deu seu refúgio, ela pode não saber explicar suas emoções e traumas oralmente, inclusive pela dificuldade em se

expressar em língua portuguesa. E é justamente nesse ponto que os desenhos e a escrita podem assumir destaque na pesquisa.

Nesse sentido, o etnólogo tem a função de observar os detalhes que se mostram obscurecidos. Peirano dispõe que:

A primeira e mais importante qualidade de uma boa etnografia reside, então, em ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem. Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita, é necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial. Que ela apenas “diz” e “descreve”, com base na relação entre uma palavra e uma coisa. Ao contrário, palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados (Peirano, 2014, p. 386).

Peirano aborda que uma boa etnografia deve ultrapassar a linha do senso comum, entendendo a prática para além de uma simples descrição entre o ouvir e o descrever. As palavras se transformam em coisas, são ações vivas que se convertem em resultados significativos para os diversos grupos. A limitação do método ao fato de descrever faz com que se perca a amplitude que ele pode trazer para o campo antropológico e para outras áreas, como a própria sociologia. Peirano lembra, portanto, da dinâmica e a flexibilidade oferecidas pela observação participante.

A realização de pesquisas com crianças exige cuidado, sensibilidade e observação, de modo que a observação etnográfica se mostra adequada ao permitir descrever experiências e impressões. Assim, nas palavras de Sousa (2015, p.10):

O pesquisador que trabalha com crianças deve estar atento aos outros modos de dizer das crianças e as formas de descrever estes modos no texto. Se a palavra pronunciada e a narrativa coerente são penosamente descritas em um texto etnográfico, o que dizer do pesquisador cuja tarefa é descrever uma história não contada? Como dizer a palavra não dita? Como traduzir silêncios? E o desejo, ímpeto de falar de quem ainda não consegue?

Dentro desse contexto, a utilização de observação direta e participante favorece o trabalho do pesquisador, ao permitir que ele se relacione com as crianças estudadas, aliando observação e escuta, por estar inserido no ambiente a ser estudado. As crianças precisam ser entendidas enquanto seres com competências e inteligibilidades diversas, não podem ser excluídas dos discursos, tomando como base a concepção de ingenuidade que depositaram nelas. Elas precisam estar inseridas nos debates sociológicos, pois são cidadãos com direitos e responsabilidades dentro da sociedade. O mundo da criança precisa ser explorado enquanto um campo de investigação. De acordo com Toren:

As crianças deveriam ser centrais à análise etnográfica simplesmente porque estão destinadas, ao longo do tempo, a constituir um saber sobre as práticas dos adultos e as ideias que estes usam para as justificar[...] apenas [as crianças] podem nos dar acesso ao que elas sabem sobre o mundo e as pessoas, e o que elas sabem pode dar-nos elementos para uma compreensão analítica que não podem ser obtidos de nenhum outro modo (Toren, 2002, p. 113).

Assim, a utilização da etnografia, mostra-se importante para a obtenção de dados dentro de pesquisas nas mais diversas áreas, sobretudo quando se trata sobre estudos com crianças.

Por muitos anos as pesquisas sociológicas e antropológicas não se dedicaram à infância, e aquelas que a esta fase se dedicaram, apresentaram a experiência e a vivência das crianças de modo homogêneo, sem considerar as particularidades de cada uma. Soma-se a isso, ainda, o fato de que a elas eram atribuídos papéis passivos, como foi explicitado anteriormente, sempre às sombras dos adultos, deixando em segundo plano – ou mesmo desprezando - suas particularidades, opiniões e vontades. Para Castro (2007, p. 03):

Quando falamos de infância muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surge e se desenvolve e também das relações sociais nos seus aspectos econômico, histórico, cultural e político, entre outros, que colaboram para a constituição de tais significados e concepções, que, por sua vez, nos remetem a uma imagem de criança como essência, universal, descontextualizada ou então, nos mostram diferentes infâncias coexistindo em um mesmo tempo e lugar.

Os estudos que envolvem crianças, em sua maioria, trazem a visão do adulto sobre elas. Nesse sentido, Sousa (2004. p. 37), afirma que:

Esta carência de estudos não pode ser denunciada na Psicologia uma das ciências responsáveis pela maior quantidade de estudos e interpretações da infância e da criança. Todavia, esta ciência peca por não conceder a criança um papel central em seus estudos, uma vez que ela é sempre analisada a partir da representação que dela fazem os adultos, os pais, os psicólogos.

A forma como cada criança vive a infância é individualizada, sendo reflexo do contexto em que está inserida. É inquestionável que a experiência de infância para uma criança que reside em zona rural é diferente da experiência de uma que reside na cidade, como poderiam ser citados inúmeros outros exemplos.

Partindo da análise das obras referenciadas na sessão anterior, é necessário dedicar algumas palavras acerca da observação participante, considerando sua importância em etnografias, principalmente no que se refere à etnografia com crianças.

Preliminarmente, é necessário diferenciar a observação participante da não participante. A primeira é realizada quando o pesquisador apenas coleta dados, enquanto na participante o pesquisador está inserido no ambiente estudado, tendo como uma de suas vantagens a utilização de conversas informais, que são capazes de revelar sensações que em entrevistas formais não seriam possíveis.

Dentro das ciências sociais, a observação participante não possui um conceito fechado, tendo sido discutida por muito tempo a sua origem, se na antropologia ou sociologia. Para Gil (2011, p. 120) é a “técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”.

A observação participante é flexível ao permitir que o pesquisador se adeque e faça as alterações de abordagens em relação ao campo pesquisado de acordo os resultados por ele obtidos. As perspectivas podem mudar, e desse modo, surgir interesse por situações anteriormente não previstas.

Não se trata de uma simples transcrição de conversas, é antes de tudo, um conjunto de sensações e percepções obtidas por meio da inserção do pesquisador no campo analisado. Questiona-se o que e como observar. Nesta linha de pensamento, Chauvin e Jounin (2015, p. 133) foram categóricos ao afirmar que:

[...] a observação engaja igualmente, e principalmente, o uso da audição. A especificidade da observação não é, longe disso, a de menosprezar a palavra dos atores, mas a de "coletar situações". O plural é importante, já que não se trata simplesmente de registrar as conversas tidas no curso ordinário da atividade e das interações entre sociólogo e pesquisados, mas também de prestar atenção à diversidade dos contextos em que tais conversas ocorreram. Uma postura dessas convida à busca do “sentido” das palavras e das expressões não em uma definição coisificada, mas em seus usos concretos, em seu contexto prático e imediato, em seus efeitos esperados.

Importante ressaltar que a observação participante requer cautela, devendo o texto deixar o mais explícito possível em que condições e contexto aquela impressão ou diálogo foram analisados, a fim de evitar estigmatizações sobre os sujeitos pesquisados, modo a não os reduzir ao local estudado, sobretudo quando se realiza pesquisas com crianças. Também é de grande relevância o pesquisador ter a sensibilidade de evidenciar a subjetividade dos sujeitos da pesquisa, de modo a explicitar os limites entre o que são suas impressões e o que foi exposto.

Ao realizar pesquisas com crianças, a etnografia é adequada não apenas da perspectiva de uma pesquisa *com* crianças, como também *sobre* crianças. Para Magnani, “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou

servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (Magnani, 2002, p.17). Embora a observação participante seja uma técnica amplamente utilizada, Pires e Santos (2019) lembram que diversas técnicas que podem ser aliadas à etnografia e apresentam o grupo focal como uma delas, especialmente em pesquisas com curta imersão em campo ou com restrições orçamentárias.

É preciso criar estratégias específicas para trabalhar e estudar sobre as crianças e Pires (2007) apresenta alguns elementos que foram necessários para o desenvolvimento de sua pesquisa com crianças:

Talvez seja necessário discorrer um pouco sobre a opção de chamar as crianças para desenhar em minha casa. O leitor pode se perguntar o motivo pelo qual eu não priorizei a casa das crianças, o seu ambiente “natural”, a fim de levar a cabo a pesquisa. Quero esclarecer que frequentei as casas das crianças e as observei em interação familiar. No entanto, apostei também na pesquisa com as crianças entre si, longe do olhar disciplinador do adulto. Com isso, resolvi convidá-las para a minha casa, o que se mostrou produtivo. (Pires, 2007, p. 229).

Através da observação de campo, Pires compreendeu que precisava retirar as crianças de seus espaços vigiados pelos pais, somente assim poderia estudar as experiências e as atitudes das crianças. A atratividade que buscou mostrar às crianças foi a possibilidade que a autora teve para realização de sua pesquisa. Percebemos como a mudança de espaço modificou as ações das crianças, longe do olhar disciplinador dos seus responsáveis. Diante disso, percebemos a relevância da percepção e do olhar sobre seu objeto de estudo. É essa sensibilidade que tornam o método etnográfico um grande aliado para a Antropologia, e outros campos de estudo, como a Sociologia.

Os desenhos e redações foram estratégias que a pesquisadora desenvolveu para construir sua observação sobre as crianças. Isso porque “os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante. Com os desenhos à mão, é possível direcionar o olhar para a realidade de acordo com os tópicos levantados pela população estudada” (Pires, 2007, p. 236). Os desenhos são formas de expressões que as crianças utilizam para manifestar suas emoções e sentimentos, de modo que devem ser interpretados não apenas como rabiscos ingênuos, mas como fontes que podem auxiliar no trabalho etnográfico. Além dos desenhos, a escrita também foi um recurso utilizado para a construção de sua pesquisa.

É preciso, então, tratar o desenho dentro de uma lógica etnográfica (ou seja, considerando, entre outros aspectos, a relevância do momento da sua

realização, os recursos empregados na sua utilização, a experiência pessoal de seu autor), de modo a demonstrar inúmeras possibilidades desse recurso como um mediador do acesso ao contexto urbano vivido por seus autores. (Gonçalves, 2021, p. 290).

A utilização dos desenhos, guiados pelo trabalho etnográfico apresenta uma infinidade de possibilidades de as crianças expressarem suas percepções de mundo. É preciso observar os detalhes que estão escondidos através dos traços feitos pela criança.

A observação etnográfica é uma relação entre os objetos, pessoas, situações e sensações provocadas no próprio pesquisador. Torna-se, pois, muito mais do que captura do visível. A descrição etnográfica é, por sua vez, a elaboração linguística desta experiência. É a percepção que desencadeia um processo de descrição, mas esta última consiste menos em transcrever e mais em construir, em estabelecer uma série de relações entre o que é observado e aquele que observa (Sousa, 2015).

Dessa forma, conforme Cardoso de Oliveira (1998) olhar, ouvir e escrever se mostram adequados no processo, no intuito de compor uma etnografia sobre crianças. Assim, ao realizar uma pesquisa de campo, a mesma pode ser fundamentada nas seguintes técnicas: a) observação das crianças e estabelecimento das conversas informais com elas; b) observação das crianças e sua experiência com o ambiente estudado; c) elaboração de desenhos por parte das crianças; d) realização de entrevistas com os adultos que convivam com as crianças. Nesse ponto, é importante ressaltar que a escolha por determinada técnica, método e instrumentos deverá ser adaptada a cada caso. A esse respeito, Marchi (2018, p. 3) dispõe que:

Sobre o segundo sentido, deve-se considerar, em primeiro lugar, que não se trata de dar (conceder, permitir) voz, e sim de reconhecer a existência de diferentes vozes presentes no campo da pesquisa. Lembrando que, no caso das crianças – em especial as pequenas –, essa voz não é nem só nem necessariamente verbal, devendo o pesquisador se abrir para a escuta e a observação das suas diversas formas de expressão. Em segundo lugar, dar voz não significa mais falar em nome do outro, como no modelo monológico das etnografias clássicas, isto é, não se trata mais de subsumir a voz do(s) outro(s) à voz do pesquisador e seu arcabouço teórico, ainda que essa voz possa ser/estar, politicamente falando, bem intencionada.

Como instrumentos de pesquisa, mostram-se adequados a utilização de diário de campo e caderno de campo, além de celular, laptop dentre outros recursos analógicos ou digitais. A observação em campo é de suma importância dentre outras técnicas de coleta de dados, a partir das quais pode-se compor uma etnografia da participação das crianças no ambiente pesquisado, pois como bem reforça Magnani (1986) é importante se

associar o discurso à observação direta, para viabilizar o confronto entre opiniões e práticas.

Concomitantemente, ao se tratar as crianças como agentes de pesquisa, deve-se também observar os limites éticos, como o uso de imagens, bem como se é razoável ou não as identificá-las. Sousa e Pires (2019) relatam que, ao realizar seu estudo com as crianças da comunidade Capuxu, recebia muitas perguntas das crianças sobre quando o trabalho estaria concluído, e se estas apareceriam nas fotos e se seriam identificadas, de modo que transpareciam o desejo de reconhecimento, demonstrando assim que as pesquisas com crianças também acabam por ser *para* as próprias crianças, que estavam ansiosas para ver o resultado do estudo.

As autoras também se dedicaram a demonstrar os dilemas éticos nas pesquisas com crianças, tendo em vista a linha tênue entre os direitos de participação e os direitos de proteção, de modo que afirmam ser primordial considerar o nível de vulnerabilidade das crianças pesquisadas na hora da coleta, uso, análise e divulgação dos dados, tendo em vista que as crianças também produzem as pesquisas, sendo criada uma relação entre pesquisador e pesquisado (Sousa; Pires, 2021).

Por fim, importante reforçar a relevância da utilização de desenhos em pesquisas com crianças, ao passo que estes são um excelente recurso de acesso às percepções das mesmas, tendo em vistas que algumas não conseguem expressar em palavras suas impressões, sobretudo as menores. Outro fator importante a ressaltar é a orientação que a utilização dos desenhos como técnica para a etnografia deve ter, não é simplesmente desenhar, é preciso um guia para utilizar os desenhos. Pires aponta como utilizou os desenhos em sua pesquisa:

Depois dos desenhos livres e dos desenhos temáticos, resolvi aprofundar dois temas específicos que iam ao encontro do tema da pesquisa por mim realizada e que, ao mesmo tempo, eram recorrentes no imaginário infantil de Catingueira. O objetivo era recolher uma amostra abrangente de desenhos em relação a cada faixa etária a ser pesquisada (Pires, 2007, p. 239).

Como exemplo de etnografias com crianças em distintos contextos podemos mencionar Sousa (2004) que analisou a experiência de crianças na comunidade Capuxu, mostrando por meio de uma etnografia rica em detalhes, como trabalho, aprendizagem e ludicidade se entrelaçam na vivência do que é ser criança nessa comunidade, ao retratar situações comuns, como o momento da merenda e do recreio na escola e as brincadeiras. A autora demonstrou que a comunidade influencia no modo de viver a infância naquele ambiente, com particularidades que não permitiriam que crianças que

vivem em outros espaços experimentem. Sousa constatou ainda que trabalhar e brincar ao mesmo tempo é a característica cultural específica das crianças da comunidade Capuxu.

As brincadeiras são constantes, sobretudo durante os finais de semanas, quando as crianças também aproveitam para passear. São descritos, inclusive, os brinquedos mais utilizados por elas, como por exemplo a pipa, bola, cavalinho de pau, e até mesmo objetos, como as vassouras, que possuem a dupla função de limpar e divertir. Também é perceptível a presença da Igreja Católica, através do Movimento Carismático, na vida dos infantes, sobretudo daquelas acima de sete anos de idade. (Sousa, 2004).

Nessa esteira, corroborando com o constatado através dos estudos anteriormente citados, Borba (2006, p. 4) sustenta que:

As crianças se encontram em um mundo estruturado por relações materiais, sociais, emocionais e cognitivas que organizam suas vidas cotidianas e suas relações com o mundo. É nesse contexto que elas vão constituindo suas identidades como crianças e como membros de um grupo social. Não devem, todavia, ser vistas como sujeitos passivos que apenas incorporam a cultura adulta que lhes é imposta, mas como sujeitos que, interagindo com esse mundo, criam formas próprias de compreensão e de ação sobre a realidade. Isso porque esse contexto não apenas constrange suas ações, mas também lhes traz novas possibilidades.

Martins (2009), em sua obra "Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano", dedicou um capítulo às crianças que vivem em situação de fronteira, ressaltando a importância da história oral logo nas primeiras linhas. Assim, ao realizar sua pesquisa, apoderou-se, principalmente, da observação direta e participante para analisar crianças dos colonos do Mato Grosso do Sul e crianças dos posseiros do Maranhão.

O pesquisador encontrou semelhanças em ambas, como a presença do trabalho em suas rotinas, considerando, inclusive por esse motivo, como uma "falsa infância". No entanto, a visão de trabalho era diferente para cada comunidade pesquisada. Para as descendentes de colonos, por exemplo, o dia era dedicado às atividades laborais, sendo comum ver crianças estudando no período noturno. Dessa forma, para elas, o trabalho está intimamente ligado à concepção de preservação da família, e conseqüentemente, herança (Martins, 2009).

Também foi possível notar diferenças entre as crianças pesquisadas ao concluir que as oriundas do Mato Grosso vivem esta fase da vida como uma preparação para a fase adulta, ao passo que as provenientes do Maranhão conseguem inserir em suas

rotinas as brincadeiras e amigos, com nítidas referências à ludicidade, o que não foi perceptível nas primeiras. Nas palavras do autor, “aqui a infância não é definida pela condição do herdeiro, que justifica o trabalho da família para acumular a herança a ser repartida na maior idade dos filhos. Aqui não há herdeiros porque não há o que herdar” (Martins, 2009, p. 116). As crianças entendem que cada indivíduo possui o seu lugar, lugar este a que pertencem e que lhes pertence.

2.2 Etnografias urbanas

A cidade é um espaço que vem sendo estudado por inúmeros estudiosos, sobretudo no que diz respeito aos rumos e consequências do processo de urbanização, principalmente naquelas de maior porte. Essas pesquisas também utilizam os mais variados pontos de análise, como sociais, econômicos, etc., o que deixa claro que apesar de algumas cidades possuírem muitos pontos em comum em seu desenvolvimento, cada uma apresenta suas particularidades e estas devem ser levadas em consideração.

As dificuldades aumentam quando passamos para a realidade urbana, não que o espaço rural não apresente suas dificuldades, mas a forma de socialização e interação com as crianças parecem ser mais complexas quando nos remetemos ao âmbito das grandes cidades, pois como já foi abordado no capítulo anterior, as cidades não foram projetadas para crianças. De acordo com Farias:

A cidade é um espaço não formal de educação que proporciona diferentes aprendizagens quando os habitantes se relacionam com a sua estrutura. Trata-se de uma criação humana composta pelo plural de praças, ruas, avenidas e, também, por características singulares, como esquinas, becos e cantos. Portanto, a cidade é um núcleo vivo (Farias, 2017, p. 262).

Farias compreende a cidade como um organismo vivo em que as experiências são constantes e variadas. As crianças aprendem nas ruas e praças, porém, os conflitos existentes no espaço urbano impossibilitam as crianças tenham tais experiências de socialização e interação de forma completa. Com medo da violência, os pais protegem seus filhos em casa, principalmente no cenário das grandes metrópoles. A falta dessa interação e socialização, marca das crianças que habitam grandes cidades, aparece como um aspecto a ser considerado. Quais consequências essa ausência pode acarretar?

A característica de dependência depositada nas crianças impossibilita que elas convivam em espaços fora de suas casas, o que implica numa incompreensão de sua

interferência no meio. Como forma de compreender as visões das crianças sobre as cidades, Farias utilizou como uma de suas técnicas de pesquisa a foto-elicitación.

A foto-elicitación alinha-se aos pressupostos dos métodos visuais por incentivar uma maior cooperação dos participantes da pesquisa, que neste contexto, também foram considerados co-pesquisadores. Vale destacar ainda que foi intencional o planejamento deste terceiro encontro. O seu propósito era utilizar as imagens das cidades construídas (ou seja, outra representação) para catalisar narrativas das crianças (Farias, 2017 p. 267).

Farias investiu no uso de imagens para fazer as crianças falarem de suas experiências e compreensões sobre as cidades. Anteriormente falamos da relevância do campo visual na pesquisa com crianças, dado o que este campo oferece às crianças em termos de possibilidades para interagir e se comunicar. As narrativas construídas a partir de métodos visuais possibilitaram que as crianças elaborassem suas concepções sobre as cidades. A escolha metodológica é uma etapa fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois ela definirá os rumos dos resultados obtidos.

Quando remetemos uma pesquisa às crianças, esta escolha precisa ser ainda mais precisa, pois a forma de comunicar e interagir pode exigir técnicas diferenciadas daquelas que comumente são aplicadas em pesquisas com adultos. Geralmente, numa observação participante com adultos, a oralidade é o método mais escolhido entre os pesquisadores, entretanto, as pesquisas realizadas com crianças devem exigir escolhas singulares com base em suas características.

A oralidade, no contexto da migração infantil, pode não gerar bons resultados, justamente pelo desafio do idioma. Nesse sentido, o campo imagético é uma alternativa viável se pensarmos no contexto de crianças em situação de refúgio, pois o desafio da língua aparece de imediato.

As dificuldades em desenvolver pesquisas com crianças aparecem não apenas na forma de interagir com elas. Há que se lidar ainda com uma resistência ética de proibição do consentimento da participação das crianças nessas pesquisas, pauta sustentada, em grande medida, na concepção fortificada de incapacidade relacionada às crianças. Esse problema se amplia ainda mais se a encaixarmos dentro de uma visão urbana, em que os problemas de violência, discriminação, desigualdade social aparecem com mais força. Marchi fala sobre sua pesquisa e sua experiência com as crianças. Observa-se:

Em minha pesquisa, não havendo pais nem professores a quem solicitar consentimento, eu tinha que explicar apenas às crianças minha presença entre elas. E essa não foi uma tarefa fácil porque havia enorme desconfiança em

relação à minha identidade e às minhas intenções. As desconfianças e receios deviam-se ao constante assédio que as crianças sofriam da parte da polícia, de jornalistas, de assistentes sociais e de funcionários do Juizado de Menores. Assim, sem conseguir explicar o que era uma etnografia, eu simplesmente disse que pretendia escrever um livro sobre suas vidas na rua, hábitos e maneiras de ser (Marchi, 2018, p. 740).

As dificuldades que a pesquisadora apresenta nos levam a refletir sobre como o estudo acerca das crianças ainda precisa ampliar e expandir. As vozes dessas crianças precisam ser ouvidas e transformadas em pesquisas, precisam se tornar objetos de estudos para que elas sejam incluídas enquanto cidadãos que integram a sociedade, e não como simples peças moldáveis. O contexto de vulnerabilidade atribuído ao espaço urbano precisa ser repensado, pois a criança deve estar inserida nele.

Fazer etnografia no espaço urbano aumenta os desafios para o pesquisador, e quando remetemos ao estudo das crianças, esses desafios são ainda maiores. A cautela e segurança mantida pelo núcleo familiar é mais rígida devido à diferenciação dos indivíduos que compõem as grandes metrópoles, uma vez que:

A segurança garantida pelo núcleo familiar ampliado se rompe na metrópole dada a enorme diferenciação de indivíduos nela presentes. Esta heterogênea composição individual e social transforma a cidade em terreno de incerteza e insegurança. Outro fator presente, a hostilidade latente do espaço urbano, faz com que as crianças ainda tenham seus mecanismos de usos da cidade restringidos. Evidente que se trata aqui do espaço público, onde é raro encontrar crianças desacompanhadas de adultos. Esta faceta da cidade é lida como reticente à presença de crianças sem o acompanhamento do adulto responsável, situação reforçada pela mídia que privilegia matérias focando os perigos da cidade, que ameaçam a integridade física de seus habitantes. Uma concepção de criança como ser desprovido de autonomia termina sendo reforçada por esta representação midiática do espaço público urbano. (Muller; Nunes, 2014, p. 665-666).

As restrições vividas pelas crianças no que se refere às experiências e compreensões positivas sobre as cidades aumentam aceleradamente. Os espaços urbanos são hostis às crianças. Os perigos reforçados pela mídia também é um fator que fortalece a concepção de insegurança dos espaços públicos. Essa visão impossibilita a interação e o convívio social das crianças fora de suas casas, e tais espaços passam a ser vistos principalmente como desprotegidos e inseguros. Essa restrição às crianças impede que elas tenham experiências relevantes para o desenvolvimento e, além disso, impede também que elas se apropriem do espaço onde vivem. As brincadeiras de rua, por exemplo, são dinâmicas que fortalecem vínculos de amizade e permitem as crianças socializarem com seu meio.

Diante disso, as autoras citadas anteriormente buscaram, com sua pesquisa, “discutir a relação entre infância e cidade [visto que essa relação] pressupõe o espaço urbano como elemento formador da individualidade das pessoas simultaneamente à construção de sua autonomia” (Muller; Nunes, 2014, p. 669). A partir do aceleração que ocorre dentro do espaço urbano, algumas vozes são silenciadas pelas redes de poder nele estabelecido. As crianças fazem parte dessas vozes.

A imagem construída sobre o espaço urbano enquanto uma heterogeneidade que provoca desafios e obstáculos às crianças deve ser problematizado e conseqüentemente repensado, porque o espaço urbano se diversifica cada vez mais. A homogeneidade precisa ser ouvida e pesquisada pela etnografia. Isso porque:

A presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes (Magnani, 2002, p. 09).

A fragmentação presenciada dentro dos espaços urbanos não pode ser vista apenas como um aspecto que traga apenas relações negativas, mas também como um cenário de possibilidades de experiências que podem gerar sociabilidades e interações sociais pertinentes à vida dos sujeitos. A troca de conhecimentos entre os distintos grupos pode ampliar a visão de mundo para além daquela a que o indivíduo está culturalmente habituado. Nesse sentido, as técnicas etnográficas devem acompanhar estas mudanças, cada uma exige uma estratégia específica para trabalhar. A oralidade nem sempre funcionará, é preciso uma flexibilidade e dinamicidade no momento de escolher a forma de proceder o método. Diante disso “as potencialidades e limites da etnografia em contextos definidos levam-nos a uma reflexão sobre cidades em mudança e as possibilidades da investigação etnográfica face a essas mudanças” (Ferro; Gonçalves, 2018, p. 309).

As cidades são produtoras de culturas diversas. Os discursos nelas produzidos precisam ser ouvidos pelas pesquisas etnográficas diante da sua possibilidade de visibilidade. É necessária uma problematização sobre o lugar e como o sujeito está imerso nele. Rizek aborda que:

Diante desses vínculos entre cidade e produção da cultura, para além das evidências mais imediatas, a perspectiva etnográfica implica em uma reflexão

sobre o lugar e a inserção do próprio pesquisador em campo, o estatuto da pesquisa de campo, das formas de observação – em uma palavra as negociações, o acesso e os modos de compreender o que se passa na pesquisa de campo, o que acontece com a relação entre o pesquisador e aquilo que se construiu como alvo de conhecimento, na relação entre o que se ilumina e o que permanece na sombra – tanto do ponto de vista do olhar, quanto do ponto de vista da palavra, isto é, das formas de enunciação das informações, sentidos, práticas que se pôde observar, de que – de algum modo – se pôde participar (Rizek, 2014, p. 20).

A pesquisa etnográfica estabelece uma relação entre o lugar e o pesquisador. A construção de um objeto de pesquisa exige um trabalho detalhado e específico, baseado em técnicas que se adaptam as variadas situações do cotidiano. Seu ponto de vista é fundamental no momento da escolha do método a ser utilizado em cada ocasião.

As imagens são recursos que podem contribuir na pesquisa etnográfica com crianças, por trabalhar com seu imaginário, fator que integra sua visão de mundo. O trabalho elaborado por Farias sobre a relação entre cidade e infância demonstra como a temática necessita ser discutida para o reconhecimento da criança enquanto um integrante ativo dentro da sociedade. Nota-se:

A combinação dos dados gerados com crianças e mães sobre os trajetos comuns mais realizados demonstrou um entendimento apurado das crianças a respeito das dinâmicas e da organização da cidade. Isso porque os trajetos percorridos e os espaços frequentados pelas crianças nos informam sobre interações sociais, ocupações e usos do espaço urbano (Farias, 2017, p. 271).

Através do uso de foto-elicitação, como discutido anteriormente, a pesquisadora desenvolveu um trabalho de construção de trajetos comuns as crianças da cidade de Brasília. Esses projetos, produzidos pelas próprias crianças, resultaram na assimilação e compreensão dos espaços que as mesmas ocupam. A percepção da pesquisadora ao desenvolver este trabalho foi identificar os lugares de interações que integravam a noção de lugar da criança. Diante disso, reforçamos novamente a relevância da escolha de um método a ser aplicado na pesquisa.

A criança precisa reconhecer seu lugar ativo dentro do espaço urbano, e não simplesmente como ser manipulável. As crianças podem ter opiniões e expressar suas emoções e pensamentos. A proposta da criação de trajetos criada pela autora fez com que as crianças participantes da pesquisa utilizassem de sua imaginação para montar as rotas que tinham sentido para elas. Desse modo, a pesquisa etnográfica pode utilizar de seus instrumentos visuais, imagéticos, escritos e orais para envolver as crianças nas pesquisas.

A interação da criança com o meio é um ponto fundamental para seu reconhecimento enquanto um integrante ativo dentro da sociedade. A criança precisa fazer parte desse lugar e ter sua voz ouvida. A etnografia é o método onde a voz da criança pode se tornar ativa, pois a mesma trabalha com temáticas que aparecem como urgentes a serem pesquisadas. Porque, segundo Mattos (2011, p. 65):

O trabalho etnográfico tem mais interesse na proposta da pesquisa do que no procedimento de coleta de dados. Um instrumento de pesquisa não constitui necessariamente um método de pesquisa. Portanto, devemos enfatizar os problemas de conteúdo da pesquisa, do tema a que nos propomos pesquisar, tanto quanto ou mais que, nos procedimentos utilizados por ela. Em etnografia o trabalho de investigação precisa ser visualizado em sua totalidade, com propósitos bem definidos.

Ainda segundo o autor, as perguntas que orientam a pesquisa são mais importantes que os instrumentos que irão se utilizar, não que os últimos não tenham relevância, mas são justamente a reflexão sobre o problema e tema que definirão os instrumentos da pesquisa. O trabalho de investigação, dentro de uma visão etnográfica, deve fazer-se presente durante todo o processo de construção da pesquisa.

Como percebemos, a partir das pesquisas aqui apresentadas, a observação participante inclui a participação integral do pesquisador. Essa característica levanta muitas suspeitas sobre os procedimentos escolhidos em suas análises. Diante disso, o método etnográfico sofre duras críticas sobre a sua validação, o que chega a colocar em dúvida a própria veracidade pesquisas que se utilizam dele. Críticas que advém da forma como é construído seu objeto, ou seja, da função que a subjetividade exerce nesse processo.

Han sido muchas las críticas que ha recibido la etnografía; algunos consideran la etnografía como la forma más básica de investigación social, mientras que otros la descalifican, ya que la ven como impropia para las Ciencias Sociales, porque la información que en ella se recoge es “subjetiva”. Sin embargo, el estudio etnográfico se ha ido fortaleciendo paulatinamente, debido a la larga historia que tiene la etnografía y a la importancia que ésta presta en la manera como la gente otorga sentido a las cosas de la vida cotidiana y los procesos sociales (Martínez; Montería, 2009, p. 35).

A possibilidade de chegar a uma ideia de verdade foi uma noção construída no século XIX. Por outro lado, a etnografia se preocupa em construir verdades que são particulares e silenciadas pelas relações de poder que integram nossa concepção de sociedade. Os discursos são construções humanas. A validade do método se sustenta principalmente por dar voz e sentido as coisas do cotidiano e aos variados processos sociais que aparecerem como problemáticas que exigem diferentes abordagens – a

exemplo da migração infantil no Brasil, especificamente em São Luís. O tema da criança aparece enquanto uma temática silenciada, mas que precisa ser problematizada.

Dentro da proposta de trabalhar a concepção urbana com as crianças, Beatriz Soares Gonçalves se utiliza do método etnográfico por meio do uso de desenhos com o objetivo de criar cartões-postais da cidade de Niterói-RJ. A autora coloca que:

Posto isso, os primeiros desenhos que trago no presente recorte da investigação urbana que realizei no mestrado são ilustrações feitas em cartões-postais, confeccionados pelas crianças em alguns encontros da minha oficina. Em um primeiro momento, conversei com as crianças a respeito da utilização e de peculiaridades de um cartão-postal. Em seguida, mostrei exemplos de alguns formatos para que cada uma fizesse o seu. Propus às crianças que ilustrassem em seus postais aquilo que elas considerassem uma marca importante do lugar onde moram (Gonçalves, 2021, p. 293).

Por meio do uso de desenhos, a pesquisadora desenvolveu no trabalho a importância do lugar e como ele constrói sentido em nós. Ao retratar algo que faz sentido às crianças, as mesmas escolheram espaços que faziam parte de seu cotidiano ou que chamasse sua atenção, sendo esses espaços urbanos.

Nesse sentido, uma das principais técnicas adotadas para me aproximar das crianças e conseguir abstrair informações por meio de conversas e de constatações foi a produção de desenhos. No dia que cheguei pela primeira vez no campo de pesquisa em São Luís com lápis de cor e folhas perguntando quem queria brincar de desenhar, pareceu uma festa. As crianças que estavam ali presentes logo vieram muito entusiasmadas dizendo que queriam, outras mais tímidas apenas esticavam as mãos para pegar o material. Em seguida começou a disputa por quem ficava com determinada cor de lápis, de modo que em pouco tempo os lápis de cor não tinham, cada um, donos fixos: eles eram de todos que estavam ali.

Esses momentos foram importantes para que as crianças pudessem desenhar o que queriam expressar, como também foram importantes para que eu pudesse utilizá-los para questionar sobre situações que sem os desenhos eu talvez não encontrasse contexto que elas parassem e me dessem a devida atenção.

O local para realização da atividade, quando realizada em Imperatriz, eram em mesas do Abrigo Reviver. Em São Luís, no bairro Vila Itamar, foi a calçada. As condições de acomodação não eram as melhores, mas cada um dos pequenos e pequenas dava um jeito de criar para si um cenário confortável. Alguns preferiam deitar no chão, outros iam até suas casas pegar algum objeto que pudesse ser usado como suporte para

colocar o papel em cima, ou mesmo procuravam pedaços de madeiras jogados pelo ambiente como uma estrutura de sustentação.

As meninas eram sempre mais receptivas que os meninos, tanto para o diálogo quanto para a execução de atividades, e também com maior dedicação. Embora também participassem, os meninos mantinham-se distantes e com menor ânimo para a atividade, o que refletiu nos desenhos.

No decorrer da pesquisa fui percebendo que as conversas foram ficando mais fáceis, mais fluidas, pelo fato das crianças não me verem mais totalmente como uma estranha, mas como uma pessoa que além de os visitar constantemente, passava algum tempo e também partilhava de momentos de lazer. As crianças ofereciam sorrisos em troca de atenção, nunca pediram nada, apenas faziam um pouco de confusão para saber quem ficaria com quais cores de lápis de cor após os desenhos.

Percebi que haveria obstáculo para aplicação da redação com as crianças maiores, método escolhido para interação com estas, de modo que tive impasses significativos para a progressão dessa etapa. Como as crianças não frequentavam escolas, elas apresentaram dificuldades na escrita do seu próprio idioma, o que se ampliava ainda mais no domínio da língua portuguesa. Muitas delas, além de não saberem ler e escrever, não tinham coordenação motora para pegar no lápis – sendo assim, embora a priori se pensasse na elaboração de redações com as crianças maiores, optamos pelo uso de desenhos com todas elas.

Porém, até nessa proposta algumas crianças tiveram dificuldades em usar os lápis de cor e produzir seus desenhos. Esse material seria usado como forma de diagnóstico das percepções e emoções que as crianças venezuelanas têm e sentem com a situação de refúgio na qual se encontram. Seria uma forma alternativa de fazer com que as crianças falassem um pouco mais de suas experiências. É válido comentar que somente no mês de fevereiro de 2023 é que as crianças iniciariam sua vivência escolar, o que foi prejudicado em razão da falta de ônibus escolar para transportar as crianças até as escolas, bem como pelo fato de as famílias não possuírem dinheiro para pagar passagens de ônibus.

Importante ressaltar também a presente pesquisa ser sensorial, tendo sido guiada pelos sentidos, com o campo direcionado pelas impressões e sensações causadas pelos cheiros, olhares, experiências, já que os indivíduos pesquisados permitem e pedem sensibilidade, se expressam e se mostram através de muito mais que a fala.

3 CONHECENDO O UNIVERSO PESQUISADO

Neste tópico serão apresentadas algumas características da cidade de Imperatriz, Açailândia e São Luís, todas no estado do Maranhão, e os motivos da escolha deste campo para a realização da pesquisa. De início, a escolha ocorreu pelo próprio deslocamento do objeto de estudo, tendo em vista as mudanças das crianças migrantes venezuelanas da cidade Imperatriz para outras cidades, dentre elas Açailândia, motivo pelo qual o deslocamento foi uma medida necessária para dar continuidade à pesquisa.

No que se refere à escolha da cidade de São Luís para ser o novo cenário se deu, além das alterações do campo, também em razão da minha própria migração, motivada por questões profissionais, e por esta cidade possuir uma quantidade significativa de refugiados venezuelanos, maior que a encontrada nas anteriores, mantendo-se o grupo pesquisado, alterando apenas os sujeitos.

3.1 Das cidades

3.1.1 - Imperatriz

A cidade de Imperatriz, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía, no ano de 2021, população de 259.980 mil habitantes, é o segundo município mais populoso do estado do Maranhão. Banhada pelo rio Tocantins, fica a poucos minutos de distância do estado de mesmo nome. Um ponto tido como favorável ao seu desenvolvimento é o fato de ser atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, o que possibilitou desenvolvimento de vários setores, como o comercial, energético e econômico do estado.

A boa localização estratégica confere ao município o título de capital local, já que possibilita o escoamento da produção de soja do sul do Maranhão, ocorrida majoritariamente na cidade de Balsas e da atividade siderúrgica em Açailândia. Na última década, foi escolhida como sede para a instalação de fábrica da Suzano Papel e Celulose, o que atraiu pessoas de muitos estados em busca de empregos.

A fundação de Imperatriz ocorreu em 16 de julho de 1852, por Frei Manuel Procópio do Coração de Leão, que encontrou no lugar um espaço que reúne vegetação tanto da floresta amazônica quanto do cerrado.

Por fim, ressalta-se a característica de também ser polo universitário para os habitantes do sul do estado e dos que lhe fazem fronteira, diante da existência tanto de

universidades federais e estaduais quanto particulares, tornando-se nos últimos anos uma cidade atrativa dentro do estado do Maranhão.

3.1.2 - Açailândia

Açailândia, que pertencia, anteriormente, ao município de Imperatriz, foi emancipada em 06 de junho de 1981, por ato do governador da época, João Castelo. Tem população de 113.783 pessoas, conforme o censo de 2021.

É conhecida por ser polo agroindustrial, contando também com indústrias siderúrgicas em seu território, dentre elas a companhia Vale, o que impulsionou seu desenvolvimento, que por certo lhe conferem o 5º maior Produto Interno Bruto da região gráfica imediata.

A cidade leva o nome de um dos muitos riachos pela qual é banhada e pela grande quantidade de açazais em seu território e também que é fruto da miscigenação de migrantes do mesmo estado, de outros do Nordeste e de imigrantes do Japão, Portugal, dentre outros.

Muitas pessoas que residem em Açailândia trabalham ou estudam em Imperatriz, ao passo que a última possui mais uma estrutura maior, mais oportunidades de emprego na área urbana, e no que diz respeito à educação tem melhores indicadores, sobretudo pela quantidade de universidades e faculdades, tanto públicas quanto particulares. Por este motivo, a oferta de transporte de baixo custo entre as duas cidades é uma realidade, e é possível contar com ônibus, táxi lotação e vans fazendo o trajeto Imperatriz-Açailândia, bem como o sentido contrário, diariamente e em nos mais variados horários.

3.1.3 - São Luís

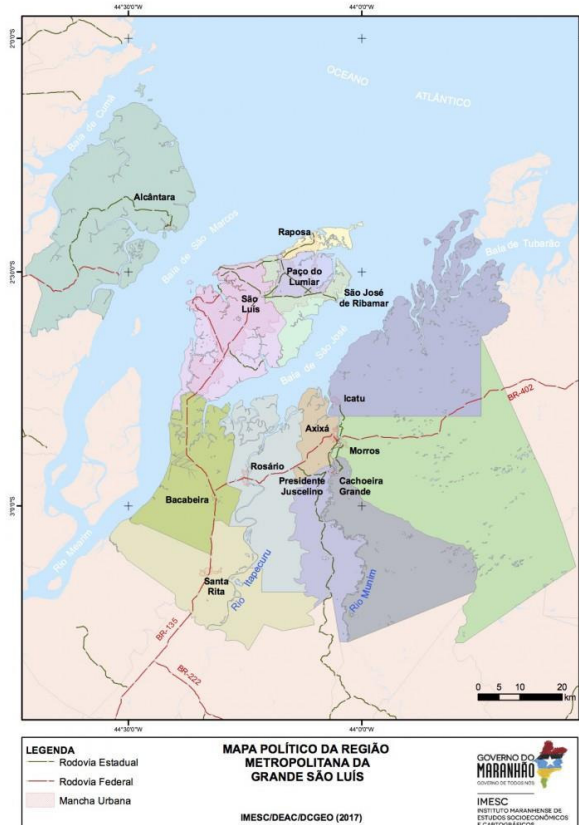
A cidade de São Luís é a capital do estado do Maranhão, localizada no litoral maranhense, tendo fortes influências do Oceano Atlântico. Considerada a quarta maior cidade da região Nordeste, com estimativa de 1.115.932 de habitantes, de acordo com o IBGE. A população tem em sua origem imigrantes europeus, indígenas e negros escravizados, o que torna a torna bastante diversificada em culturas.

São Luís foi fundada em 1612, com a chegada dos europeus franceses ao território. Anos mais tarde, em 1645, as tropas portuguesas se estabeleceram oficialmente na cidade por meio de conquistas militares, aspectos que foram possíveis devido a boa localização do Porto do Itaqui, considerado, atualmente, como um dos

mais influentes portos marítimos do Brasil, dado a quantidade de importação comercial que realiza anualmente.

São Luís é uma cidade formada geograficamente por muitas planícies litorâneas, com clima tropical e vegetação rica em dunas, mangues e restingas, fatores que influenciam diretamente a vivência da população e a economia da cidade, de modo que sua área total chega a 583,063 quilômetros quadrados (Figura 1).

IMAGEM 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS.



Fonte: AGEM (2020).

A referida cidade é rica em manifestações culturais que encantam muitos de seus habitantes e visitantes. O Centro Histórico é considerado patrimônio cultural brasileiro, formado por heranças europeias manifestadas em grandes casarões que marcam o espaço.

Conhecida como Ilha do Amor ou Cidade da Poesia e, mais recentemente, Ilha Rebelde, a capital do Maranhão guarda relíquias de uma beleza singular, através de uma arquitetura colonial ímpar. Em nenhuma cidade brasileira os portugueses usaram tantos azulejos – aí eles estão por toda parte, nas fachadas, nos pátios, nas salas, nos corredores, nas escadarias e nas fontes, com padronagens variadas em forma de flores, bichos e motivos geométricos. Daí a denominação pela qual é conhecida, Cidade dos Azulejos e Sobradões. Rica em logradouros históricos, prédios e monumentos, museus, igrejas, fontes, sítios, vielas, becos e ladeiras, a cidade apresenta muitas

manifestações lúdicas, folclore fértil, teatro, música, danças, bailes, feiras, brincadeiras coletivas, culinária típica e passeio (Castro; Rodrigues, 2008, p. 02).

A diversidade arquitetônica deixada pelos europeus é um aspecto que caracteriza a identidade cultural da cidade, além disso, também atua como um atrativo cultural para vários visitantes de diferentes regiões do país e fora dele. A mistura de povos que compõe a identidade da cidade interfere diretamente em suas formas de manifestar: música, dança, culinária, esporte e dentre outros. Nota-se:

Cidade de ritmos exóticos e calientes, onde compositores e intérpretes locais garimpam fontes de músicas ricas em referências estéticas e sonoras, com ritmos que resistem ao tempo sem perder sua essência. Desta fonte despontaram para o Brasil, nos últimos tempos, artistas como Alcione, Zeca Baleiro, Rita Ribeiro (Castro; Rodrigues, 2008, p. 04).

Esses são alguns aspectos que caracterizam a cidade de São Luís, que é bastante diversa em aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e entre outros. A importância do conhecimento de algumas das características que compõem a cidade serve para situarmos nosso objeto de pesquisa e relacioná-lo com o seu próprio espaço.

A partir do objeto de estudo, foram identificados quais bairros possuíam maior quantidade de famílias refugiadas venezuelanas na cidade de São Luís, o que não elimina a fixação de moradia destes em outros bairros da cidade. É relevante compreendermos o cenário de adaptação e mudanças que essas famílias passaram e passam no processo de migração de cidade.

Na cidade de São Luís, os refugiados venezuelanos são assistidos pela Prefeitura através da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS. No site da referida secretaria está disposto que:

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS – foi instituída pela Lei Municipal nº 4853 de 03 de setembro de 2007. É o órgão da Prefeitura de São Luís responsável pela coordenação do Sistema Único de Assistência Social/SUAS que organiza a Política Pública de Assistência Social em âmbito municipal, articulada às demais políticas públicas e à sociedade civil organizada para assegurar proteção social à famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Fui informada de que o bairro que abriga mais refugiados venezuelanos no município de São Luís é a Vila Itamar, sendo estes indígenas Warao. Na obra intitulada “Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas e refugiados migrantes”, elaborada pela Agência da Organização das Nações Unidas para

os refugiados, apresentam-se alguns aspectos, tais como, processos históricos, modo de vida, atividades exercidas, dentre outros.

Inicialmente, cabe destacar que os Warao são um povo originário da República Bolivariana da Venezuela, com estudos indicando se tratar do grupo humano mais antigo daquele país. São tidos como pescadores e coletores, que viviam à beira de rios (onde desenvolvem as atividades para subsistência), com casa construídas em palafitas, a partir de troncos de árvores.

Apesar de contarem com unidade em relação a termos linguísticos, no que se refere ao modo de ser são encontradas distinções com facilidades, dependendo do local em que estão estabelecidos.

Cabe ressaltar que o deslocamento de tal grupo começou ainda no século XX, quando foi ocorrendo gradativamente a substituição das atividades de coleta pela agricultura, bem como o início de missões religiosas objetivando sua evangelização. Devido à mudança, houve alteração do modo de vida, com reflexos nas atividades laborais, na alimentação e até na composição dos núcleos familiares que, antes encabeçados por mulheres, passaram a sê-lo a partir de então por homens.

Ainda, atividades como represamento de rios e suas consequências e a exploração de petróleo (fator que influenciou em outras questões, relacionadas, por exemplo, a doenças sexualmente transmissíveis, abusos e violência contra mulher e crianças) afastou ainda mais os indígenas dos seus antigos territórios, bem como deles próprios, fazendo com que aqueles que viviam em comunidades se dispersassem cada vez mais. Com isso, alguns foram conseguindo trabalhos nas terras, majoritariamente domésticos, enquanto outros se deslocavam aos centros urbanos em busca de atividades assalariadas.

A década de 1980 marca o início da chegada dos Warao às cidades brasileiras e desde então já existe certo esforço governamental para evitá-los em áreas públicas, mantendo-os, assim, em abrigos que rapidamente começaram a superlotar, e, ainda assim, os refugiados preferiam se manter neles a voltar para a comunidade de outrora, processo que foi intensificado nos últimos anos.

Dessa forma, é notável que as intervenções no território e as mudanças nas relações de poder, nos aspectos políticos e culturais foram cruciais no processo de mudança dos Warao, pois é sabido que eles não possuem como característica o nomadismo, embora tenha sido percebido, durante a presente pesquisa, a grande

mudança destes por cidades diferentes, mas motivadas por busca de melhores condições em outra localidade, quando o seu ambiente atual não está favorável.

Com o agravamento da crise na Venezuela, o deslocamento passou a ir além da fronteira territorial, chegando aos países vizinhos, sendo o Brasil um dos mais buscados. Após a chegada, muitos instalam-se em áreas periféricas, conseguindo habitação em situação precária, diante da pouca ou mesmo da falta de recursos para aluguel. Destaca-se ainda a atividade de mendicância, que é realizada prioritariamente por mulheres, que por sua vez, estão quase sempre acompanhadas das crianças, como forma de comoção e por contar com maior solidariedade, o que foi possível perceber em Imperatriz, motivando o estudo em questão.

Na primeira visita à Vila Itamar notei a presença de cerca de dez crianças andando pela rua, brincando entre si, sendo duas ainda de colo. Ao questionar se ali moravam mais crianças, fui informada que sim, mas estavam dentro de casa. Algo que me chamou atenção foi que uma mãe expressou seu medo de que a prefeitura tomasse as crianças e as colocassem em abrigos, porque em várias vezes foram advertidas por autoridades sobre não levar estas para as ruas quando fossem pedir dinheiro nos sinais.

Ressaltaram a diferença na arrecadação financeira quando as crianças estavam presentes, e diante da dificuldade de conseguirem outros empregos, pedir dinheiro no sinal era o único meio de sobrevivência que tinham à disposição nesse momento, além da dificuldade pela ausência de locais mais específicos para que pudessem deixar seus filhos. Para eles, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira são dias de ir para as ruas, ou nas próprias palavras, “dia de coleta”.

Sobre o assunto, é relevante destacar que os Warao não a veem de forma depreciativa ou vergonhosa, mas antes, como uma estratégia viável adaptada ao ambiente urbano, denominados por estes como dia da coleta, ante a falta de recursos financeiros e alimentos, apesar dos riscos (violência urbana, trânsito, exposição solar, dentre outros).

Os Warao foram se estabelecendo de estado em estado sempre à procura de melhores condições de vida, e dessa forma passaram por Roraima, Acre, Amazonas, Pará, alternando quando havia diminuição das doações, condições de alojamento, dificuldade para a obtenção de trabalho e de venda do artesanato. Registra-se também a presença deles em estados da região sudeste, como aconteceu em São Paulo, que, no entanto, não prosperou devido ao alto custo de vida e a elevada quantidade de pessoas

em situação de rua. Com o passar do tempo houve dispersão para além dos estados fronteiriços, bem como o retorno esporádico ao estado de origem.

É preciso destacar ainda que tais indígenas usavam e ainda usam como critério para sua mobilidade as relações sociais que possuem, como amizades, parentescos, decidindo por várias vezes os destinos com base em informações de pessoas confiáveis, e o auxílio financeiro mútuo entre membros do grupo, diante da falta de prestação por parte do estado.

Importante também situar que o contexto político do Brasil no período de desenvolvimento da pesquisa gerou impacto sobre o tratamento dados aos refugiados, de modo que, sobre o tema, o artigo intitulado “Política migratória do Brasil de Jair Bolsonaro: ‘Perigo estrangeiro’ e o retorno à ideologia de segurança nacional” (Mendes e Menezes, 2019) aduz que o Brasil, signatário de tratados que asseguravam tratamento favorável aos refugiados, constituindo referência no tema, e mais recentemente a Lei n. 13.445/2017, a Lei de Imigração, instituiu a imigração e a emigração como direito fundamental reconhecido pela sociedade e pelo ordenamento jurídico. Entretanto, o início do governo de Jair Bolsonaro interrompeu mudanças na política migratória brasileira (Albuquerque; Salmuni, 2022).

Já era possível prever o tratamento a ser dado por Jair Bolsonaro ao tema, já que há muito era possível vê-lo reproduzir falas xenófobas. Um de seus primeiros intentos foi a revogação da citada Lei de Imigração, retornado ao paradigma anterior, o da segurança nacional, que consiste na ideia do estrangeiro “perigoso”, que ameaça a “segurança” do Brasil, (Mendes e Menezes, 2019) e que preza pela defesa prioritária do Estado.

Um de seus primeiros atos como Presidente da República foi a retirada do país do Pacto Global da Migração Segura, que é uma alternativa de resolução de questões ligadas ao deslocamento humano, com objetivos e diretrizes próprias.

Com a coincidência do aumento de refugiados, em sua maioria de venezuelanos, com o início do mandato, o governo se manteve inerte, dando apenas continuidade à chamada Operação Acolhida, iniciada em 2018, baseada em três pilares: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização, conforme informa seu sítio eletrônico, mas que posteriormente revelou-se como forma de captação de mão de obra e posterior difusão desta para trabalho em condições análogas à escravidão em várias regiões do país.

Cita-se, ainda, o alinhamento ideológico de Jair Bolsonaro com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no que se refere ao controle de fronteiras, demonstrando seletividade ao afirmar que “não é qualquer um que entra em nossa casa” (Weterman, 2019). Houve ainda a edição da Portaria n. 666/2019, que dispunha sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.

Por conseguinte, somada à falta de assistência por parte do governo federal, o surgimento da pandemia da Covid-19 a partir de 2020 contribuiu para o agravamento da situação dos refugiados, favorecendo o aumento de sua marginalização, com a falta de informação de nacionalidade nos formulários de saúde, bem como a dificuldade e/ou exclusão de acesso ao auxílio emergencial pelos migrantes e refugiados (Valery, 2020).

Sabe-se que as infâncias são plurais, sobretudo quando se traz tal conceito para um território tão grande quanto o do Brasil, que apresenta diversas regiões com características tão específicas, diferentes entre si, tendo inclusive algumas crianças brasileiras vivenciado a mudança do espaço rural para o urbano, que se diga de passagem é um fenômeno considerado comum. O que difere a infância das crianças refugiadas venezuelanas das crianças brasileiras é como elas vivem esse processo, considerando que já trazem consigo toda uma experiência e cultura diferentes, além dos traumas e anseios provenientes de um processo de refúgio.

Assim, nitidamente é possível afirmar que a experiência de infância dessas crianças refugiadas venezuelanas é singular, uma vez que passaram por um processo de dupla migração, sendo importante analisar suas experiências com a cidade. Ademais, as infâncias dessas crianças são construídas em movimento, sendo a adaptação um mecanismo presente e necessário em seus cotidianos.

3.2 Adentrando nos bairros

Como dito em outro momento, a pesquisa iniciou em Imperatriz, tendo como espaço inicial as ruas, sobretudo sinais de trânsito, locais escolhidos pela maioria das famílias refugiadas venezuelanas para pedir dinheiro. No entanto, com a fiscalização por parte da prefeitura, as crianças diminuíram sua frequência nos espaços comuns da cidade onde anteriormente eram facilmente avistadas, ficando assim no Abrigo Reviver.

O abrigo está localizado em um bairro considerado periférico na cidade, e a própria rua em que se encontra não possui muita estrutura, à época da pesquisa sequer era asfaltada. Na fachada não havia nenhuma identificação que fizesse referência ao Abrigo Reviver, possuía apenas símbolo da prefeitura, como se funcionasse alguma secretaria naquele local.

Algo que me chamou atenção desde as primeiras visitas foi o fato de a rua ser um pouco deserta e o portão não estar trancado na maioria das vezes. Logo ao entrar, avista-se uma casa bem ao centro, tendo áreas livres ao seu redor, sendo alguns espaços compreendidos com grama e árvores, outras apenas com terra e areia.

A casa sedia parte administrativa do abrigo e também é o lugar onde os refugiados moram, sendo a primeira sala utilizada pelos profissionais das mais diversas áreas, dentre eles assistente social, coordenador, entre outros. O restante do espaço dedicado aos residentes. Apesar de não ser tão grande, possuía todo o básico necessário: sala com televisão e sofá, quartos com camas e armários para guardar objetos pessoais, cozinha com geladeira, armários, fogão, várias panelas e outros itens importantes, banheiro e uma espécie de garagem lateral, que não servia para guardar carros: a área possuía cadeiras, mesas e redes, sendo geralmente o espaço mais frequentado pelos adultos e também pelas crianças.

Com a ida de grande parte das famílias para Açailândia, desloquei-me também para a referida cidade. Lá o local que reunia os refugiados venezuelanos era o bairro Capeloza, que por ser também periférico, permitia entrever a ausência de infraestrutura.

As famílias moravam próximas, algumas no mesmo quarteirão. Poucas ruas possuíam asfalto, além de serem um pouco inclinadas, com a existência de algumas ladeiras. Notava-se a presença de alguns cachorros pelas redondezas, bem como de uma área que parecia um pouco abandonada, com mato crescendo e um pouco de lixo. As casas eram pequenas, simples e, curiosamente, todas tinham janelas na fachada.

Ao chegar em São Luís, em visita à SEMCAS, fui informada sobre da existência do Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados, o NAMIR, que tinha então o objetivo de prestar assistência qualificada aos migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade na referida cidade. No entanto o projeto ainda estava em fase de composição de equipe.

Em setembro do mesmo ano, ao entrar novamente em contato com o superintendente, da SEMCAS, fui informada de que seria realizada uma visita à Vila Itamar, onde se encontram 12 famílias de refugiados venezuelanos, da etnia Warao, momento que me convidou para participar, e prontamente aceitei. Ao chegar na SEMCAS no dia e horário combinados, pude conhecer melhor o projeto NAMIR, que tinha previsão de 06 meses de duração.

A metodologia do projeto conta com a realização de atividades que garantam a valorização das vivências e experiências dos pesquisados, inclusive voltadas para as crianças, bem como promoção de oficinas para ensinar língua portuguesa, visando facilitar a comunicação entre refugiados e nacionais. A equipe técnica é formada pelo superintendente da SEMCAS, 01 profissional da área jurídica, 01 assistente social, 01 antropólogo, 01 profissional da área administrativa, 01 tradutor, 01 motorista e 01 psicóloga.

Neste mesmo dia, fui apresentada à equipe e me chamou atenção o fato de o motorista, Antonio Velasquez, ser refugiado venezuelano. Este me informou que reside no bairro Vinhais, outro ponto da cidade que possui grande quantidade de refugiados venezuelanos, e que estes não são indígenas Warao, bem como gentilmente se colocou à disposição para me levar ao bairro para que eu pudesse conhecer sua família e as demais famílias refugiadas que ali se encontram, totalizando 11 famílias, no entanto sem muitas crianças.

Também pude conversar com o tradutor, Héctor Calderón, refugiado venezuelano, este indígena Warao, que me contou sobre sua chegada ao Brasil. Calderón relatou que primeiramente esteve na cidade de Pacaraima, em Roraima. Seu deslocamento se deu então, juntamente com família, a pé, para Boa Vista, passando depois por outras cidades do país até chegar em São Luís no ano de 2017. Héctor se colocou à disposição para me ajudar na realização da pesquisa no que diz respeito a tradução quando necessário, tendo em vista que nem todos os refugiados venezuelanos já conseguem falar português.

Ao me deslocar para a Vila Itamar com a equipe técnica do NAMIR, tive meu primeiro contato com o espaço onde ocorreu a maior parte da minha pesquisa. Descobri que 12 famílias estavam acomodadas no bairro Vila Itamar, todas com origem indígena da etnia Warao, aspecto que também precisa ser levado em conta no momento da pesquisa.

Dessa forma, considerando o contexto político e social, ao realizar esta primeira visita à Vila Itamar, na região que os venezuelanos estão residindo, pude perceber que as condições de moradia são precárias, ao passo que este bairro é considerado um bairro composto por pessoas com baixas condições financeiras, enquanto no bairro Vinhais, segundo Antonio Velasquez, as condições estruturais são melhores, até mesmo pelo fato de os refugiados que vivem ali terem um nível de instrução um pouco maior, o que lhes

permite ocupar trabalhos que gerem renda maior. O próprio Antonio Velásquez afirmou que embora esteja trabalhando como motorista, é engenheiro civil de formação.

Na Vila Itamar, no momento da pesquisa, todas as famílias estavam acomodadas em apenas duas casas alugadas, no valor de R\$ 400,00. Pelo cenário, consegue-se perceber a situação precária desses refugiados, considerando a grande quantidade de pessoas que moram no mesmo espaço. As casas, na parte que pude inicialmente observar, eram cheias de redes, possuíam poucos móveis e tinham estrutura bastante simples.

A questão de falta de água também apareceu logo de início como um problema, de modo que o abastecimento estava ocorrendo apenas de três em três dias, fazendo com que as famílias usassem grande parte da água para beber e fazer as refeições diárias, prejudicando assim os hábitos de higiene.

Observei que as moradias alugadas pelos refugiados são relativamente pequenas, sobretudo considerando o número de pessoas que residem no lugar, de modo que com o decorrer das visitas consegui adentrar nas dependências de algumas e observar mais de perto o que em um primeiro momento não havia conseguido. As duas casas não tinham muitos móveis, a sensação que tive foi de que os moradores estavam em processo de mudança, com as coisas fora do lugar, aquele momento em que a maior parte da mobília já foi para o caminhão de mudança e alguns poucos itens, os mais essenciais, ainda estão ali disponíveis para servir de kit sobrevivência enquanto tudo não se ajeita. Porém, eu sabia que não haviam móveis em nenhum caminhão, tudo o que eles tinham estava ali.

Embora a fachada de uma das casas fosse azul, a cor marrom me marcou, porque era a cor predominante no interior, já que elas não eram pintadas, de modo que os tijolos eram aparentes, e embora tijolos tenham um pouco de tom alaranjado, o marrom predomina na minha visão. Ademais, o que conferia um pouco de cor e vida eram as redes penduradas logo na sala, que também serviam de quarto e dispensa, já que ficava tudo meio misturado, sendo possível identificar coisas espalhadas em todos os ambientes, em grande parte devido ao espaço ser pequeno em relação à quantidade de pessoas morando na mesma residência, mas também em decorrência de não haver móveis para que os itens pudessem ser organizados de forma mais adequada.

No decorrer da pesquisa, a configuração das casas mudou, já que o número de refugiados também se modificou. Atualmente, conta-se com 3 casas localizadas na Vila Itamar, bem como alguns quartos, para atender o quantitativo de 82 indígenas

venezuelanos Warao, de modo que destes, 32 são crianças. Mesmo com a locação de alguns quartos a mais o espaço não consegue suprir as necessidades e dificuldades presentes em seus cotidianos.

O espaço é superlotado, tumultuado e confuso. Ressalta-se que considerando as condições que estão, observo e considero que as calçadas são extensões das casas, tendo em vista ser um espaço de convívio, realização de atividades cotidianas, de interação entre as famílias, como se, trazendo para a minha realidade, as calçadas equivalassem à sala da minha casa.

Entender os espaços físicos em que a pesquisa foi desenvolvida é importante para compreender a interação entre os refugiados, seus costumes e vivências, já que as suas experiências com a cidade ficam restritas ao espaço que estão morando.

3.3 “Chovia pelo lado de dentro”: da minha inserção no campo e dos costumes

Perceber os costumes das famílias venezuelanas é fundamental para o objeto desta pesquisa, visto que o meu movimento juntamente com as crianças dentro do bairro acontecia ao mesmo tempo em que redes eram confeccionadas, que conversas com negociações eram realizadas, comidas eram preparadas, não podendo assim serem dissociadas das percepções obtidas.

Friso ainda que as percepções destas características por vezes se misturam com a minha inserção em campo, ao passo que algumas impressões foram obtidas logo em meus contatos iniciais e, embora em alguns momentos a presente sessão traga elementos metodológicos, a escolha de manter aqui se mostra mais acertada em razão da escolha organizacional do texto, que na sequência adentra em outras características que com este tópico fazem relação, como a dieta alimentar e hábitos de higiene.

Em São Luís, cidade que ocupou maior parte das análises em campo, as mulheres se ocupam muito com a produção da alimentação e com a costura. A costura feita à mão foi uma habilidade observada que me provocou muita admiração, de modo que elas possuem uma agilidade enorme na produção de redes, adornos e roupas. Uma senhora, em especial, em boa parte das visitas sempre estava sentadinha na calçada do outro lado da rua, de frente à sua casa, costurando saias. Uma outra, as vezes em que a vi, estava sempre fazendo redes, embora esta já ficasse em ambientes variados.

O momento de confecção das redes parece ser mais dinâmico, acompanhado de mais pessoas em volta, enquanto a costura de roupas e a confecção de adornos, como

pulseiras e cordões, parecem ser mais solitários por demandarem mais atenção e cuidado.

A criação de redes significa reprodução de cultura, manutenção de origens e está muito mais ligada ao passar os costumes e garantir que os ensinamentos de mães, avós e tias sejam mantidos do que uma forma de conseguir renda. Ademais, também é uma forma utilizada pelas mulheres para demonstrar seu afeto e cuidado ao lar, já que se orgulham bastante pelas redes criadas, tanto pela beleza que atribuem à elas dentro do espaço, quanto pela utilidade, a dormida, o descanso, numa perspectiva de prover aconchego.

A maioria das redes das casas foi produzida pelas mulheres que moram na Vila Itamar. Diante dessa habilidade, incontáveis vezes foi mencionado pelo grupo que essa atividade poderia servir como fonte de renda, no entanto não possuem material para produção de redes para todos os refugiados, dirá para colocar à venda, pois como foi dito anteriormente, os recursos são escassos. Algumas crianças ainda dormem em papelões por falta de rede, já que não possuem camas. Além da habilidade de costura, o artesanato também faz parte do cotidiano das mulheres.

Embora a confecção de redes pelas mulheres na Venezuela não tivesse como objetivo final a questão financeira, em determinados momentos acabavam vendendo estas, mas como algo esporádico, mais ligado ao agradar o outro com sua arte, já que o dito necessário para viver já possuíam, não precisando de acúmulos de dinheiro. No Maranhão, percebe-se que o cenário é outro, enxergam na atividade uma oportunidade de ganho financeiro, pois não possuem o mínimo.

Quando se refere à criação de adornos, além da questão de reprodução de costumes, elas traziam o enfeitar-se, a beleza, o mostrar-se feliz e atrair boas energias, por assim dizer. Curioso que em todas as visitas, apenas mulheres e crianças usam adornos, aqui variando entre meninos e meninas, nunca tendo observado homens adultos ou idosos com cordões ou pulseiras.

As crianças sempre acompanham os adultos durante a realização das atividades manuais, alguns observando com atenção aos detalhes, como se quisessem aprender o que está sendo realizado para em momento futuro reproduzir, outras acabavam transformando as poucas linhas em brinquedos. Geralmente as meninas estavam mais presentes nesses momentos, como se realmente as atividades fossem femininas, embora por cerca de duas vezes eu tenha avistado meninos em volta, que apesar da proximidade pareciam não dar muita importância à atividade que estava sendo realizada.

Em relação às características sociais dos imigrantes, observei que são pessoas tímidas, porém, agradecidas pela conquista da sua moradia atual, pelo dia que possuem o que comer, pela saúde e por simplesmente estarem vivos, já que muitos não tiveram o mesmo destino durante as travessias. Apesar das dificuldades serem grandes, já conseguiram uma situação mais estável do que as outras já experimentadas, sobretudo pelo fato de as crianças já estarem matriculadas na rede de ensino, o que dá certa esperança que num futuro próximo a realidade possa ser diferente.

Nas primeiras visitas, pude percebê-los mais retraídos e com dificuldades em expor sua intimidade, até mesmo a postura corporal era diferente, ficavam meio curvados, como se estivessem tímidos. Com a frequência das visitas, a timidez foi diminuindo um pouco. Assim, à medida que cultivei certo “pertencimento”, o estranhamento tomou escala menor e eles ficavam mais à vontade para falar de suas vivências e experiências, bem como para viverem suas rotinas de forma mais natural, o que ajudou demasiadamente na produção de dados para o presente trabalho.

Com as crianças não foi diferente. Inicialmente também se mostravam mais tímidas, algumas sequer conseguiam me olhar nos olhos enquanto falavam comigo, olhavam para o chão ou para o seu redor, procurando algo que lhes chamasse atenção e lhes tirasse dali. Elas esboçavam sorrisos e ao mesmo tempo um pouco de vergonha, parecia que não se sentiam à vontade para conversar, selecionavam tanto as palavras que por vezes não sabiam o que falar e então ficavam em silêncio.

Entendi que as crianças, assim como os adultos, passaram por situações complexas durante os deslocamentos, fazendo com que ficassem mais desconfiadas com pessoas que eram estranhas ao convívio delas. Gracela, 08 anos, relatou que “na Venezuela era todo mundo amigo, aqui não, alguns homens fazem mal, tiram criança de perto da família”. Assim, a timidez inicialmente observada por mim começou a ser entendida também como um mecanismo de defesa.

Nessas visitas, pude observar como as minhas idas até a comunidade serviam como um pedido de socorro para os refugiados. Mesmo explicando a motivação da pesquisa e quem eu era ali naquele espaço, por ser alguém de fora, que chegava às vezes dirigindo um carro, com um aparelho celular caro, sempre me pediam várias coisas, variando de máquina de costura até comidas, dentre outras coisas, e mesmo quando respondiam às minhas perguntas, parece que estavam, boa parte do tempo, negociando.

Essa prática de negociação não se restringe aos adultos, as crianças também faziam um pouco disso com o decorrer das visitas e pesquisas, só que numa escala bem

menor e acredito que de uma forma despretensiosa. No caso destas, os pedidos eram de bola, mais lápis de cor e folhas, já que todas as vezes que eu levava material para realizarmos desenhos deixava o material com eles.

Em relação à religião, os refugiados de Imperatriz informaram que às vezes frequentavam algumas igrejas na região do abrigo, embora não fosse uma rotina semanal, enquanto os membros da Vila Itamar, ao se tornarem refugiados, afastaram-se e não tiveram mais uma conduta religiosa assídua, não participam de grupos ou igrejas, sequer me davam muita abertura quando eu tentava falar a respeito. Salientaram que parte desse distanciamento religioso se deve ao fato de não terem dinheiro para se deslocar dali, mas que também era diferente de como viviam a religião na Venezuela.

A vivência da religião no país de origem não era uniforme entre as famílias, tendo em vista que variavam um pouco com a região que viviam. O que havia de ponto em comum era o fato de a vivência religiosa estar diretamente ligada às questões da natureza, sobretudo da terra, refletindo, inclusive em questões medicinais, curas e prevenções de males para a alma, que acabam se refletindo para o corpo, fora que entendem que estar num espaço diferente causa “doenças da cidade”, embora não tenham óbices aos atendimentos médicos e em hospitais, tampouco uso de medicamentos industrializados. Por estarem em um espaço urbano, sem o contato direto com a natureza, com o cultivo de plantas, se sentem não pertencentes ao que é pregado nas igrejas brasileiras, sem adentrar muito em detalhes.

Apenas Antonio, que como já se sabe não é Warao e não reside na Vila Itamar, me informou que tinha uma frequência religiosa, tendo em vista que participava de uma comunidade espírita, relatando como essa experiência junto à religião ajudava na sua adaptação, tanto pela questão espiritual como por se sentir pertencente a um grupo.

Inicialmente, ao estabelecer os objetivos da pesquisa, pensei que os refugiados venezuelanos tinham uma experiência religiosa junto às igrejas, frequentavam grupos, que a religião era algo presente em suas rotinas. No entanto, em todas as cidades me deparei com um cenário diferente do imaginado, o que me impossibilitou de adentrar as referidas instituições e acompanhar suas experiências nesses espaços.

Cerca de metade das pessoas não falava português, tendo sido muito importante a presença do tradutor nos contatos iniciais, embora sejamos conscientes dos obstáculos que a presença de um tradutor ou mediador cause à etnografia e à relação entre pesquisadores e interlocutores da pesquisa. De plano, percebi que existem vários desafios que as famílias, juntamente com suas crianças, enfrentam no processo de

adaptação, sobretudo considerando o obstáculo da língua, o que acaba dificultando a comunicação, o que é agravado também pela ausência de documentação.

Quando as visitas eram em dias anteriormente programados, como o dia da entrega de proteína, notei que as vestimentas dos idosos, adultos e crianças eram sempre mais bonitas, pois embora alguns fossem mais desligados, no geral, sobretudo as mulheres, são bem vaidosas, em especial as idosas, que estavam quase sempre enfeitadas com colares e pulseiras. Nas visitas, sempre me chamou muito a atenção os cordões bem elaborados, grandes, repletos de riqueza de detalhes, reforçando a ideia do uso de adornos para demonstrar felicidade.

As crianças também utilizavam adornos, aqui não havendo distinção entre meninos e meninas, já que todos, em alguma visita, estava com pulseiras ou cordões. Durante as idas ao campo não comunicadas previamente, era comum ver as crianças menores só de calcinha ou cueca e com cordões, com cores fortes, geralmente vermelho, azul e amarelo.

Quando me aproximava de grupos ou pessoas para iniciar alguma conversa, pude observar a participação majoritária dos homens. Quase sempre, eram os refugiados do sexo masculino que tomavam à frente para responder as perguntas, mesmo que eu, por inúmeras vezes, me dirigisse às mulheres. No entanto, com a frequência das visitas, algumas mulheres começaram a conversar mais, até mesmo porque em alguns momentos os homens se recolhiam.

Com as visitas do mês de janeiro, os obstáculos e as dificuldades aumentaram em decorrência do período chuvoso na região. A presença de mosquitos despertava desconforto tanto em mim quanto nas famílias, podendo ver algumas crianças com marquinhas de picadas de insetos. Além disso, com o alto volume de chuvas e a falta de estrutura nas residências, estas por várias vezes ficaram alagadas, pois a água entra pelo telhado ou pelos espaços entre a parede e o teto. Tal situação, somada à falta de móveis para melhor armazenar objetos pessoais, algumas pessoas perderam suas documentações, dificultando ainda mais o acesso a alguns serviços na cidade, sendo necessário retirar novamente a documentação, um processo que demanda tempo e dinheiro.

Quando das visitas ao Abrigo Reviver, observei maior grau de organização dos objetos pessoais, supondo ser em razão do suporte recebido pelos funcionários do abrigo, oferta de itens para armazenamento em geral. Questionei à uma mulher, na Vila Itamar, se sentia falta de potes, móveis, de algo que pudesse melhor dividir e organizar

o espaço interno da casa, tendo recebido uma resposta positiva por parte desta, que inclusive aproveitou o momento para me fazer pedidos de apetrechos.

Com os altos volumes de chuvas, as doenças aparecem como um novo risco aos imigrantes, sobretudo as respiratórias, sendo relatado que alguns até precisaram ser hospitalizados. Nesse aspecto, inclusive pelo desenvolvimento da pesquisa ter acontecido durante o período de pandemia, ressalto minha preocupação em usar máscara durante as visitas, além de portar sempre álcool em gel na bolsa.

Em dado momento quando eu conversava sobre a questão da documentação perdida por uma família em decorrência da água da chuva, um menino se aproximou e começou a sorrir observando a conversa, logo se distanciando e sentando sozinho numa calçada do outro lado da rua.

Aquela atitude me causou curiosidade, porque entendia que era uma situação complicada e não entendi o que causava o riso no menino, motivo que logo ao finalizar a conversa o procurei e perguntei, como quem quer descobrir um segredo, o motivo daquele sorriso. Ele respondeu que adorava a chuva, adorava água. Mesmo sabendo que podiam perder algumas coisas, inclusive sua cama (referindo-se ao papelão que dormia em cima), lembrou da casa de um tio na Venezuela que também “chovia pelo lado de dentro” e de como brincou com seus primos em uma dessas ocasiões, sentia saudade.

Mesmo diante das adversidades, percebe-se que os refugiados venezuelanos Warao mantêm uma interação de companheirismo e união, adultos e crianças, o que me surpreendeu, pois pela quantidade elevada de pessoas que dividem o mesmo espaço imaginei que conflitos seriam, de certa forma, frequentes, ao passo que me enganei, tendo em vista que o ambiente sempre foi muito harmônico, e embora a vida de um seja um pouco de todos, notei que as individualidades são respeitadas. Importante mencionar que na comunidade existe um casal homoafetivo formado por duas mulheres, bem como um homem homossexual, que a primeira vez que vi estava costurando, o que me chamou atenção, já que foi o único homem que vi realizando tal atividade durante todo o período em que estive na Vila Itamar.

Por parte dos integrantes do projeto NAMIR pude perceber um carinho muito grande pelos Warao, sempre destacando o lado positivo destes, o sorriso no rosto, embora o olhar sempre, pelo que percebo, carregue uma mistura de sofrimento e esperança. Assim, entender a dinâmica e rotina dos adultos é importante para entender o processo de socialização das crianças.

3.4 Higiene e comensalidade

Os hábitos de higiene no que se refere à alimentação na Vila Itamar são precários, sendo recorrente ter pacote de salgadinhos colocados no chão, os próprios *cheetos* ou qualquer outra comida diretamente nas ruas ou calçadas, e de lá as crianças os retiravam já em direção à boca para se alimentar. Frequentemente, mesmo quando as comidas não eram colocadas junto ao chão, mas lá caíam, e as crianças os catavam e colocava rapidamente na boca, muitas vezes junto com terra e sujeira. Notei que se tratava de hábito comum entre eles, já que os adultos não percebem problema em tal atitude, até porque era conduta dos adultos armazenar os alimentos no chão, sendo então hábito adquirido pelos menores por repetição.

Em algumas vezes presenciei as pessoas que desenvolviam o projeto NAMIR com o grupo conscientizar e falar da importância de descontinuar a prática latente de armazenar o alimento em local indevido, comer comida diretamente do chão, dar orientações sobre higiene e doenças, mas tudo indica se tratar de um hábito cultural, tendo em vista que era ouvido, mas não era seguido. Os profissionais do projeto afirmavam que os venezuelanos moradores do bairro Vinhais, por serem não indígenas, não possuem essas características.

Em Imperatriz, em razão de estarem em um abrigo, contando com mais suporte público, os hábitos com a higiene era visivelmente maiores, até mesmo pelo ambiente que estavam inseridos. Os refugiados seguiam uma rotina e embora tivessem liberdade para fazer o que queriam, seguiam regras estabelecidas pela coordenação, tanto adultos quanto crianças.

Adultos e crianças estavam sempre limpos, inclusive na maioria das idas ao Abrigo Reviver me recordo das mulheres e meninas estavam com cabelos molhados, com aspecto de recém saídas do banho, sempre penteadas. Era possível também perceber cheiros de perfumes, usualmente doces nas mulheres adultas, enquanto nas meninas remetia ao floral, despertando-me fortemente o olfato. Os meninos, apesar de limpos, não exalavam cheiros marcantes.

Como havia a presença de uma recém-nascida no ambiente, o cheiro infantil também se fazia presente na parte interna do abrigo, próximo à sala e aos quartos, já que eram os ambientes que a neném mais ficava durante as visitas.

Importante observar os hábitos de higiene pessoal para informar que eles também refletiam na parte alimentar, pois as refeições eram realizadas nas mesas

existentes no espaço comum, com raras exceções que vi as crianças lanchando na sala, perto da tv, sendo inclusive advertidas por uma servidora do abrigo.

Quando da visita à Açailândia, os refugiados venezuelanos se assemelhavam mais aos cuidados vistos em Imperatriz, sendo possível perceber que embora as interações também se concentrassem em espaços comuns com a presença de sujeiras nas ruas, com pessoas sentadas em calçadas, o comportamento, o cuidado era diferente do observado na Vila Itamar, não tendo observado nenhum alimento no chão. Até mesmo a imagem transmitida por meio das vestimentas trazia uma sensação maior de limpeza, embora tenha sido possível associar a nenhum cheiro, diferente do que aconteceu em outros espaços pesquisados.

Notei que o usual dos Warao na Venezuela era se comportarem de modo mais semelhante ao observado no bairro Vinhais no tocante à pegar alimentos do chão, ficar sentados no chão, porque estavam acostumados com o espaço rural, com os alimentos que vinham em grande parte da terra, da natureza. A falta de vasilhas e armários para armazenamento e melhor condicionamento continua sendo uma realidade, conforme já informado, pois diz respeito à organização interna da casa, enquanto a forma de se alimentar, sem tanto cuidado ao olhar dos brasileiros de áreas urbanas, é considerado normal para eles.

Ao conversar com integrantes do Projeto NAMIR, estes reforçaram que algumas famílias desde sempre foram mais abertas às adaptações que o ambiente oferecia, se mostravam mais receptivos, e estas eram as que de notaram mais mudanças nos pontos relacionados à higiene. Assim, entendo que processo semelhante aconteceu em Imperatriz e Açailândia, já que estavam inseridos em espaços que a quantidade de brasileiros era bem maior que a de venezuelanos, propiciando que de alguma forma deixassem um pouco mais suas raízes falarem mais alto. Ao tratar sobre higiene e comensalidade, faz-se necessário também compreender como é a dieta alimentar das famílias pesquisadas.

3.5 Dieta alimentar

Reservar um espaço para demonstrar a dieta alimentar das famílias refugiadas venezuelanas se mostra importante em razão dos deslocamentos com as crianças serem, por vezes, acompanhados destas se alimentando, bem como as brincadeiras, interações

entre elas e também com os adultos terem os momentos de preparação de alimentos como pano de fundo ou mesmo destaque.

Inicialmente, cabe observar que em Imperatriz a alimentação das famílias no almoço e jantar era quase diariamente composta por arroz, feijão e frango, que tem um custo menor que carne vermelha. No café era o básico também: café, leite e pão. No período da tarde havia uma preocupação por parte do abrigo em dar lanches variados, mas não tão variados assim, já que se alternavam entre pão ou algum bolo caseiro acompanhados, na maioria das vezes, por café.

Apenas durante uma de minhas visitas notei que estava sendo servida batata frita, com cheiro bastante marcante naquela ocasião, não sei se pelo próprio cheiro ou porque foi um dos dias que vi as crianças mais felizes e a cena ficou marcada. Foi possível perceber crianças comendo *cheetos* e bolachas de chocolate recheadas, embora o usual fossem realmente os pães com café.

Como no Abrigo Reviver havia funcionárias responsáveis pelo cuidado com a limpeza e preparação da alimentação, a cozinha não era um espaço que as mulheres refugiadas geralmente ocupavam durante o dia. Embora pudessem usar livremente para cozinhar, não percebi muito interesse na prática por estas. Questionei em certo momento se não sentiam falta do “tempero venezuelano”, e responderam que sentiam falta de peixe e de árvores com frutas, que “aqui fruta é caro, é difícil, lá era fácil, e peixe só teve uma vez, não deu direito pra todo mundo”.

A oferta de alimentos no referido abrigo não era grande, mas não chegavam a passar necessidades em razão de doações que recebiam por parte até mesmo dos funcionários, além de outros servidores da prefeitura que ficavam sensibilizados com a situação. Ressalta-se que os adultos recebiam auxílio emergencial, então em alguns meses, no dia que recebiam o dinheiro, acabavam comprando alguns alimentos, que não duravam muito, mas ajudavam a somar com o que tinham à disposição.

Já em São Luís, em uma das visitas ao campo, pude observar a entrega de proteínas através do projeto NAMIR. Acho que esse foi um dos dias que vi os adultos mais felizes, já que para cada família foram entregues 5kg de proteínas, variando entre frango, carne e peixe. Após a conclusão da entrega, um homem e duas mulheres logo foram preparar peixe. Achei curioso que a escolha dos três foi peixe, ninguém optou por carne ou frango. Lembrei que em Imperatriz uma das faltas sentidas em relação à alimentação era de peixe, o que naquele momento parecia fazer muito sentido na hora da escolha dessas famílias.

A vida na Venezuela trazia uma alimentação voltada à ingestão de carne branca, sobretudo peixe, além de alimentos provenientes da natureza, como frutas, mandioca, o que justifica a preferência, quando colocados em um ambiente de escolha. Num cenário de não poder escolher, como visto no abrigo em Imperatriz, que consumiam o que tinham à disposição, não restava outra alternativa a não ser consumir o que havia.

Quando senti o cheiro da fritura, logo identifiquei de onde estava vindo e acompanhei a preparação, que era feita no terreno em frente às casas, já que as famílias não possuem fogão. Na verdade, só observei um fogãozinho, que foi inclusive doação de uma das participantes do projeto. Quando falo em Vila Itamar, o cheiro de peixe frito me vem logo à mente, pois deixou uma sensação e impressão muito marcantes, assim como quando penso em Abrigo Reviver, o cheiro de batata frita ocupa esse lugar, mais uma vez reforçando que os odores sentidos durante a realização da pesquisa trazem consigo sensações, associações e lembranças.

Apesar das crianças não participarem da preparação dos alimentos, até mesmo pelo risco de se machucarem ao manusear os instrumentos necessários para tal atividade, elas estavam sempre pelas redondezas como forma de garantir um primeiro pedaço. Em todas as cidades, as crianças sempre apareciam em determinado momento comendo.

Voltando ao preparo, os adultos usavam pedaços de madeira para fazer o fogo e preparar suas comidas, com uma estrutura de aço que servia como o condutor de calor e suporte para colocar as panelas, de modo que alguns possuíam panelas maiores, outros já tinham menores. Nesse ambiente, muitas coisas podem ser vistas espalhadas pelo espaço onde eram produzidas as comidas, inclusive que não havia muito cuidado em relação a não colocar talheres em lugares que estavam sujos.

Embora cada casa possuísse sua própria estrutura de preparação de alimentos, percebe-se que em determinados momentos o alimento produzido não era restrito aos moradores, sobretudo porque eram feitos na área externa, na calçada. Na Venezuela seguiam a mesma lógica, embora tenha sido informado que lá alguns alimentos eram preparados dentro da própria casa, outros eram para todos, embora a lógica do compartilhamento no Maranhão seja a de dividir o pouco que tem com seus semelhantes, na Venezuela esses momentos eram mais direcionados à comemorações.

Durante as visitas à Vila Itamar, desde a primeira até a última realizada, me chamou atenção o fato de as crianças estarem se alimentando constantemente, sendo, na maioria das vezes, por Coca-Cola e *cheetos*, embora também tenha acontecido de vê-las

com comidas bem variadas, como por exemplo uma espécie de marmitta composta de arroz, frituras e farinha, sendo este último constante em suas refeições.

No decorrer da pesquisa, o Projeto NAMIR não foi renovado, em razão de não receber aditivo, ocasionando a não distribuição de proteínas semanalmente, gerando impacto na alimentação dos Warao. Assim, nas últimas visitas à região da Vila Itamar acompanhei a preparação de arepa, uma espécie de pão típico da Venezuela e de baixo custo, visto que é preparado apenas com água, trigo e sal. Assim, com uma quantidade razoável de trigo era possível alimentar várias pessoas com arepa.

As crianças, como dito anteriormente, não participavam ativamente da preparação de alimentos, porém em dado momento, durante a preparação de arepa existia a presença de duas irmãs misturando a massa. Uma encarava a atividade de forma séria, comportando-se com um ar de responsabilidade, enquanto a outra parecia brincar com a mistura que estava sendo feita, sorria e tentava pegar com as mãos a maior quantidade possível, enquanto a sua irmã reclamava a falta de comprometimento desta.

O consumo de Coca-Cola por parte de adultos e crianças tomou espaço nas minhas observações quando das visitas, ao passo que em todas notei a presença do refrigerante. Geralmente o líquido era ingerido diretamente dos pequenos frascos de plástico, naquela espécie de pitchulinha, até mesmo para melhor se adaptar ao tamanho das mãos das crianças. No entanto, houve dias que cheguei a ver as crianças segurando cumbucas com refrigerante, por vezes semelhantes à pequenos baldes, para facilitar e aumentar o consumo deste.

Curiosa se era um hábito adquirido no Brasil ou trazido da Venezuela, descobri que as crianças não tinham o costume de beber Coca-Cola na Venezuela, tendo o primeiro contato já no Brasil, justamente por ser mais barato que comprar sucos. Araseli, 09 anos, afirmou que “prefiro fruta, mas é caro. Coca é bom e enche, mas antes eu achava estranho”, o que foi reforçado por Gracela, 08 anos, que “na rua a coca matava um pouco a fome e a sede, mais que água”.

Pensar na ausência de comidas que anteriormente faziam parte da dieta alimentar das famílias, oriundas do contato com a natureza, a exemplo das frutas e peixes, nos remete e reforça a ideia de que a mudança do espaço rural para o urbano impacta em vários aspectos na vivência das famílias refugiadas venezuelanas no Brasil, fazendo com que estes se adaptem à alimentos que não faziam parte de sua dieta alimentar na

Venezuela, mas que aqui em razão da maior oferta e menores preços se fazem viáveis, talvez até mesmo única alternativa.

3.6 A coleta

Como informado, a prefeitura oferece suporte aos refugiados venezuelanos, no entanto, eles têm outras despesas para pagar, principalmente o aluguel das casas e complementação de alimentação, anteriormente explicitado. Devido a isso, estes precisam ir às ruas para pedir dinheiro para conseguirem pagar sobretudo o aluguel já que, por diversos fatores, não conseguem empregos. Antes, eles determinavam dias específicos para pedir dinheiro, o dia da coleta, termo usado pelos próprios Warao para se referirem à prática da atividade, que eram a terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Mas com as dificuldades precisaram se reorganizar e não possuem mais dias exclusivos.

Eles informaram que os lugares de realizarem as coletas variam, até mesmo como uma tentativa de atingirem pessoas diferentes, bem como preferem o turno da manhã, por ser menos quente, e que o período de chuva é um período muito ruim, porque eles não têm como irem para as ruas fazer a coleta.

Outro ponto a ser observado durante a coleta e o movimento dentro da cidade em locais diversificados é a fiscalização por parte do Conselho Tutelar, ao passo que ao serem noticiados ou mesmo durante as diligências externas avistarem as crianças com seus familiares em situações de exposição ao sol, entre outras que caracterizem vulnerabilidade ou perigo, advertem os adultos e ameaçam, inclusive, a retirada da guarda das crianças, sem considerar os motivos que levam aquelas crianças estarem ali. A guarda municipal em Imperatriz também desempenhava um papel semelhante ao do Conselho Tutelar, motivando ainda mais os deslocamentos a fim de não sofrerem algum tipo de sanção.

Os adultos levam as crianças para as coletas sob a justificativa de que não tem com quem deixá-las, relatando que já houve confrontos com o Conselho Tutelar, e mesmo não gostando da situação, não veem alternativa. Todavia, em conversas informais, os refugiados da Vila Itamar, assim como os de Imperatriz, ressaltaram que a presença dos infantes é positiva na hora da coleta, justamente por sensibilizar as pessoas e pagarem mais do que quando estão apenas os adultos.

O cacique Miguel, uma das lideranças do espaço, informou que geralmente recebem apenas moedas quando estão só os adultos, raras são as vezes que ganham

dinheiro em papel, mas quando as crianças estão presentes as contribuições quase nunca são em moedas. Assim, a coleta é mais frutífera nesses casos.

Ressalta-se que a relação dos Warao com o dinheiro é diferente da experimentada pelos brasileiros, ao passo que cabe somente aos adultos, sobretudo homens, a “posse” do dinheiro, a decisão do destino - embora para quase todos seja apenas o pagamento do aluguel e, raras as vezes, alimentação. Ademais, o dinheiro aparece como algo para adquirir o essencial, sem muita ganância, sem preocupação com acumulação, já que na Venezuela não precisavam de tantas moedas circulando, já que a sua casa, seu espaço, o ambiente já fornecia muito do que precisavam para viver.

Foi frequente o desabafo de funcionários do Abrigo Reviver no tocante à falta de traquejo dos Warao em relação ao dinheiro, relatando que ao receberem o auxílio emergencial iam ao supermercado e gastavam às vezes todo o dinheiro com apenas dois itens diferentes, sem considerar as necessidades de outras naturezas. Informaram que se sentiam numa situação complicada, pois se dividiam entre o conscientizar e o parecer que queriam administrar o dinheiro que não lhes pertenciam.

Durante a visita em Açailândia, também foi possível perceber que existe uma certa dificuldade em entender a lógica do trabalhar o mês inteiro para receber dinheiro apenas quando completasse aquele período, pois o usual era receberem de imediato pelo serviço prestado.

Quando passamos a considerar a relação estabelecida por refugiados venezuelanos que não são indígenas, percebe-se que a situação difere, tendo em vista que a própria experiência vivenciada na Venezuela já era outra, como a experimentada por Antonio que possuía uma vida mais urbana, emprego formal, com carro, outros bens já provenientes de um certo acúmulo de dinheiro, além de ter deixado claro a preocupação em fazer uma reserva nos meses iniciais no Brasil para poder mandar para sua família, já que era o provedor, além de conseguir certa estabilidade para trazê-los para o Maranhão. Este também já faz menção à falta que sente de ganhar dinheiro que sobre para guardar ou mesmo comprar itens que fogem um pouco ao que é considerado essencial, diferente dos Warao.

Perante as dificuldades que passam, os imigrantes não transitam muito pela cidade, apenas quando saem para realizar coleta, ir para o hospital, participar de alguma atividade da prefeitura ou outras situações bem pontuais, porque não possuem sequer dinheiro para passagem de ônibus. O maior contato social é entre eles.

4 COM AS CRIANÇAS EM MOVIMENTO

A presente pesquisa é marcada pelo movimento, tanto dos sujeitos que estão constantemente se movimentando entre cidades, como também dentro do próprio espaço pesquisado, ao passo que a maior parte das interações com as crianças aconteceu durante os deslocamentos no bairro.

É importante frisar tal característica para compreender os resultados obtidos, tendo em vista que a dinamicidade dos pesquisados acarretou dificuldades em sua realização. Inicialmente, as questões que norteavam a pesquisa foram desconstruídas ao adentrar em campo, já que o constante movimento alterou o campo em Imperatriz, levando também ao meu deslocamento para outras cidades em busca dos refugiados venezuelanos.

Também em São Luís, cidade que maior parte da pesquisa foi realizada, o campo também mudou tudo que inicialmente pensei ao chegar no referido município. O fato de os refugiados venezuelanos não estarem em instituições como escolas e igrejas e saírem quase que estritamente para realizar a coleta, anteriormente explicada, fez com que as observações ficassem restritas ao bairro, de modo que os deslocamentos dentro da Vila Itamar foram essenciais para compor esta etnografia.

Assim, neste capítulo, vou demonstrar três movimentos que gostaria de destacar para reforçar que as crianças sofreram dupla migração e que a movimentação não se restringe apenas à mudança de país, mas também do ambiente rural para o urbano.

4.1 A vinda para o Brasil

O primeiro movimento que é importante destacar diz respeito ao deslocamento da Venezuela ao Brasil, que como demonstrado na parte teórica desta pesquisa, traz significativas mudanças na vida dos refugiados, sobretudo quando trazemos esse movimento para a perspectiva da criança.

Durante as visitas, dentre os assuntos que conversava com os adultos, a travessia dos refugiados até o local que residem atualmente era um assunto constante. Alguns relataram como foi uma experiência triste e dolorosa, que provoca sensações diversas, descrevendo que durante ela não tinham muita ajuda das pessoas que passavam por eles, andavam muito a pé, por distâncias grandiosas e na maioria das vezes, sem ter o que comer.

Como andavam muito, os pés ficavam bastante inchados e feridos, o que dificultava ainda mais o processo de travessia. Descreveram como as picadas de mosquitos também eram uma parte ruim da travessia, trazendo desconforto e incômodos. Fora isso, o risco de doenças também aparecia como um alerta nesse momento, já que andavam embaixo de sol e chuva, dia e noite.

Em alguns poucos casos, conseguiam caronas que ajudavam a chegar mais rápido em alguma cidade, havendo casos em que quem ofereceu carona deixou mais distante ainda de seu destino, porém naquele cenário de desespero não havia muita alternativa senão confiar. Em certas regiões que passaram, além de todas essas dificuldades citadas acima, o perigo de animais silvestres – como por exemplos onças – causava muito medo, já que não tinham como se defender do ataque de animais, nem mesmo tinham lanternas em boa parte do trajeto para iluminar os caminhos à noite, agravando o medo que sentiam, sobretudo por conta das crianças.

Como o percurso era muito grande, alguns adultos tinham que carregar as crianças nas costas, já que estas não aguentavam tanto esforço quanto os adultos, o que tornava esse processo ainda mais dificultoso. Em meio aos relatos, era comum alguns venezuelanos pedirem para encerrar o assunto, pois trazia muita dor e trauma que queriam esquecer, outros apenas desconversarem depois de algum tempo.

Apesar de relatos diferentes, percebi que quase todos tinham pontos em comum: o fato de mudarem a expressão facial sempre que tocavam no assunto, uma tristeza tomava de conta em questão de segundos, a vista baixava, balanços de cabeça em tom de lamentação eram comuns e a certeza de em algum momento a frase “apenas quem estava lá é que vai saber como foi”, dita de diferentes formas, seria ouvida.

A chegada de refugiados venezuelanos em Imperatriz se deu em razão do processo de interiorização, foi uma chegada mais guiada, enquanto em Açailândia foi motivada pelo baixo preço dos aluguéis de casas e menor fiscalização por parte da prefeitura em relação à presença das crianças nas ruas como pedintes junto aos seus pais.

Já os motivos que os levaram a chegar à São Luís foram variados, de modo que muitos antes de fixarem residência na capital, estavam em outros estados, como Pará e Piauí, onde tiveram experiências diversas e mais dificultosas. Pelo cacique me foi dito que a escolha de São Luís para ele não foi muito estudada, que era uma capital próxima a Belém, onde estava anteriormente, então vir para cá foi um teste. Além disso, outro

motivo foi ter recebido notícias que alguns conhecidos estavam relativamente bem, então valeria a tentativa.

Para um terceiro, já ter familiares morando na região era um atrativo, pois são muito ligados à família e ficar perto de parentes fazia diferença, sendo relatado até por um homem que a vinda se deu em decorrência de um falecimento, que ele e sua família vieram para se despedir de quem faleceu e resolveram ficar.

No entanto, para a maioria deles, o principal atrativo se deu em razão dos preços dos aluguéis, que são mais baratos quando comparados a outros municípios que já passaram, valores estes que conseguiriam pagar com o dinheiro recebido nas coletas. Fora isso, nessa nova residência, os venezuelanos são assistidos com algumas políticas públicas oferecidas pela Prefeitura de São Luís, especialmente no período de execução do projeto NAMIR, de modo que eram fornecidas proteínas semanalmente, o que ajudava as famílias a suprirem suas necessidades, além de realizarem algumas ações visando vacinação, documentação, matrícula escolar, entre outros.

Antônio, refugiado venezuelano que não é Warao e reside no bairro Vinhais, contou que o seu processo de chegada em São Luís se deu de forma diferente, tendo em vista que por ser engenheiro na Venezuela veio passear no Brasil e não pôde mais retornar, porque as fronteiras foram fechadas e quem estava fora do território foi proibido de retornar, sendo considerado desertor. Assim, precisou trabalhar em lugares que não conseguia sequer entender direito a língua local, realizando atividades em madeiras para juntar dinheiro e trazer sua família, já que estava sozinho.

Nesse processo solitário no Brasil, Antônio escolheu a cidade de São Luís porque tem praia e ouviu falar que não era muito cara quanto outras capitais, e para ele morar perto da praia traria felicidade, já que na Venezuela morava próximo a uma.

A presença do mar também influenciou na hora da escolha de São Luís como destino para outros refugiados, mas ficaram assustados ao ver o valor das habitações em áreas mais litorâneas. Inclusive, a ausência de dinheiro para poder ir à praia é uma reclamação quase que geral, considerando que na Venezuela tinham muito contato com água. Essa reclamação é geral, já que em algum momento idosos, adultos e crianças demonstraram a tristeza por não conseguirem ter uma vivência, mesmo que esporádica, com o mar.

Junto às crianças venezuelanas na cidade de São Luís, após observar suas brincadeiras e contatos com as demais pessoas, tanto no momento da elaboração dos desenhos quanto em outras situações variadas, indaguei sobre algumas circunstâncias de

vida, dentre eles, como ocorreu a travessia da Venezuela até chegarem ao local em que estão atualmente.

Algumas delas desconversavam ou mudavam de assunto para não falar a respeito, momento em que pude perceber que se trata de situação traumática para algumas delas, optando por não falar a respeito para não rememorar, assim como aconteceu com os adultos.

Dentre as conversas, uma menina de 10 anos de idade, falou que lembrava da vinda ao Brasil com muita tristeza, que sentiu medo de precisar se separar de sua família, assim como tinha acontecido com outros amigos. Além do medo da separação, também temia que alguém não resistisse ao cansaço, falta de comida ou mesmo de água. Recordava-se que teve febre, frio, dor nos pés e pernas. Relatou, ainda, que o pior horário era a noite, porque ficava tudo escuro e por vezes precisavam seguir caminhando, ouviam barulhos estranhos e não sabiam de onde estavam vindo, nem tampouco o que eram.

Ao ouvir a conversa, outra menina, prima da primeira, aproximou-se e falou sorrindo que era bom quando algum carro parava, mas eram poucos que faziam isso. Disse ainda que ficava feliz porque não ia precisar andar, mas ficava triste, também temia se separar do restante das pessoas próximas naquele momento, já que não caberia todo mundo no automóvel, dizendo que “eu só queria uma varinha”, mexendo com a mão como se estivesse segurando uma, tal qual acontece nos filmes quando uma fada madrinha realiza um desejo. Naquele caso, o desejo era de não sentir todos os medos que a travessia estava causando.

Além do sentimento de medo, as crianças relataram o desejo de que pudessem criar raízes em algum lugar, ficar próximos aos seus entes queridos, fazer amigos, sentir que estão em algum lugar e é ali que vão ficar, mas não ficar de qualquer maneira, ficar de forma segura. “Eu não gostava de andar tanto, gosto de andar muito e correr só pra brincar”, disse Beliane, afirmando também que “queria logo uma casa... não, não é feliz ficar mudando muito, lá eu não mudava!”.

O movimento entre cidades representava para as crianças de início uma esperança de algo bom, de que tudo iria ficar bem, o encerramento de travessias traumáticas. No entanto, conforme os deslocamentos foram se tornando frequentes dentro do solo brasileiro, o movimento começou a significar o receio com o novo, o medo da repetição de sensações ruins anteriormente experimentadas e o desejo de um cenário diferente, de um que trouxesse a sensação de pertencimento.

Em Imperatriz, ao perguntar para duas mulheres, irmãs, que estavam no Abrigo Reviver sobre o processo de travessia, estas informaram ter sido traumático, em razão das dificuldades do ambiente, além da falta de conhecimento sobre o local exato de destino. Uma relatou que o pior momento para ela foi quando uma senhora do grupo chegou a ficar para trás, não sabendo precisar se esta faleceu, pois apesar de todos tentarem se ajudar, em alguns momentos era necessário pensar em si e na sua família mais próxima.

Discorreu que muitas crianças haviam sido entregues para parentes próximos ou mesmo para amigos, já que algumas famílias tinham muitas crianças e não podiam cuidar de todas durante esse trajeto. Nesse momento ela se emocionou bastante, colocando-se no lugar destes pais que precisaram se separar de seus filhos. As crianças do abrigo silenciaram todas as vezes ao serem questionadas sobre a trajetória percorrida da Venezuela ao Brasil.

4.2 O deslocamento no bairro

O segundo deslocamento se refere aos movimentos realizados dentro da própria Vila Itamar, que como informado, foi onde a maior parte da pesquisa se desenvolveu. Ao chegar no referido bairro, inicialmente percebi a presença de cerca de 10 crianças, algumas estavam tímidas, outras um pouco eufóricas, algumas estranhando a presença de pessoas que nunca tinham visto antes e sequer quiseram sair de suas casas para ver exatamente o que estava acontecendo, e de certa forma não me causou muita surpresa, pois quando comecei a realizar visitas ao Abrigo Reviver em Imperatriz também notei que as crianças mantinham um certo distanciamento nos contatos primários.

Nessa visita, a presença de pessoas estranhas fez com que estas não ficassem tão à vontade para brincar, conversar com seus familiares, interagir com os membros da comunidade da forma que imaginei ser o de costume, embora esse estranhamento e preocupação com os chegantes fosse mais superficial nas crianças menores.

No decorrer das minhas idas à Vila Itamar, minhas impressões iniciais foram confirmadas, ao passo que quanto mais eu estava presente, menos desconhecida eu era, me permitindo acompanhar melhor a rotina das crianças, bem como a dos adultos, de modo que aquelas 10 crianças anteriormente vistas se transformaram em mais de 30. O olhar de estranhamento foi dando espaço para um olhar de acolhimento e felicidade quando ali eu chegava.

Importante ressaltar que, em boa parte das visitas realizadas na referida área, eu estava acompanhada de alguém do projeto NAMIR, geralmente “no carro branco que Antonio estava dirigindo”, como diziam as crianças, que ao ser avistado no começo da rua já causava alvoroço nos pequenos, correndo em direção ao carro para nos receber, enquanto outros corriam para suas casas para trocar de roupa e “ficar mais bonitos”. Apenas alguns poucos continuavam realizando suas atividades anteriores ao momento de nossa chegada.

A primeira vez que fui no meu próprio carro e não no da SEMCAS notei a curiosidade das crianças ao avistarem aquele automóvel desconhecido até então por eles estacionando perto de suas casas, mas ao me avistarem juntamente com Rosângela, também integrante do projeto, os sorrisos se abriram e alguns correram ao nosso encontro, sem sequer ainda termos descido. A diferença é que dessa vez as meninas foram nos receber, e geralmente quem tomava a iniciativa eram os meninos.

A utilização de carros pelos Warao não era algo comum na Venezuela, até mesmo pelo ambiente que estavam inseridos não se fazer tão necessário. As crianças demonstravam sempre muito interesse por carros e veículos no geral. Inclusive, presenciava a festa que faziam quando alguma atividade desenvolvida pelo Projeto NAMIR envolvia deslocamento e, com isso, transporte dessas por algum ônibus, van ou carro. A felicidade não era a mesma quando precisavam utilizar transporte público, pois relataram que algumas pessoas olhavam estranho e não ajudavam.

As crianças do abrigo de Imperatriz, em geral, foram menos receptivas, embora em determinados momentos tenham sido mais carinhosas, chegando a me abraçar quando fui me despedir, mas não eram muito entusiasmadas quando notavam a minha chegada. Em Açailândia não demorei tempo suficiente para poder ser conhecida por eles.

Na Vila Itamar as crianças maiores e as menores passam a maior parte do tempo juntas, brincando, as maiores aparentemente cuidando um pouco das outras, num clima bem harmônico, embora tenha sido possível presenciar alguns desentendimentos, sendo o primeiro entre duas meninas numa das visitas que realizei. Não sei precisar o motivo, porque elas estavam falando em Warao, tendo uma delas saído de sua casa e ido em direção à outra e batido na mesma, com expressão facial e corporal de que estava muito irritada, precisando um adulto interferir e pedir que esta fosse para longe, o que não adiantou muito. Cerca de 5 minutos depois estavam juntas e pouco tempo depois tudo havia sido esquecido e já brincavam no mesmo grupo.

Conforme as crianças se movimentavam, eu me movimentava também, notando a presença de uma espécie de cabaninha. Uma garota estava lá dentro, Beliane, e chegaram outras crianças para disputar o espaço, como se a que estava dentro já tivesse ficado muito tempo aproveitando e era hora de ceder lugar para as demais. Diante da recusa, começaram a falar alto e a querer puxar a Beliane, momento em que a mãe de uma das crianças, suas amigas, que estavam do lado de fora, mesmo distante, gritou e elas então foram embora.

O clima entre os adultos é muito tranquilo, todos parecem ser muito cuidadosos uns com os outros, e acredito que essa preocupação, senso de ajuda, acaba sendo transmitido de alguma forma para as crianças, levando a entender que possíveis brigas entre estes não afetem os relacionamentos de seus pais, por entenderem que alguns descontentamentos podem acontecer em meio às brincadeiras, sobretudo pelo fato deles serem primos ou mesmo irmãos.

Apesar de não presenciar muitos momentos de discussões ou desentendimentos, as vezes elas ocorriam em meio às brincadeiras de correr quando alguma criança acabava caindo, momento que todas as outras que estavam perto começavam a sorrir e apontar, gerando descontração naquele grupo. Nem sempre a queda era encarada de forma tão engraçada pela criança que havia caído, sobretudo se ela se machucasse, porque o choro vinha logo em seguida, mas de forma rápida, para que se pudesse logo voltar à brincadeira.

Os deslocamentos pelo bairro juntamente com as crianças se deram em razão das brincadeiras, motivo pelo qual se mostra necessário falar sobre elas. A esse respeito pude perceber que elas variam, até mesmo pelas diversas composições de idades das crianças. Geralmente, em razão da grande quantidade de crianças que estão na área, é possível perceber diferentes brincadeiras acontecendo ao mesmo tempo, sobretudo envolvendo correr, pegar, esconder, até mesmo pelo fato de não possuírem muitos brinquedos, então a diversão é garantida ao ar livre, utilizando o ambiente como espaço de recreação.

A calçada, além de ser uma extensão da casa, é um local que as crianças utilizam para recreação, não apenas por ser cenário de brincadeiras, mas também pela calçada por si só, servir como uma brincadeira, já que por apresentar diferença de altura em relação à rua, os pequenos subiam e desciam repetidamente. Um pé na frente e o outro atrás, depois o que estava atrás ia para a frente, e assim ficavam por minutos, numa espécie de competição para saber quem aguentava mais tempo.

Até mesmo algumas pedras que ficavam jogadas ao chão acabam se transformando em brinquedo. Dois irmãos fizeram de pedras seus carrinhos, enquanto ficavam de joelhos no chão, com uma mão apoiando o chão e a outra segurando o objeto, percorrendo caminhos no chão em volta de seus corpos, como se ali existisse uma pista imaginária e estivessem competindo quem ganhava a corrida.

As meninas que estavam pela redondeza não pareciam se importar com os carrinhos improvisados, ao passo que três meninos ao ouvirem os irmãos fazendo “vrum vrum”, imitando barulho de carros, logo trataram de se aproximar e pegar objetos para participar da corrida também. A diferença é que agora os carros não eram apenas pedras, também eram uma garrafinha de refrigerante, uma sandália e um copo.

Acompanhando as brincadeiras de alguns meninos, pedi para que me mostrassem do que mais gostavam de brincar na Venezuela, momento em que Jose, 11 anos, sorriu e disse “não dá, aqui não tem rio nem peteca”. Questionado sobre qual a importância do rio na brincadeira preferida, afirmou sentir saudade de poder subir no ombro dos primos maiores e tentava derrubar algum outro primo ou amigo, de tamanho semelhante, de cima dos ombros de outra pessoa também maior, e que assim iam trocando as duplas até cansarem e ficarem apenas tomando banho.

Manuel, 10 anos, que estava participando do momento, concordou e completou dizendo “não deixaram trazer minha peteca, me dá tia?”, logo causando alvoroço nos demais meninos que estavam junto, que começaram a concordar e falar “traz, tia”, e correr ao meu redor, logo sendo acalmados por Jose, que falou que eles tinham a bola, que era diferente, mas também servia para brincar de não deixar cair no chão, o que foi prontamente discordado pelos demais.

Notei que desde as minhas primeiras idas à campo uma menina, de 7 anos de idade, ficava me observando bastante, e por volta da minha terceira visita começou a se portar fisicamente como eu ficava. Os pés, a forma como mexia no cabelo, até mesmo o passar com mão no rosto para secar o suor. Fazia isso de forma discreta, mas logo Antonio percebeu e comentou. A imitação também fazia parte das brincadeiras, naquele momento percebi que estava sendo convidada a participar da dinâmica. Logo chegaram outras meninas e começaram a sorrir, tendo sido dito por uma que gostavam de adivinhar quem era, mas não imitavam todo mundo, só quem gostavam.

Embora poucos, não são inexistentes os brinquedos, podendo variar entre bola, a cabaninha que foi motivo de briga entre dois primos, velocípede e um livrinho, que não

servia naquele momento como fonte de leitura, e sim como um objeto diferencial para atrair os demais para convencer de brincar em outro ponto do espaço.

As brincadeiras algumas vezes começam em casa e a calçada acaba se tornando uma extensão, de forma que a rua é uma continuação daquela brincadeira que iniciou em outro ambiente. As crianças saíam das calçadas e se direcionavam a outros espaços comuns, eu também precisava ir junto, afinal, era complicado querer entender a lógica das interações e brincadeiras entre elas caso eu ficasse parada, já que elas estavam em constante movimento na rua.

Algumas crianças não interagem tanto com as demais, preferem ficar na companhia dos adultos, sentados, acompanhando as conversas e mesmo as atividades manuais realizadas pelas mulheres, em especial a costura de roupas e redes, bem como criação de pulseiras e cordões. Na verdade, as linhas, as miçangas, os produtos usados para a confecções acabam por se transformar em brinquedos também.

Sempre que alguma mulher ou grupo estava reunido realizando atividades manuais, era possível perceber que as crianças procuravam uma forma de transformar aquele momento em diversão, geralmente misturando as miçangas e depois separando por cores, para depois misturar novamente e reiniciar o processo de separação.

As crianças maiores também utilizam celulares como forma de brincar, embora estas sejam minoria e sejam raras as vezes que avistei, para ser mais precisa, em apenas duas visitas, tendo em vista que apenas poucos adultos possuem aparelho telefônico. Os aplicativos do TikTok e Youtube ocuparam a atenção, risadas e até mesmo um ensaio de dança.

Como existe uma grande quantidade de crianças na Vila Itamar, é importante ressaltar que simultaneamente acontecem várias brincadeiras, diversos grupos são formados, mas em determinado momento acaba ocorrendo uma junção e mistura entre eles.

No período da tarde, especialmente entre 16:40 – 17:00, é possível notar uma grande quantidade de crianças na rua, no espaço compreendido entre as casas, e quando vai anoitecendo, momento que o sol começa a desaparecer, a temperatura baixa um pouco, as crianças maiores começam a ir para espaços próximos a suas residências, em especial um parquinho infantil, em área aberta, distante cerca de poucos metros de onde as crianças residem, em que há brinquedos coloridos em metal e plástico, tais como balanços, gangorra e escorregador, cercado por postes de iluminação pública.

Acompanhando as crianças da saída de suas casas em direção aos espaços que serão o cenário das próximas brincadeiras, notei que elas comumente se segregam ao chegar ao parquinho, frequentado em maior parte pelas meninas, que se divertem enquanto descem o escorredor e correm pela área. Os meninos continuam a andar mais um pouco até chegarem a um local que remete um campo de futebol, constituído de área aberta, cercado com arame, com superfície que alterna entre terra e capim, onde jogam futebol ou vôlei junto com os adultos.

As atividades no campo são realizadas majoritariamente por pessoas do sexo masculino, tanto adultos, como crianças, não tendo observado com frequência a participação feminina nestas brincadeiras, em especial de meninas nelas. Ressalto que não é um espaço exclusivamente masculino, assim como o parquinho não é exclusivo feminino, mas há uma certa divisão entre as brincadeiras masculinas e feminina nesses locais.

O campo, por ser um espaço amplo, geralmente é ocupado por mais de um grupo, um que ficava com a posse da bola e outro formado por crianças que não participavam das atividades citadas, mas como outras formas de entretenimento.

Em dada visita, por volta das 17h, em frente de suas casas, no meio da rua, um grupo bem variado de adultos, crianças e adolescentes, homens e mulheres, brincavam de algo que remetia a vôlei, mas sem a presença de uma rede que dividia em times, era cada um por si arremessando a bola para o outro com um objetivo em comum: não deixar a bola cair no chão. Até mesmo pela habilidade com os braços, mãos e com o corpo, além da força e coordenação motora que a brincadeira exigia, as crianças menores ficavam apenas por perto observando, foi quando alguém sugeriu ir para o campo.

Nesse momento, fui com elas até o local e um objeto cilíndrico (bobinas de madeira), tornou-se um brinquedo para cinco crianças, com algumas delas na parte de cima, com duas em pé e uma sentada, que alternavam entre ficar conversando e observando os maiores brincarem com a bola. Pouco tempo depois, algumas meninas que estavam no parquinho também foram para esse mesmo ponto de encontro.

Não demorou muito para que uma das meninas pulasse do objeto, fazendo com que os demais, numa espécie de competição, fizessem o mesmo. Nesse momento, a mãe da que tomou a iniciativa da brincadeira se aproximou e alertou do perigo, não adiantando de nada, pois quando virou as costas as crianças continuaram com o sobe e desce, até ficarem ofegantes e resolverem parar.

Em outro deslocamento realizado com as crianças para esse mesmo campo, uma corda surgia como protagonista no dia, embora seja possível contar nos dedos quantas vezes as crianças conseguiram dar pelo menos três voltas completas sem alguma se enrolar na corda ou uma das que estivessem segurando as extremidades acabar soltando. O importante não era obter êxito, era participar, pertencer à brincadeira. Tive a impressão que por vezes errar era até mais bem visto que pular certo, já que arrancava muito mais sorrisos dos que estavam em volta esperando sua vez.

Embora próximo às casas dos Warao tenham casas de moradores que não são refugiados e seja notória a presença de crianças brasileiras, não há interação entre estas em nenhum momento, sequer quando frequentavam espaços comuns, a exemplo do parquinho, de modo que de todos os momentos que vi as crianças venezuelanas no local, em apenas uma ocasião notei a presença de crianças não refugiadas. Tive a impressão de que a rotina havia estabelecido um contrato implícito sobre quais horários cada grupo iria frequentar, já que não houve a menor interação.

O fato de não haver esse contato entre crianças brasileiras e as refugiadas venezuelanas me causou curiosidade, porque um dos objetivos da pesquisa era justamente analisar essas interações, embora mais uma vez o campo não me permitiu realizar, visto que a socialização das famílias e das crianças era basicamente restrita ao próprio grupo.

Nos deslocamentos realizados com as crianças ao sair de suas casas em direção ao parquinho e ao campo, passávamos por casas de brasileiros que, embora estivessem geralmente na porta, pareciam não fazer muita questão de interagir com eles. Notei que algumas crianças não se importavam com isso, já que estavam tão entusiasmadas com o destino que não pareciam se importar muito com o caminho, enquanto outras, geralmente as mais velhas, pareciam um pouco incomodadas, baixavam a cabeça, iam para o outro lado da rua ou até mesmo corriam.

Maria, 07 anos, em uma das andanças ressaltou que “a árvore é o que mais gosto, mais que o escorregador, que vem depois”, questionada o porquê, explicou que “dá pra subir, esconder, igual era antes de chegar aqui, só não dá pra comer lá de cima”.

Em seus deslocamentos pelo bairro, as crianças sempre acabavam interagindo com elementos da natureza. Era comum apontarem para pássaros, brincar e correr com os cachorros, abraçarem árvores, pularem e bater com as mãos nas folhas, fora as brincadeiras com a terra. Era notório que os elementos que remetiam ao espaço rural ocupavam um espaço especial para estas. Assim, reforço a ideia de que além da

migração entre países, as crianças também passaram pela migração do espaço rural para o urbano.

4.3 A mudança do espaço rural para o espaço urbano: a dupla migração

Durante a realização dos desenhos, iniciei pedindo que desenhassem livremente, e pude perceber que a maioria das crianças retratou casas, família e natureza, sendo as meninas sempre mais receptivas que os meninos, tanto para o diálogo quanto para a execução de atividades, e também demonstravam maior dedicação. Embora também participassem, os meninos se mantinham distantes e com menor ânimo em participar, o que refletiu nos desenhos.

Uma diferença considerável entre os desenhos iniciais realizados pelas crianças da Vila Itamar e os das crianças que estavam no Abrigo Reviver, em Imperatriz, consiste no fato de que os primeiros retrataram mais a realidade ou mesmo o que consideram que seria uma realidade ideal, quase sempre ligado à moradia, com forte presença de elementos da natureza ao redor.

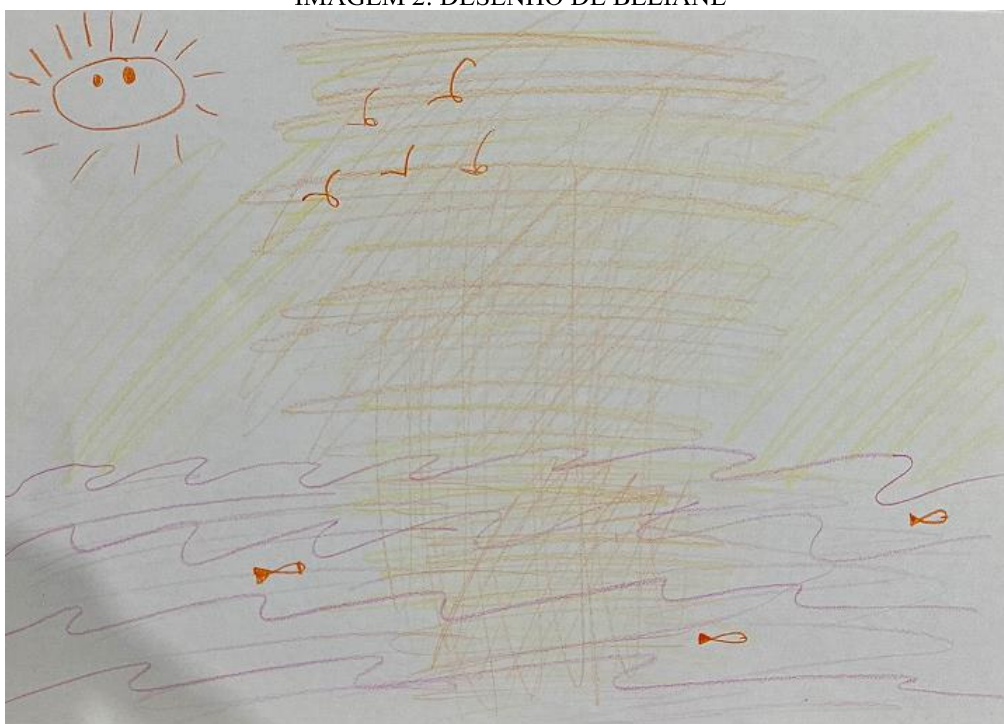
Os de Imperatriz, por sua vez, produziram desenhos mais direcionados, com presença de coração, de formas geométricas, talvez em razão destes já estarem inseridos no ambiente escolar, o que difere dos de São Luís, que embora já estivessem matriculados, ainda não tinham começado na escola quando do início das atividades desenvolvidas nesta pesquisa, sendo que apenas uma criança chegou a frequentar escola na outra cidade que estava, em Teresina.

As crianças nos contatos iniciais quando muito indagadas sobre um assunto específico acabavam ficando um pouco envergonhadas ou com receio de adentrar muito, motivo pelo qual tive que ter cautela para ir conseguindo informações. Como as meninas eram mais cuidadosas com os desenhos, como já dito anteriormente, foi mais fácil estabelecer contato prévio com elas.

Nas primeiras visitas percebi que a menina Beliane era muito articulada, e embora fosse tímida, transitava em vários grupos e também mantinha boa relação com os integrantes do Projeto NAMIR, o que me fez supor que ela poderia ser um elo de aproximação com as demais crianças. Eu estava certa: logo no primeiro dia de realização de desenhos ela se mostrou receptiva e explicou detalhadamente as escolhas na hora de desenhar.

Neste, em especial, ela escolheu apenas as cores amarelo, laranja e rosa para fazer seu desenho, que era um céu, lembrando um fim de tarde. Inclusive, a água também tinha essas mesmas tonalidades. Ao concluir o desenho, perguntei a ela o motivo de não ter utilizado outras cores, inclusive o azul na hora de pintar a água, obtendo como resposta que quando pensava em rios lembrava do pôr do sol, que a água ficava com a cor parecida do céu, e ela achava bonito. Ressaltei que também achava bonito quando conseguia ir olhar a praia quando o céu estava assim, sendo dito por ela que aqui nunca foi, mas queria.

IMAGEM 2: DESENHO DE BELIANE



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Importante ressaltar que, como informado na parte metodológica desta pesquisa, algumas crianças não possuíam a habilidade de sequer segurar os lápis de cor, o que despertou a curiosidade em saber se na Venezuela tinham costume de desenhar. Por um grupo de crianças, as maiores, foi afirmado que quando frequentavam escola no país de origem realizavam algumas atividades que envolviam lápis de cor, giz de cera, pincéis, desenhos e outras atividades manuais.

Outras crianças, primos e irmãos entre si, embora tivessem uma faixa etária variando entre 8 e 10 anos, disseram que a primeira vez que desenharam foi em um abrigo, já no Brasil, anos atrás, não sabendo especificar a cidade, mas que “na Venezuela eu não tinha brincado com papel não”. Estas informaram que neste abrigo

era frequente fazerem desenhos, ocupando parte do dia com essa atividade. As crianças menores quando questionadas sobre suas experiências com desenhos ficaram mais caladas, sendo em algumas possível perceber a clara dificuldade em segurar os lápis, logo se desinteressando por continuar a atividade, deixando pela metade e ocupando espaço apenas de observador.

Assim, da análise já dos primeiros desenhos, conversando com Beliane e outras, diante das falas carregadas de saudosismo em relação à natureza, juntamente com as expressões faciais, notei que as crianças venezuelanas refugiadas sofreram uma dupla migração, sendo a primeira do seu país de origem até o Brasil, como também a migração do espaço rural para o urbano, tendo em vista que a Vila Itamar está situada numa região urbana dentro de São Luís.

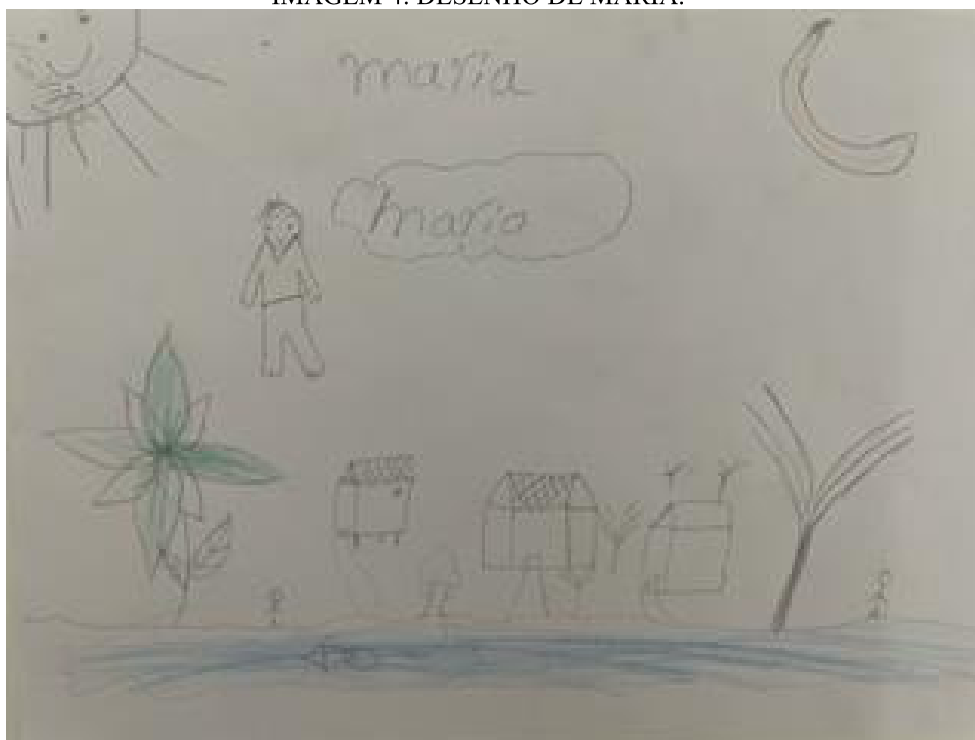
Na visita seguinte sugeri que o tema dos desenhos fosse novamente livre. Mais uma vez houve interesse das crianças por árvores e rios, de forma unânime, já que em todos os desenhos apareciam esses dois elementos. Ao questionar a escolha, fazendo uma pergunta ampla para o grupo de crianças – que se encontravam deitadas na calçada realizando os desenhos – sobre o motivo de todas terem feito aquela escolha, brinquei perguntando se elas tinham copiado uma das outras e fui surpreendida com a resposta de que “eu gosto”, sobreposto de um “a gente gosta” e um “sinto falta”.

IMAGEM 3: DESENHO DAS CRIANÇAS REFUGIADAS.



Fonte: Arquivo da autora (2022).

IMAGEM 4: DESENHO DE MARIA.



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Considerando o que as crianças iam me mostrando no decorrer das visitas, decidi pedir para que os desenhos tivessem um direcionamento, agora para o que elas sentiam falta da Venezuela, sendo que novamente estiveram presentes os elementos da natureza, como água, rio, mar e animais em todos os desenhos elaborados pelas crianças da Vila Itamar, além de pessoas da família aparecendo em alguns dos desenhos também.

Numa outra visita e com nova atividade direcionada, dessa vez no intuito de retratar como é o local que elas moram, a maioria das crianças realizou desenhos ilustrando sua casa com árvores e água ao redor, dando a entender que era rio ou mar, o que me causou surpresa, porque não há na redondeza e nem nas proximidades. Questionei algumas crianças sobre aquela água, porque eu não estava vendo em nossa volta, e elas, cada uma de sua forma, respondia que sua casa na Venezuela tinha água perto, o que me fez entender que o Brasil ainda não é visto por alguns como sua casa quando indagado, justamente porque o que elas trazem como referência de casa está diretamente ligado à natureza.

IMAGEM 5: DESENHO DO LOCAL DE MORADIA DAS CRIANÇAS REFUGIADAS

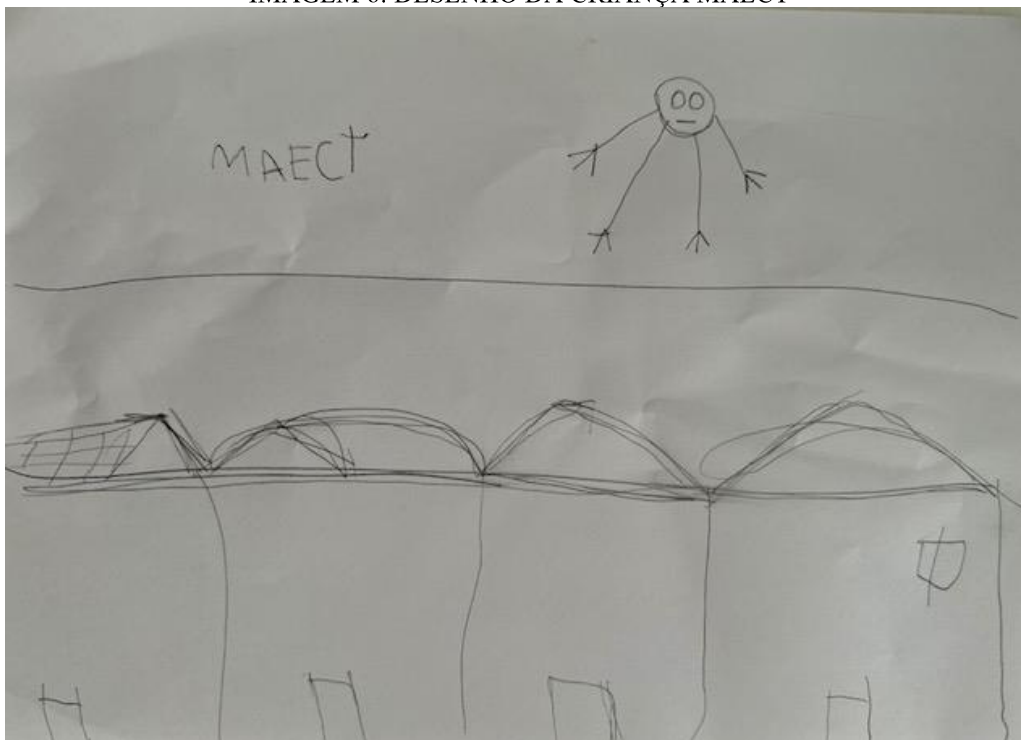


Fonte: Arquivo da autora (2022).

Curiosamente, nessa mesma situação, um menino, que quase nunca conversava, virou o rosto em minha direção e falou que a casa dele era ali onde estava, mas gostava de imaginar que em algum momento alguma chuva ia criar um rio perto. Acho que foi a forma que ele conseguiu demonstrar que entende estar num novo espaço, mas sente falta do que tinha e acredita que pode voltar a ter, só que no Brasil.

Desde o começo dos desenhos, a escolha das cores por parte das crianças foi algo que me chamou atenção, porque percebi que estas utilizavam lógicas diferentes na hora de optar por uma cor ou outra, assim como feito por Beliane. Neste dia que pedi para retratarem o local que moram, Maec fez um desenho todo com lápis preto, não quis colorir, mesmo com a insistência dos demais em lhe sugerir cores para deixar “mais bonito”.

IMAGEM 6: DESENHO DA CRIANÇA MAECT



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Ao terminar, me entregou em silêncio e foi para próximo de outras crianças menores. Após as demais crianças também concluírem e iniciarem o processo de decidir qual cor ficaria com quem, ele continuou observando sem querer entrar na divisão. Aproveitei a oportunidade para questionar se ele não queria mesmo nenhuma cor, se não achava as cores disponíveis bonitas, para que na próxima vez eu pudesse trazer uma que lhe agradasse, e ele apenas afirmou que “aqui não é colorido, não é bonito”.

Em outro momento, propus que retratassem o que mais gostavam, e os desenhos cheios de corações vieram acompanhados de mais elementos relacionados à natureza, como os já citados, mas dessa vez também retrataram frutas, como a fruta-pinha e maçã, que anteriormente fazia parte de suas alimentações e agora não fazem mais.

IMAGEM 7: DESENHO DA GRACELA



Fonte: Arquivo da autora (2022).

Dois meninos, os mesmos irmãos que em determinado momento transformaram as pedras em carrinhos, ao olharem um para o desenho do outro começaram a estabelecer um diálogo entre eles elencando frutas que sentiam falta, e disso começaram a sorrir lembrando situações que envolviam a coleta destas juntamente com primos, numa mistura de brincadeira e alimentação. Notei que os desenhos e os questionamentos ativavam memórias compartilhadas nas crianças, que por vezes eram comuns a dois ou mais, geralmente quando estes tinham relações de parentesco entre si.

Os animais também possuem espaço nos desenhos, sendo mais comum os cachorros, mas quando se iniciava uma conversa, algumas crianças também falavam sobre gatos e galinhas, mas em menor grau. Na Vila Itamar é possível perceber a presença de cachorros convivendo harmoniosamente com as famílias, como se os animais pertencessem a todos, não a uma família específica. Também há a presença de galinhas, mas estas ficam separadas da convivência.

Os cachorros, que não são muitos, na faixa de quatro, são tratados com cuidado e atenção. Incontáveis foram as vezes que presenciei crianças reunidas ao redor de algum deles fazendo gestos com as mãos e barulhos com a boca chamando a atenção dos animais, enquanto a criança ao lado ou em frente fazia o mesmo, como se o cachorro fosse tão especial que todos quisessem sua atenção. Não raros também eram os

momentos em que os cachorros ficavam deitados no chão com alguma criança passando a mão neles, como forma de carinho, demonstrando total zelo e atenção.

Nas visitas realizadas no referido local em que estão localizadas as crianças com suas famílias, quando se fala sobre a Venezuela é facilmente percebido nos diálogos que elas são saudosas com o país de origem, os familiares, a rotina que possuíam. Além disso, destaca-se o notável apego ou proximidade dos pequenos com o espaço que lá possuíam para suas atividades, brincadeiras, aparatos e a temas relacionados à natureza, obtidos durante as conversas, quando foram questionadas sobre o que têm saudade do país em que viviam.

Não é à toa que ainda durante a pesquisa em Imperatriz um menino, morador do Abrigo Reviver, me falou que o lugar preferido dele era na areia que havia no referido abrigo, e que se pudesse morava naquele espaço, porque era o que de mais próximo ele tinha das suas origens.

Por muitas vezes a saudade da Venezuela se confunde com a saudade do espaço físico rural, da aldeia, da configuração do espaço que estavam, já que no Brasil estão em área urbana, numa apresentação diferente da que estão habituados. A saudade do espaço aparece, tanto nos desenhos quanto nos diálogos, inclusive, com peso maior que a saudade de familiares e amigos, ou acabam se misturando com as lembranças destes, seja como tendo a natureza como plano de fundo ou mesmo como elemento principal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui levantadas trouxeram muitas abordagens que contribuem para a construção de uma análise etnográfica sobre as crianças refugiadas no estado do Maranhão. Percebemos como a temática trata de uma observação delicada sobre o objeto, pois o mundo da criança, desde o início da pesquisa não se mostrou fácil de ser acessado, desencadeando desafios na construção desse trabalho.

A situação de refúgio vivenciada pelas crianças e seus responsáveis carregam silenciamentos que precisaram ser observados e analisados de forma delicada nas visitas ao campo. Por isso, foi bastante frisada como a prática de observar e ouvir o outro demandam cautela no seu processo de realização, pois os traumas e experiências vivenciadas pelos sujeitos pesquisados causam lembranças que por vezes impedem a construção do objeto. A escuta do outro e a fala da pesquisadora necessitam de sensibilidade e atenção, ainda mais quando se refere a situações que são repletas de sensibilidades e dores, como no caso de refúgio.

Com o decorrer da análise, percebi como é urgente debater sobre pessoas em situação de refúgio, já que estas carecem de visibilidade, pois inúmeras famílias e crianças estão vivendo, por muitas vezes, com apenas o básico para sobreviver. Além das dificuldades financeiras, não se pode negligenciar a questão linguística, os preconceitos, e a própria adaptação ao novo espaço.

Diante disso, saliento como a temática aqui escolhida necessita ser ampliada para outras áreas além da Sociologia, para que a infância refugiada seja repensada, tendo em vista que ao chegar em nosso território elas passam a ser responsabilidade de todos, mesmo que pertençam a uma nacionalidade diferente.

Conhecer a realidade serve também para incluir uma visão empática sobre essas famílias, pois muitas passam por necessidades que são impactantes ao olhar observador da pesquisadora, mas são ignoradas por muitos que os veem apenas como pessoas que não agregam em nada ao nosso país. Quando reportamos essas dificuldades para as crianças, elas se ampliam e diversificam, embora, de acordo com o Direito Internacional, através da Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, no artigo 22, as crianças em situação de refúgio precisam ser asseguradas com proteção e assistência humanitária.

Entretanto, de acordo com o debate aqui levantado, tais recursos legais não são implementados de modo efetivo no cenário brasileiro, pois é perceptível a falta de uma

organização de diretrizes específicas que são projetadas para asseguar essas crianças. Aqui é importante trazer esse apontamento, pois ao me deslocar com as crianças as questões sociais se mostram como um dos pontos mais importantes na hora da escolha de permanecer ou migrar para os venezuelanos.

Mattos (2011) aponta como a falta de dispositivos legais aparece como um aspecto comum na realidade do Brasil, bem como a escassez de políticas públicas endereçadas às crianças em situação de refúgio. Até um direito básico, como a educação, é difícil de ser acessado pelas crianças refugiadas venezuelanas que residem na cidade de São Luís, pois mesmo estando matriculadas, elas enfrentam desafios de locomoção, o que me gera o questionamento de quanto tempo mais estas famílias podem demorar até procurar uma nova cidade que garanta mais direitos a elas.

Diante disso, reforço como no debate científico uma etnografia que emerge na realidade das famílias refugiadas é importante não apenas para descrever a vivência, as experiências, mas também para servir como fonte de pesquisa para outros estudos de áreas afins que possam se relacionar com a Sociologia e amparar as crianças refugiadas de outros países. Entendo, portanto, que o papel da pesquisa científica é ampliar as discussões que são emergentes dentro da sociedade, não é algo isolado para o âmbito acadêmico, mas atua com o objetivo de ampliar os debates reais do mundo social.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, vi como as crianças (juntamente com seus responsáveis) que buscaram refúgio no estado do Maranhão apresentam vivências diferentes das vivências de boa parte das crianças brasileiras que residem em espaços urbanos. A saudade da aldeia, do espaço rural, de ser entendido em sua língua natal são algumas das muitas particularidades que fazem suas infâncias serem singulares.

Na parte descritiva deste trabalho, por meio da observação participante, bem como com a utilização de desenhos, foi possível analisar muitos aspectos que fizeram compreender com mais clareza a importância do objeto de estudo. Ao adentrar no campo, qualquer julgamento precisa ser excluído do olhar do etnólogo, pois se trata de uma tarefa de observar e descrever aquilo que transmite o ambiente e as situações vivenciadas e relatadas pelos participantes da pesquisa.

Quando trazemos a situação de refúgio especificamente para as crianças é relevante, desse modo, compreender a dupla vulnerabilidade que Bhabha (2014) aborda: de um lado um indivíduo com pouca idade e do outro, uma pessoa em situação de refugiada. Diante disso, as crianças refugiadas sofrem uma dupla vulnerabilidade, ao mesmo tempo que também sofrem dupla migração.

As crianças refugiadas venezuelanas também sofrem dupla migração, como já explicado anteriormente, pois além de migrarem de país, também migram do espaço rural (aldeias) para o espaço urbano. Assim, além de conviverem com todas as ausências de direitos básicos, saudade de familiares e amigos, dificuldade de comunicação, entre outros, ainda sofrem o peso do estranhamento do local em razão da ausência da natureza, da falta de rios, dos animais que faziam parte do dia a dia.

Cabe ressaltar que a criança refugiada, mesmo sendo um indivíduo que carece de tutela e orientação, não pode ser vista como sem autonomia. Ela precisa ter sua voz ouvida, suas experiências devem ser observadas, reforçando a importância desta pesquisa. Sabe-se que existe a barreira da língua, que na presente pesquisa não impactou nos resultados, tendo sido necessária a presença do tradutor apenas na primeira visita, enquanto nas demais foi possível compreender o que os adultos e crianças falavam quando se direcionavam a mim, embora fosse visível o esforço dos dois lados para que a comunicação não fosse falhar, já que falam muito rápido e com certa dificuldade. Quando conversavam entre si, geralmente escolhiam falar na língua materna.

Ademais, ressalta-se que a etnografia não compreende apenas a fala, mas os gestos e outras formas de linguagens de expressão, como a utilização de desenhos, neste caso sendo bastante eficaz ao estabelecer comunicação com as crianças, viabilizando a exposição de suas experiências.

As crianças precisam ser entendidas como sujeitos autônomos e não podem mais ser silenciadas pelo estereótipo construído de que estas são sombras de adultos. Devemos valorizar os olhares das crianças, compreender as suas lentes sobre o mundo. Precisamos desconstruir a noção criada da criança como incapaz de falar de si, sendo as vezes até mesmo invisíveis, como é possível perceber suas ausências em pesquisas sobre refúgio. Por isso, a intenção foi construir uma etnografia da criança nesse contexto, pois sabe-se como esse debate carece de uma discussão mais ampliada.

Acredito, como anteriormente falado, que a falta de políticas públicas destinadas especificamente aos refugiados, sobretudo destinadas às crianças, são fatores importantes para contribuir com os deslocamentos em solo brasileiro. Para reforçar meu ponto de vista, percebi que enquanto o Projeto NAMIR estava em pleno funcionamento, não era comum ouvir as famílias falarem em migração, principalmente porque as crianças tinham comida e assistência básica à saúde, inclusive de remédios.

Neste ponto, observo que o contexto migratório é, de fato, “fenômeno transeunte”. Conforme já dito, o refúgio perpassa pela necessidade da busca por

melhores condições de sobrevivência em sentido amplo e assim, não podemos olvidar que, estando o objeto de estudo hoje fixado nas cidades de Imperatriz, Açailândia e São Luís, não raro seria, frente a ausência, por parte do poder público, de suporte necessário para garantir condições mínimas de permanência, sua nova migração geográfica, o que pode acarretar ainda mais consequências danosas a essa população, principalmente às crianças.

Com efeito, tal dinâmica foi observada quando, buscando menor controle sob a participação das crianças no denominado “dia da coleta”, os adultos da comunidade Warao decidiram por sair da cidade de Imperatriz para cidade de Açailândia, já que nesta os órgãos públicos, em especial os municipais, tais como Conselho Tutelar, ofereciam menor vigilância quanto à presença das crianças nas ruas e sinais semafóricos, presença essa que, conforme relatado, aumentavam os ganhos diários em razão do apelo emocional causado.

Por conseguinte, motivados pela proximidade com a praia, o que denota fortemente a busca pela semelhança e identificação de onde antes residiam – muitos refugiados manifestavam grande saudosismo dos elementos da natureza com os quais conviviam, em especial rios, migraram para a cidade de São Luís, o que, frisa-se, fez desta pesquisa um trabalho etnográfico em movimento, embora tenha sido constatado que aqui chegando pouco ou nenhum contato tiveram com praias.

A despeito de cultivarem motivações outras, como também o fato de terem pessoas conhecidas em São Luís, observei, por meio de conversas, principalmente pelas estabelecidas durante os desenhos confeccionados pelas crianças, que a comunidade em questão mantém ainda vivas a memória e desejo de retornar ao seu antigo local de moradia.

Durante o trabalho de campo pude perceber também a ausência de interação entre as crianças Warao, em especial as abrigadas na Vila Itamar, com as outras crianças nacionais que residem nas proximidades, não ficando claro se tal isolamento se dá em razão das acentuadas diferenças culturais entre ambos os grupos, o que poderia naturalmente distanciá-los, ou até mesmo em razão do fato de que tais grupos, crianças refugiadas e crianças brasileiras, estarem inseridas em realidades e vivências tão distintas a ponto de erigir uma barreira entre elas, seres naturalmente sociáveis.

É importante um olhar, portanto, que compreenda que embora tenham entre si semelhanças inerentes à condição de infância, guardam peculiaridades provenientes, certamente, das experiências traumáticas vividas no processo migratório, as quais elas

têm, inclusive, dificuldade de relatar, muitas vezes silenciando ou apresentando deficiências na verbalização.

As dificuldades e adaptações necessárias durante a realização da pesquisa, como alterações até mesmo de objetivos, em razão da ausência de participação dos refugiados venezuelanos em instituições como igrejas e escolas e a grande movimentação entre cidades em busca de melhores condições, reforçam a segregação que vivem, como se fossem alheios ao espaço que estão inseridos. A situação se agrava, ainda, pelo fato de estranharem a ausência dos elementos rurais que a aldeia lhes conferia, desde a alimentação, com a falta de frutas, quanto à ausência de água por perto.

A pesquisa de campo revelou ainda, que em um contexto de escassez de praticamente tudo, as crianças são capazes de transformar o mais simples e fortuito objeto em brinquedo ou ambiente lúdico. A exemplo, temos a observação das crianças brincando em uma bobina de madeira existente no local, ou até mesmo quando, extasiadas pelo divertimento, não distinguem os locais para tal, sendo rua, calçada, campo, em suas concepções, espaços adequados para brincadeiras diversas.

A comunidade que fez parte do objeto deste estudo, mesmo há muito afastada de sua terra natal, tem dificuldades em adaptar-se ao não tão novo cenário proveniente da migração, o que pode ser observado por meio da tristeza que acomete seus integrantes quando perguntados sobre a vida pretérita, sobre o que sentem falta e sobre todo o processo vivido até hoje. Aqui, pungente a problemática da dupla migração, o que pode ter tornado ainda mais difícil a adaptação dos migrantes, já que se depararam com mudanças abruptas em suas vidas.

As crianças são sujeitos em desenvolvimento e sua construção do ser está diretamente ligada às experiências desfrutadas nessa fase de suas vidas. No caso das crianças Warao, em especial, há que se considerar de extrema relevância o panorama de vida por elas enfrentado, cujo cenário, crítico e desafiador, há de influenciar fortemente na construção desses indivíduos, os quais possuem seu alicerce edificado na árdua realidade que permeia a questão migratória.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. SALMUNI, Maria Florencia. Entrada e saída pela direita: o filtro migratório no governo de Jair Bolsonaro. **Revista Lua Nova**, nº 117, 2022. Disponível em: https://boletimluanova.org/entrada-e-saida-pela-direita-o-filtro-migratorio-no-governo-de-jair-bolsonaro/#_ftnref3. Acesso em 26 jan. 2023.

ALVARENGA, Samanta Francine Pinto. A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

_____. A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2021.

ARIÈS, Phillippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora; 1981.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BORBA, A. M. As culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. In: **29ª reunião anual da ANPED**. Anais... Caxambu: Anped, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2229--Int.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm Acesso em: 08 ago. 2021

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRITO, Mirella Alves de. Onde estão as crianças que estavam aqui? - Antropologia com crianças em instituições. **Dossiê Etnografia e Infância**. Zero-a-seis, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 343-366, set./dez., 2019.

_____. **Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se constituindo sujeitos na maquinaria da proteção integral**. Florianópolis, SC, 2014.

CANTINHO, Isabel. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O Social em Questão** - Ano XXI - nº 41, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. São Paulo/Brasília: UNESP/Paralelo 15. Pp. 17-35. 1998.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Michele G. Bredel de. **Noção de criança e infância:** diálogos, reflexões. Saberes de Infâncias e a Formação de Professores Indígenas e interlocuções. In: COLE – congresso de leitura, UNICAMP, 2007. P. 1-11.

CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. A observação direta. In: Paugam, Serge (Org.) A pesquisa sociológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol.16, núm. 2, 2003, p. 221-236.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). **Sistema de Refúgio brasileiro:** desafios e perspectivas. Ministério da Justiça. 2016

COLARES, Elisa Sardão. **Entre ir, (não) chegar e (não) voltar:** as dinâmicas dos deslocamentos forçados de crianças centro-americanas e mexicanas para os Estados Unidos. Brasília - DF, 2019.

DA GAMA LIMA, Lana Lage. História Social da criança e da família. **Revista de História**, n. 117, p. 181-186, 1984.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: E. O Nunes (Org) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TRUZZI, Osvaldo. **Estudos Migratórios:** perspectivas metodológicas. São Carlos: Edufscar, 2005.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Edições 70: São Paulo, 2015.

EDWARDS, Adrian. **Refugiado ou Migrante?** O ACNUR incentiva a usar o termo correto. ACNUR, Genebra, 1 de outubro de 2015. Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> >. Acesso em: 19 ago. 2021.

FABIAN, Maria Lúcia Alves. Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre, 2021.

FALANGOLA, Renata de Farias. **O Direito Internacional dos refugiados e os ordenamentos jurídicos brasileiro e português:** uma análise da efetividade da proteção. Dissertação (mestrado). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017.

FARIAS, Rhaisa Naiade Pael; MÜLLER, Fernanda. A cidade como espaço da infância. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 261-282, jan./mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000100261&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2022.

FERNANDES, Florestan [1946]. **As trocinhas do bom retiro:** contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. In: Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo, São Paulo: Martins Fontes. 2004.

- FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. **Revista Brasileira de educação**, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999.
- FERRO, Lígia. GONÇALVES, Renata de Sá. Etnografias urbanas: explorando as cidades contemporâneas – introdução. **Etnográfica [Online]**, vol. 22 (2), 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global. 2003.
- GRAJZER, Deborah Esther. **Crianças refugiadas**: um olhar para infância e seus **direitos**. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, Anthony. SUTTON, Philip W. Conceitos essenciais da Sociologia. 2. ed. São Paulo, 2017.
- _____. Sociologia. 6 ed. Lisboa. 2008.
- _____. A Constituição da sociedade. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Cap.1 e 2. p. 1-128).
- _____. As Consequências da Modernidade. São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- GONÇALVES, Beatriz Soares. A cidade e as crianças: desenhos e caminhos a partir do Morro do Estado (Niterói, RJ). **Horizontes Antropológicos**, vol. 27, Nº. 60, pp. 285-316, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em WWW.uff.br/.../sites/default/.../CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. Acesso em 15 de ago. 2021.
- _____. **Território e multiterritorialidade**: Um debate. Rio de Janeiro: UFF. **Geographia** - Ano IX - No 17 – 2007. Disponível em: www.uff.br/geographia/ojs/index.../geographia/.../205. Acesso em 15 de ago. 2021.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAURIOLA, Julia Lucia Helena. **Entre fronteiras e histórias**: vivências de crianças Venezuelanas em Roraima-RR. Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2020.
- LAHIRE, Bernard. Cena 1 - O ator plural. In: **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAGNANI, José G. Cantor. Discurso e representação ou De como os Baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 17 n 49, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

MARCHI, Rita de C. A criança como ator social - críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 617-637, maio/ago. 2017.

_____. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.

MARTINEZ, Claudina Peralta. Etnografia y métodos etnográficos. **Revista Colombiana de Humanidades**. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/5155/515551760003.pdf>>. Acesso em 15.09.2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, 2009.

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., (Orgs.) **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14 no 41 outubro/1999.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo. BRAGA, Antonio da Costa. BAENINGER, Rosana. (Orgs.) **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MÜLLER, Fernanda. Nunes, Brasilmar Ferreira. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 128, 2014.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas**. 2008. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf> Acesso em: 10/03/2022.

OLIVEIRA, Assis da Costa. O que a Antropologia da Criança pode fazer pela construção intercultural dos direitos das crianças no Brasil? **Revista de Antropologia da UFSCar**. Paraná, 2019.

OLIVES, Rubens George. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. In: MICELI, Sérgio. (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)**. Vol. 4. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS / Brasília: CAPES, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3b66c2aa10.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

ORTIZ, Renato. A Sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
PIZZINATO, Adolfo. SARRIERA, Jorge Castellá. **Competência social infantil: análise discriminante entre crianças imigrantes e não imigrantes no contexto escolar de porto alegre.** Maringá, 2003.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>.

_____. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP.** 2008.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de antropologia.** São Paulo, USP, 2007.

_____. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo,** São Paulo, n. 17, p. 133-151, 2008.

_____. Tornando-se adulto: Uma abordagem antropológica sobre crianças e religião. **Religião e Sociedade,** Rio de Janeiro, 30(1): p. 143-164, 2010.

RAMPAZO, Gabriela Cavalcante. **Ser criança e ser refugiada: vivências, identidades e culturas infantis em um Jardim da Infância - o ponto de vista das crianças.** ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. **Filosofia e História da Biologia,** v. 2, 2007.

RIBEIRO, Flávia Bittencourt. Lealdades, silêncios e conflitos. Ser um dos "grandes" num abrigo para famílias. **Civitas,** Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 40-55, jan-abr. 2011.

_____. A proibição legal de castigos físicos na infância: alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França. **Densidades,** n. 10, ano 4, p. 19-28, 2016.

_____. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de "crianças e adolescentes" em contextos da "proteção à infância". **Revista de Ciências Sociais,** n. 43, p. 49-64, jul./dez., 2015.

RIVITTI, Fernanda Yazbek. **Coisicas diminutas: figurações da existência infantil em João Guimarães Rosa.** 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RIZEK, Cibele Saliba. Etnografias Urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto. **Redobra,** v.4, p.19-23, 2013.

SANTOS, Patrícia Oliveira Santana dos. **Infância, políticas e mudanças geracionais: um estudo socioantropológico na zona rural de Orobó**. 2021. 374 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2020.

SARMENTO. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SETTON, Maria Graça Jacintho. **Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade**. São Paulo, 2011.

SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**. **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, p. 7-31, março/ 2001.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro, 2006.

SOUSA, Emilene Leite de. **Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância**. 2014. 422 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/30407162> Acesso em: 11 de fev. 2022.

_____. As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. **Illuminuras**, v. 16, n. 38, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/57434> Acesso em: 11 de out. 2022.

_____. Infância no caleidoscópio: desconstruindo conceitos, desestabilizando teorias. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/225> Acesso em: 11 de jan. 2023.

_____. **Que trabalhaiis como se brincásseis: trabalho e ludicidade na infância Capuxu**. 2004. 237f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 2004. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7112> Acesso em: 11 de jan. 2023.

SOUSA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia Ferreira. “Vai entrar no livro?” A participação das crianças das pesquisas de campo aos textos etnográficos. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 28, p. 141-158, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2077> Acesso em: 11 de out. 2022.

_____. Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 61-93, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401971263003> Acesso em: 11 de out. 2022.

MÜLLER, F., & SOUSA, E. L. de. (2023). Etnografias em movimento: Deslocar-se com as crianças pela cidade. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 23(1), e41914. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.41914> Acesso em: 11 de fev. 2023.

TELLES, Sarah Silva. NETTO, Fernando Lima. Émile Durkheim (1858-1917). In: **Os Sociólogos: clássicos das ciências sociais**. Petrópolis, 2018.

TRUZZI, Oswaldo; Monsma, Karl. Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 18-23.

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos. **Redobra**, Salvador, v. 10, p. 171-189, 2012.

VALERY, Gabriel. Migrantes e refugiados são excluídos das ações do governo Bolsonaro contra a covid-19. **Rede Brasil Atual**. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/09/migrantes-e-refugiados-sao-excluidos-das-acoes-do-governo-bolsonaro-contra-a-covid-19>. Acesso em: 26 jan. 2023.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. **Os Filhos da Cidade: Considerações sobre um fenômeno inquietante e suas implicações para a existência de um espaço público democrático e plural**. Rio de Janeiro, 2004.

WETERMAN, Daniel. “Não é qualquer um que entra em nossa casa”, diz Bolsonaro sobre migrantes. Estadão. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/nao-e-qualquer-um-que-entra-em-nossa-casa-diz-bolsonaro-sobre-migrantes/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

WEIß, Anja. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez, 2018.

WIRTH, Louis. Os desafios da cidade e da metrópole. Trad. Leônidas G. de Carvalho. In: FLORESTAN, Fernandes (org.) *Comunidade e Sociedade*. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.